

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Bruno Bervig Collares

**O PERFIL DOS PRODUTORES ASSOCIADOS À ALIANZA DEL
PASTIZAL E O PROGRAMA DE CARNE CERTIFICADA COMO
INCENTIVO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

Santa Maria, RS
2022

Bruno Bervig Collares

**O PERFIL DOS PRODUTORES ASSOCIADOS À ALIANZA DEL PASTIZAL E O PROGRAMA
DE CARNE CERTIFICADA COMO INCENTIVO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Botton Piccin

Collares, Bruno Bervig
O PERFIL DOS PRODUTORES ASSOCIADOS À ALIANZA DEL
PASTIZAL E O PROGRAMA DE CARNE CERTIFICADA COMO
INCENTIVO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL / Bruno Bervig
Collares.- 2022.
106 p.; 30 cm

Orientador: Marcos Botton Piccin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2022

1. Mercados Agroalimentares 2. Sociologia Econômica 3.
Bioma Pampa 4. Bovinocultura de Corte I. Botton Piccin,
Marcos II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, BRUNO BERVIG COLLARES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Bruno Bervig Collares

O PERFIL DOS PRODUTORES ASSOCIADOS À ALIANZA DEL PASTIZAL E O PROGRAMA DE CARNE CERTIFICADA COMO INCENTIVO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Aprovado em 11 de abril de 2022:



Marcos Botton Piccin (UFSM)
(Professor/Orientador)



João Garibaldi Almeida Viana (UFSM)



Paulo Dabdab Waquil (UFRG)

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho primeiramente à minha família, em especial aos meus pais, Jefferson e Alessandra Collares, e minha irmã, Gabriela Collares, que desde o início de minha trajetória acadêmica me forneceu todo o suporte e apoios necessários. Agradeço também a todos os professores que estiveram envolvidos em toda a minha formação, e contribuíram para que pudesse chegar até este momento, nestes inclusive, o meu orientador durante o período de mestrado, Marcos Piccin, que por diversas vezes soube abrir meus olhos para alguns detalhes que antes haviam me passado despercebidos. E por último, mas não menos importante, também gostaria de agradecer à equipe da Alianza del Pastizal no Brasil, em especial ao coordenador Pedro Pascotini, que em todos os momentos da pesquisa dedicou grande atenção a tudo que fosse necessário.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

O PERFIL DOS PRODUTORES ASSOCIADOS À ALIANZA DEL PASTIZAL E O PROGRAMA DE CARNE CERTIFICADA COMO INCENTIVO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

AUTOR: Bruno Bervig Collares
ORIENTADOR: Marcos Botton Piccin

Esta pesquisa buscou analisar como se organiza uma produção de carne diferenciada de carne bovina no estado do Rio Grande do Sul, através do estudo de caso do Programa de Carne Certificada – Alianza del Pastizal. Desta forma, foram abordados tópicos sobre como surgiu a organização e suas motivações, como se caracterizam os produtores associados, como se dá o contexto regional em que o modelo de certificação foi desenvolvido e de quais formas esse programa se diferencia dos demais já existentes. Para que isso fosse possível, realizaram-se entrevistas e questionários com agentes relacionados à Alianza del Pastizal, sendo estes, membros da organização e produtores associados. Estes resultados foram analisados com base em teorias socioeconômicas, com o intuito de compreender melhor os fatores que levaram aos agentes a participar desta iniciativa. Pode-se observar que este modelo de certificação vem como uma estratégia para estimular a conservação do bioma Pampa, através de incentivos aos produtores rurais da região, ao mesmo tempo em que o produto cárneo gaúcho passa a se valorizar no mercado graças ao capital simbólico, tanto cultural quanto ambiental, agregado à produção pecuária pela certificação oferecida pela Alianza del Pastizal. Estes fatores despertam grande interesse nos produtores da região, que em hipótese, passam a se sentir prestigiados de fazer parte de uma iniciativa nobre que busca valorizar as características tradicionais de sua região, ao mesmo tempo em que serve como uma estratégia econômica para a valorização de seus produtos agroalimentares. De certa forma, apresentando ao público as diferenças existentes na carne produzida no Pampa Gaúcho, através de um sistema de bovinocultura sustentável, aliado à conservação dos campos nativos.

Palavras-chave: Bioma Pampa. Carne Bovina. Certificação de Produtos. Redes Agroalimentares. Sustentabilidade.

ABSTRACT

ALIANZA DEL PASTIZAL ASSOCIATED FARMERS PROFILE AND THE CERTIFIED MEAT PROGRAM AS ENVIRONMENTAL CONSERVATION INCENTIVE

AUTHOR: Bruno Bervig Collares

ADVISOR: Marcos Botton Piccin

This research seeks to analyze how a differentiated beef production is organized in the state of Rio Grande do Sul, through the case study of the Certified Meat Program - Alianza del Pastizal. In this way, topics were discussed about how the organization emerged and its motivations, how the associated producers are characterized, how the regional context in which the certification model was developed and in which ways this program differs from the others that already exist. To make this possible, interviews and questionnaires were carried out with agents related to Alianza del Pastizal, who were members of the organization and associated producers. These results were analyzed based on the socioeconomic theories, in order to better understand the factors that led agents to participate in this initiative. It can be seen that this certification model comes as a strategy to stimulate the conservation of the Pampa biome, through incentives to rural producers in the region, at the same time that the regional meat product starts to appreciate in the market thanks to the symbolic capital, both cultural and environmental, added to livestock production by the certification offered by Alianza del Pastizal. These factors arouse great interest in the region's producers, who, in hypothesis, start to feel prestigious to be part of a noble initiative that seeks to value the traditional characteristics of their region, at the same time that it serves as an economic strategy for the valorization of their agri-food products. In a way, presenting to the public the existing differences in the meat produced in the Pampas Biome, through a system of sustainable cattle breeding, allied to the conservation of native fields.

Keywords: Agrifood Networks. Beef. Pampa's Biome. Product Certification. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área abrangida pelo Bioma Pampa na América Latina.....	21
Figura 2 – Veste-amarela (<i>Xanthopsar flavus</i>), representado no símbolo da Alianza del Pastizal.....	23
Figura 3 – Placa de identificação de membro da Alianza del Pastizal.....	29
Figura 4 – Área de delimitação da APA do Ibirapuitã (destacada em laranja), no território do Bioma Pampa no estado do Rio Grande do Sul.....	31
Figura 5 – Evento presencial realizado pela Alianza no Município de Lavras do Sul.....	32
Figura 6 – Localização dos produtores respondentes do questionário.....	34
Figura 7 – Nível de formação dos produtores entrevistados.....	38
Figura 8 – Forma de obtenção das terras dentre os produtores entrevistados.....	42
Figura 9 – Área das propriedades apresentada pelos produtores entrevistados.....	43
Figura 10 – Por que optou pela bovinocultura de corte?.....	45
Figura 11 – Sistema de produção bovina utilizado pelos produtores entrevistados.....	49
Figura 12 – Mapa de estratégias e oportunidades para a pecuária sustentável nos campos do Bioma Pampa.....	63
Figura 13 – Selo do programa Carnes del Pastizal.....	77
Figura 14 – Índice de participação dos produtores associados no Programa de Carne Certificada Alianza del Pastizal.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição atual da mesa diretiva da Alianza del Pastizal no Brasil no momento da pesquisa.....	26
Tabela 2 – Local de residência dos produtores rurais entrevistados.....	41
Tabela 3 – Dados relacionados à distribuição de terras na Região da Campanha Gaúcha no ano de 2017.....	44
Tabela 4 – Tabulação cruzada Sistema de produção x Área da propriedade.....	51
Tabela 5 – Nível de presença das principais famílias botânicas nos campos do Rio Grande do Sul.....	55
Tabela 6 – Principais dificuldades encontradas pelos produtores da Alianza del Pastizal ao trabalhar com a pecuária baseada em campo nativo.....	57
Tabela 7 – Tabulação cruzada Arrendamento x Perspectiva futura.....	70
Tabela 8 – Requisitos e níveis de bonificação para os animais vendidos ao Programa de Carne Certificada até sua reformulação.....	80
Tabela 9 – Cruzamento de dados entre a participação anterior no programa de carne certificada e o interesse em participar após a reformulação.....	82
Tabela 10 – Diferenças entre as estratégias e requisitos adotados pelas certificações de carne gaúchas.....	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	METODOLOGIA	14
2	UMA ALIANÇA PELA PRESERVAÇÃO DAS AVES DO PAMPA.	17
2.1	De onde surgiu a Alianza del Pastizal	17
2.2	Projetos realizados pela Alianza del Pastizal	27
3	PERFIL DOS PRODUTORES E PROPRIEDADES CERTIFICADOS PELA ALIANZA DEL PASTIZAL	30
3.1	Distribuição geográfica das propriedades certificadas e contexto histórico da região do Pampa no estado do Rio Grande do Sul.	30
3.2	Características dos produtores e propriedades associados à Alianza del Pastizal.	33
4	A EXPLORAÇÃO DO CAMPO NATIVO NO PAMPA A PARTIR DA ALIANZA DEL PASTIZAL	49
4.1	Limitações e dificuldades no manejo dos campos do bioma pampa	49
4.2	Aspectos econômicos da bovinocultura de corte no Pampa e o avanço das monoculturas na região.....	59
5	O PROGRAMA DE CARNE CERTIFICADA ALIANZA DEL PASTIZAL.....	71
5.1	Aspectos organizacionais do programa de certificação e nível de participação dos produtores associados à Alianza.	71
5.2	Outras formas de certificação da carne existentes na região e SUAS DIFERENÇAS. 78	
5.3	A carne do Pampa pode ser definida como um produto sustentável?	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
7	REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

Globalmente, a demanda crescente por alimentos e bioenergia são as forças motrizes das mudanças no uso da terra (DALE et al. 2011). Entretanto, a qualidade dos produtos agrícolas, seus métodos de produção e comercialização, não constitui apenas um pressuposto de trocas mercantis e do aprovisionamento de populações concentradas nas cidades, mas é alvo de disputas simbólicas importantes, centradas nos significados da agricultura para a saúde humana, para preservação do meio ambiente e para transparência dos circuitos de comercialização (GARCIA-PARPET et al., 2020).

Grandes alterações na forma como que os consumidores percebem e escolhem seus alimentos têm sido observadas com o desenvolvimento das sociedades. Mais concretamente tem ocorrido uma significativa evolução da noção de qualidade e esses consumidores estão cada vez mais conscientes em relação à melhora na alimentação. Este novo entendimento vem associado à sua experiência, seu conhecimento, suas crenças e convicções, além de variar significativamente entre os indivíduos (ALFNES, 2004).

O consumo de carne bovina apresentou um longo período de crescimento iniciado principalmente nos anos seguintes ao pós-guerra da década de 40, quando era considerada um produto “símbolo de status”. Porém, a mudança gradativa dos hábitos alimentares das sociedades consumidoras modernas, associada a fatores econômicos, demográficos e de comportamento de consumo vêm delimitando um cenário de manutenção ou queda de ingestão do produto (BUSO, 2001). Devido a isso, atualmente escolha do produto cárneo que vai para a casa do consumidor é influenciada por vários fatores, como: renda familiar, aspectos sócio culturais, preservação ambiental, bem-estar animal, rastreabilidade e certificação do produto (PEREIRA et al., 2012). Desta forma, são muitos os atributos de diferenciação que vêm conquistando espaço e destaque no mercado da carne bovina (MALAFAIA et al., 2019).

A preocupação dos consumidores com a qualidade da carne consumida aumentou principalmente após a ocorrência de encefalopatia espongiforme bovina em 1996 no Reino Unido. A doença da vaca louca transformou o consumidor europeu de carne bovina em fiscalizador e defensor da qualidade e da origem da carne (SAAB, 1999). Essa preocupação inclui também a uma remuneração justa dos trabalhadores, o menor uso de insumos externos e a maneira como o sistema produtivo é conduzido. Os consumidores, principalmente de origem europeia, se interessam cada vez mais por produtos com um “histórico”, que transmitam confiança e proporcionem maior satisfação, ou seja, demonstrem ética e estão interessados em

saber como os animais foram criados, como foram alimentados e como foram abatidos (OLIVEIRA et al., 2008).

Na busca por atributos de qualidade os consumidores se deparam com várias opções de produtos cárneos diferenciados, identificação de cortes, preparos, embalagens, identificação de origem e rotulagens de marcas ligadas aos sistemas de criação e às raças (CHAMPREDONDE et al., 2014). O uso de marcas, selos, etiquetas como a de Denominação de Origem (DO) e Identificação Geográfica (IG) são ferramentas que sinalizam garantias de qualidade dos produtos aos consumidores (VERBEKE et al., 2010). O desenvolvimento de estratégias que visam tornar sua oferta percebida como distinta da oferta de seus concorrentes, aumentar a especificidade, pode ser entendido como o conceito de diferenciação (NEVES e CASTRO, 2011).

A qualidade é um termo com uma definição bastante complexa, visto que, pode englobar muitos fatores. Neste contexto, Souki et al. (2003) a define como uma ciência bastante subjetiva. Já para Ramos e Gomide (2007) é uma combinação de características que respondem pelo produto como um todo, e, conseqüentemente aquele que apresentar perda mínima de constituintes durante o manuseio e processamento, apresentará melhor qualidade nutricional. Teixeira et al. (2017) definem qualidade como o “grau de adequação de certas propriedades (atributos) às exigências particulares (especificações) estabelecidas pelo consumidor para um dado uso”. A qualidade esperada parece ser um dos fatores mais importantes na intenção dos consumidores de comprar alimentos (FONT-I-FURNOLS e GUERRERO; 2014). Existe uma tendência de valorização deste atributo, visto que os consumidores tem se mostrado dispostos a pagar mais por produtos de qualidade diferenciada (TEIXEIRA e RODRIGUES, 2019).

Esta tendência importante que se fortalece no cenário pecuário traz a criação de carnes com marcas. As marcas servem como um símbolo que diferencia um produto junto ao consumidor. Entretanto, o consumidor pode desconhecer ou desconfiar dos atributos do produto que estão contidos no posicionamento da marca ou que são prometidos por ela. Nestes casos, a certificação por uma terceira parte serve para atestar ao consumidor a legitimidade do produto, a presença de determinados atributos ou ainda a garantia de produção dentro de critérios regulamentados (RIBEIRO, 2008). Desta forma, um dos maiores desafios está em comprovar a veracidade e importância desses atributos aos consumidores, de forma que não apenas reconheçam, mas também, valorizem a qualidade diferenciada (BOITO e LISBISNKI, 2019).

Levando em conta as mudanças que vêm ocorrendo no mercado, os agentes buscam incorporar novas responsabilidades, dentre as quais a sustentabilidade enquanto um fator motivador para a construção de confiança que levam à continuidade e melhoria das relações.

Com isso, a certificação e rotulagem podem ser direcionados para informar aos consumidores de que os produtos certificados contribuem para fins como por exemplo a conservação da biodiversidade. Essa certificação/rotulagem orienta o consumidor disposto a pagar a mais por produtos “amigos do ambiente” (ALTMANN e BERGER, 2020).

Desta forma, segundo Soares (2014), atualmente, é oportuno informar que o agrobusiness, onde a cadeia produtiva da carne bovina se encontra, está baseado em dois grandes grupos de negócios. O primeiro conhecido “agrobusiness de commodities”, cuja a utilização de matérias-primas agropecuárias constituem insumos para o processamento industrial de produtos alimentares básicos, e tendo nas commodities agrícolas produtos indiferenciados, atendendo à mercados de massa. As estratégias dos negócios agroindustriais de commodities são fundamentalmente de liderança de custos, pois através dos menores preços associados as economias de escala e escopo, além da produtividade, eficiência e logística de distribuição determinam a posição competitiva de um agronegócio. E o segundo denominado de “agrobusiness de especialidades” que utilizam de características específicas de um modelo de produção para se trabalhar com produtos diferenciados e de valor agregado, com menor volume de produção e atendendo a nichos de mercado, como a estratégia utilizada na região da Campanha no estado do Rio Grande do Sul que serve como objeto deste estudo.

No estado do Rio Grande do Sul, o modelo predominante na bovinocultura de corte é a produção de animais a pasto, a qual constitui a forma mais econômica e prática de produzir e oferecer alimentos (DIAS FILHO, 2010). A produção pecuária no sul do Brasil foi, portanto, uma opção natural derivada desse ambiente (NABINGER et al. 2018). Na região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul, percebe-se a existência de inúmeros recursos estratégicos disponíveis, como sua vocação ganadeira, o privilegiado ecossistema Pampa, sua base genética e os processos de produção, criação a pasto, abate humanitário, grandes extensões de campo nativo, conhecimento tácito dos produtores, pesquisa agropecuária, cultura e tradição do povo gaúcho, entre outros (SOARES, 2014).

Estes fatores presentes na cultura e imbuídos nos sistemas produtivos utilizados na pecuária do Rio Grande do Sul desempenha um grande papel na avaliação da qualidade dos produtos pelo consumidor. As capacidades cognitivas dos consumidores permitem-lhes a apreensão das características dos produtos que compram. Dessa forma, as características de origem ligadas ao ambiente e a identidade cultural desempenham um papel importante (MALAFAIA et al., 2006).

Neste contexto, Fontoura (2019) afirma que, ao definir que a produção da pecuária bovina moderna no estado do Rio Grande do Sul, não pode mais ser entendida a partir da

produção em si. De acordo com o autor, após cinco séculos de exploração da atividade pecuária bovina na região do Pampa, ainda hoje sua imagem está associada às pradarias onde pastam tranquilamente os animais trazidos outrora de outro continente. Práticas que consolidaram um modo de vida, e que passaram, com o tempo, a serem vividas mais na cidade que no campo.

Logo, a proposta de valorização de um produto como o programa de carne certificada Alianza del Pastizal, que será abordado nesta dissertação, busca transformar um produto tido comumente como uma commodity para a representação de uma experiência de vida imbuída de valores relacionados à sustentabilidade e a certas culturas. Isso corrobora com Garcia-Parpet et al., (2020), ao observar os exemplos de bens considerados hoje como mercadorias, que adquiriram componentes éticos, como, por exemplo, os produtos “justos”, que não levam em conta unicamente o valor “intrínseco” de um bem, ou de seus custos, mas igualmente a maneira em que ele é produzido e comercializado.

Ainda segundo Garcia-Parpet et al., (2020), esse capital atualmente buscado é tanto o acúmulo de ideias que se afirmam como pertinentes, como uma definição ética de “práticas que respeitam a natureza”, que se materializam por uma marca, um selo, práticas e produtos regulamentados por especificações. Ao mesmo tempo está sujeito às pressões, às atrações e interesses de um conjunto de agentes a controlá-lo, a distribuí-lo ou transformá-lo segundo interesses almejados.

Desta forma, o objetivo desta dissertação é de analisar a constituição da Alianza del Pastizal como uma alternativa de valorização da pecuária de corte em campo nativo no Rio Grande do Sul. Para que isso seja possível, o estudo será dirigido em três grandes tópicos, sendo eles: 1) Apresentar a Alianza do Pastizal, desde a sua origem, objetivos e projetos futuros; 2) Descrever as características sociais, econômicas e produtivas dos produtores da Alianza; 3) Detalhar o programa de carne certificada Alianza del Pastizal e quais suas semelhanças e diferenças com outros sistemas semelhantes de certificação da carne bovina na região.

1.1 METODOLOGIA

A pesquisa é a atividade que permite aproximação e compreensão da realidade a ser investigada, fornecendo subsídios para uma interferência em um problema ou situação real (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Para a realização desta dissertação foi adotada uma metodologia de pesquisa descritiva. Ainda segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa se denomina descritiva por buscar descrever, caracterizar e apontar os elementos relevantes ao tópico proposto, sendo este, o estudo de caso do programa de carne certificada Alianza del

Pastizal, como forma de valorização da carne bovina produzida no bioma Pampa, no estado do Rio Grande do Sul. A elaboração de um estudo de caso permite ao pesquisador analisar causas e razões para a ocorrência de determinados elementos do objeto de pesquisa, principalmente quando há pouco controle sobre os eventos estudados ou quando o problema em estudo está relacionado a uma questão atual onde só será possível realizar a análise em um contexto de vida real (GODOY, 1995).

Para este estudo, foram adotadas ambas abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa, afim de representar da melhor forma possível a realidade do tema proposto. A pesquisa qualitativa foi utilizada de forma a viabilizar a aproximação do pesquisador com a organização responsável pelo sistema de certificação e possibilitar um maior entendimento da realidade do projeto. Já o procedimento quantitativo pode ser aplicado em estudos descritivos para descobrir e qualificar a relação entre certas variáveis, desta forma possibilitando quantificar os dados através de alguma forma de análise estatística para facilitar a interpretação das informações coletadas (MALHOTRA, 2012). Para a realização desta pesquisa, foram utilizadas três principais fontes de informação, sendo elas: a coleta de informações sobre o assunto proposto disponíveis em mídias online (publicações, periódicos, notícias e documentos); a condução de entrevistas semi-estruturadas com agentes chave da diretoria e execução do programa de certificação e a aplicação de questionários para os agentes envolvidos na produção, ou seja, os pecuaristas associados à Alianza del Pastizal que participaram ou não do programa previamente. Sendo as perguntas utilizadas nas entrevistas e questionários sendo formuladas de acordo com a demanda de informações observada durante a pesquisa bibliográfica.

As entrevistas foram realizadas de forma online, dentre os meses de maio a junho de 2021, através da plataforma Google Meet, devido às condições e normas de distanciamento social relacionadas à pandemia de Covid-19 durante a realização da pesquisa. Sendo entrevistados o diretor técnico e o coordenador nacional atuantes no período da pesquisa. As perguntas foram realizadas de forma semi-estruturada, combinando perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto (BONI e QUARESMA, 2005). Através desta metodologia é estabelecido um conjunto de questões pré-definidas, porém, levando em conta a sequência do pensamento do pesquisado, ou seja, procurando dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado (BOURDIEU, 1999). As perguntas realizadas para a mesa diretiva podem ser observadas no apêndice A desta dissertação.

Os questionários, apresentados no apêndice B desta dissertação, foram aplicados também de forma online aos produtores associados, dentre os meses de junho a agosto de 2021, e contava com questões estruturadas e semi-estruturadas onde buscou-se estabelecer um breve perfil dos produtores e de suas propriedades e as suas opiniões sobre a produção de bovinos de corte em campo nativo e o programa de carne certificada Alianza del Pastizal. Os questionários foram enviados via email e através de um link via whatsapp para o grupo de produtores associados da Alianza del Pastizal, com a assistência da mesa diretiva da organização para a divulgação do mesmo. Para que fosse possível a aplicação dos questionários, foi necessário estimar uma amostra para a população estudada. Segundo Sampieri et al. (2013), a amostra é um subgrupo da população de interesse sobre o qual os dados serão coletados e deve ser delimitado com precisão, pois será representativo dessa população. Para a realização deste cálculo, foi utilizada a calculadora amostral online, disponibilizada na plataforma Comento, levando em consideração o tamanho populacional dos produtores associados à organização de cerca de 250 produtores, o nível de confiança de 90% e o erro amostral de 8%, totalizando uma amostra de 50 respondentes.

Após a execução de todos os passos elaborados na pesquisa, assim como, a aplicação do questionário, realizou-se a tabulação dos dados em planilhas eletrônicas do Microsoft Excel para maior controle e visualização das informações. Após, os dados foram tratados e transferidos para o software SPSS Statistics Versão 22.0, recurso referencial na análise estatística de dados em ciências sociais (BRUNI, 2012). Para análise, foi organizado um banco de dados no SPSS, isso possibilitou a execução de uma análise estatística descritiva dos mesmos. A estatística descritiva é a representação de técnicas que tem por finalidade descrever, e apresentar graficamente ou através de tabelas os dados da pesquisa (APPOLINÁRIO, 2011). Os dados apresentados através das tabelas e gráficos ainda foram analisados com base na literatura, efetuando a comparação entre os resultados da pesquisa com resultados já apresentados em estudos de carácter semelhante, o que possibilitou a concepção de algumas conclusões acerca do objetivo estabelecido no estudo.

2 UMA ALIANÇA PELA PRESERVAÇÃO DAS AVES DO PAMPA.

Este capítulo busca analisar a trajetória de formação da Alianza del Pastizal no Brasil, desde a sua fundação até o momento de organização de seu programa de certificação de carne aos bovinos produzidos de forma sustentável no bioma Pampa, que busca trazer aos consumidores um produto de procedência indicada. As informações apresentadas neste capítulo foram originadas de entrevistas realizadas com membros da mesa diretiva da Alianza no Brasil.

2.1 DE ONDE SURTIU A ALIANZA DEL PASTIZAL

A Alianza del Pastizal, uma ONG iniciada e liderada pela parceria entre a Organização Ambiental de Conservação e Proteção da Biodiversidade de Aves e seus Habitats (*Bird Life International*) e Associação para conservação de Aves do Brasil (Save Brasil). A organização também possui ramificações no Uruguai, Argentina e Paraguai, originadas através de parcerias da *Birdlife International* com organizações nacionais focadas na preservação do meio ambiente, em principal, à preservação das aves nativas, sendo estas um importante indicador da conservação de ecossistemas campestres como o bioma Pampa (SAVE BRASIL, 2019).

Segundo Thomas (2011), a *Birdlife International* pode ser definida como a cabeça de uma ONG constituída por uma rede global de organizações nacionais de diversos países coordenadas e amparadas por um secretariado descentralizado. Estas organizações nacionais, consideradas parceiras da *Birdlife*, estão presentes em 116 países em torno do globo, e juntas buscam identificar sítios considerados como de importância global para a conservação de aves, conhecidos como *Important Bird Areas* (IBAs).

A organização foi formalmente estabelecida em 20 de junho de 1922, sendo a primeira organização de conservação com amplitude internacional a ser criada no mundo. Ela tem o objetivo geral de conservar todas as espécies de aves na Terra, seus habitats e, através disso, trabalhar pela diversidade biológica do planeta e o uso sustentável dos recursos naturais pelos humanos. É responsável pela compilação dos dados utilizados para a formulação da primeira lista de espécies de aves ameaçadas e iniciou o programa de preservação das IBAs, primeiro apenas na Europa, e hoje presente em todo planeta. (EVANS, 1994; GRIMMET e JONES, 1989; RANDES, 2000). Os estudos da *Birdlife* identificaram cerca de 217 áreas importantes para a preservação de espécies endêmicas, e revelaram que cerca de 20% da biodiversidade de aves no mundo se encontra confinada em apenas 2% da superfície terrestre, em áreas destacadas como de importância fundamental para a conservação das espécies (DELACOUR, 1972).

Posteriormente, essa análise pode prevenir a extinção de diversas espécies, reduzir o número de espécies ameaçadas globalmente e iniciar projetos de preservação de locais importantes que servem de habitat para as espécies.

Além disso, segundo Rands (2000), graças a estes trabalhos, a *Birdlife* também pôde afirmar que o endemismo das aves por vezes reflete um grau mais amplo de endemismo em outras formas de vida, o que transforma a presença dos pássaros como um possível medidor do nível de conservação e do valor geral de biodiversidade em áreas específicas do mundo, sendo uma delas o Bioma Pampa.

Para que todo esse sucesso fosse possível, a *Birdlife* e seus parceiros e representantes nacionais utilizaram-se de uma abordagem que busca trabalhar com organizações locais destes sítios considerados IBAs. Quando tais organizações não existem ou ainda não possuem muito poder de ação, os agentes locais são apoiados a criá-las, como foi o caso da Alianza del Pastizal. Frequentemente essas organizações locais são formadas por agentes que fazem uso dos recursos naturais, como associações de pescadores, apicultores, fazendeiros e guias turísticos, ou seja, pessoas cuja forma de obtenção de renda está intimamente ligada à saúde do meio ambiente no local. Neste contexto, os parceiros de amplitude nacional trabalham com esses grupos locais para identificar, negociar e tomar decisões em torno de uma agenda compartilhada, buscando trabalhar em parceria para um conjunto acordado de objetivos (THOMAS, 2011).

A ideia da Alianza del Pastizal se originou pela união de ideias de um dos atuais membros do conselho regional da organização do Brasil, Michael Carroll, sendo este um dos entrevistados para a execução deste estudo, enquanto este trabalhava no Banco Mundial, e Alberto Yanosky um consultor ambiental que na época atuava como diretor do Guyra Paraguay, ramificação da *Birdlife* no Paraguai. Desta conexão, iniciou-se uma conversa sobre um trabalho em conjunto entre os quatro países onde o bioma Pampa se encontra (Figura 1).

Figura 1. Área abrangida pelo Bioma Pampa na América Latina.



Fonte: Sindicato Rural de Lavras do Sul.

Devido à possibilidade de financiamento oriunda da ligação com o Banco Mundial, iniciou-se uma conversa com a sede da *Birdlife*, localizada em Cambridge na Inglaterra, sobre a formação de um projeto com o intuito de unir quatro ramificações desta instituição que já estavam atuantes nestes países do bioma Pampa, sendo estas a SAVE Brasil, Aves Uruguay, Aves Argentina e Guyra Paraguai. Apesar de realizarem trabalhos semelhantes em seus países em relação à preocupação sobre a perda de habitat das aves que utilizam dos campos nativos do bioma Pampa, essas organizações ainda não possuíam nenhum contato entre si, que seria realizado através da formação da Alianza del Pastizal. Logo, a Alianza de cada um desses países se tornaria uma rede de organização local, composta principalmente de pecuaristas, orientada pelo seu respectivo parceiro Birdlife nacional e suportada pela rede global da Birdlife International.

A partir desta conversa com a sede da Birdlife e contando com recursos do Banco Mundial, através do Fundo Global para o Meio Ambiente, em meados do ano de 2004 foram iniciados os procedimentos para criar uma coordenação geral entre os quatro países, seguido pelos movimentos de cada país para atrair produtores rurais a se tornarem membros. No sistema adotado pela iniciativa, apesar de existir um conselho regional que engloba todos os países em contato com a Birdlife, cada organização nacional teria a sua independência e sua mesa diretiva, contando com diferentes projetos em andamento dependendo das suas demandas locais. Sendo o objetivo da Alianza del Pastizal a conservação do Bioma Pampa e sua biodiversidade, especialmente os campos nativos, fundamentais para a conservação das aves, destacadamente as diversas migratórias que anualmente habitam e nidificam neste ambiente. Para manutenção desta paisagem e da cultura local, os esforços da organização têm tido como principal foco o estímulo à criação de gado em campo nativo.

A razão para o início desta discussão entre os agentes envolvidos foi a identificação de uma necessidade de proteção do habitat de aves migratórias que compartilham as pradarias norte-americanas e a região dos campos ao sul da América do Sul (ALTMANN e BERGER FILHO, 2020). Alguns exemplares de espécies típicas do Pampa são o veste-amarela (*Xanthopsar flavus*), que aparece como símbolo da Alianza del Pastizal (Figura 2), os caboclinhos (*Sporophila palustris* e *Sporophila cinnamomea*) e a noivinha-de-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*).

Figura 2. Veste-amarela (*Xanthopsar flavus*), representado no símbolo da Alianza del Pastizal



Fonte: Alianza del Pastizal, 2021.

A preservação destas espécies, garantida durante séculos pela prática pecuária adaptada aos campos naturais da região, se mostrava ameaçada pelo crescente avanço do uso intensivo das terras para a agricultura, a invasão de espécies problemáticas como o capim-annoni (*Eragrostis plana*), o florestamento com intuito de extração de madeira através do cultivo de espécies como o pinus e o eucalipto, o uso indevido de pesticidas e o sobrepastoreio em propriedades rurais que utilizam de manejo inadequado. Portanto, a Alianza surgia com o objetivo de integrar o desenvolvimento do Pampa com a conservação da biodiversidade, por meio da promoção de técnicas de manejo favoráveis ao meio ambiente.

Esse equilíbrio promovido entre a criação de gado e a preservação das espécies nativas provém de centenas de anos de uma relação íntima da paisagem deste bioma campestre com a pecuária de animais pastadores (BUGALHO et al., 2008). A dinâmica entre a presença destes animais e o mosaico de paisagens da região demonstra uma relação de variação entre regimes de perturbação do ambiente que auxiliam o crescimento de certas espécies que seriam totalmente dominadas e possivelmente extintas de outra forma (Rodríguez et al. 2003, Nabinger 2006, Overbeck et al. 2007, Bencke 2009).

Diversos estudos sobre o papel destes regimes de perturbação propiciados pela exploração pecuária, quando feita de forma adequada, apresentam dados determinantes para a preservação das espécies, não apenas das aves, que foram as propulsoras para a criação da Alianza, mas também para outros grupos biológicos nativos destes ecossistemas campestres (JONES, 2000; DEBANO, 2006; COLE et al. 2007; REID e HOCHULI 2007; BENCKE, 2009).

Então, no ano de 2005, foi formalizado o projeto de conservação dos campos naturais do Pampa entre a *BirdLife International* e diversos financiadores públicos e privados, sendo alguns exemplos a *U.S. Fish & Wildlife Service* (agência do Governo dos EUA dentro do departamento do Interior, dedicada ao controle da pesca, vida selvagem e habitats naturais), *U.S. Forest Service International Program* (agência do Governo dos EUA, dentro do departamento de agricultura, dedicada a manutenção de florestas e da biodiversidade internacionalmente), *Global Environment Facility* (GEF), sendo este um Fundo Global para o Meio Ambiente, oriundo do Banco Mundial, sendo um dos maiores financiadores de projetos ambientais do mundo, estabelecido no ano de 1991 (ALTMANN e BERGER FILHO, 2020).

Segundo os entrevistados, a principal dificuldade encontrada no início da organização, que levou vários anos de trabalho para superar, sendo considerado um dos maiores sucessos do projeto, foi convencer aos produtores para abrirem suas porteiras, física e metaforicamente falando, para uma ONG ambiental. Essa dificuldade se dava pelo fato de que para muitos produtores considerarem os projetos divulgados pelas ONGs ambientais como questões que não tinham coerência alguma com o sistema produtivo deles, ou seja, ligando mais para a sua lucratividade e modo de trabalho do que com a saúde do ambiente do qual ele tira seus frutos. A questão de o objetivo primário da organização ser a preservação das aves do Pampa também não colaborava, pois para os produtores não fazia sentido trabalhar com uma ONG que cuidava de passarinhos, sendo que eles eram produtores de bovinos.

Essa dificuldade inicial de atrair produtores para a causa foi semelhante em todos os países onde a Alianza se faz presente. Entretanto, no Brasil houve um agente que acabou se tornando o carro-chefe da Alianza nesta premissa individual, na forma de um produtor de Lavras do Sul que abraçou a causa pela sua paixão pela pecuária em campo nativo, servindo de gancho para a entrada de cada vez mais produtores na organização.

O referido produtor de Lavras do Sul foi Fernando Aduino Loureiro de Souza, falecido no ano de 2016, que era representante de uma associação que buscava valorizar a pecuária gaúcha, conhecida como Apropampa. Ele teve seu primeiro contato com a Alianza del Pastizal no ano de 2006, enquanto fazia uma apresentação em um evento sobre a possibilidade de uma

identificação territorial para a carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional. Ao final desta apresentação, Fernando Aduato foi abordado por um dos diretores da SAVE Brasil, que comentou sobre o projeto e sobre a necessidade de alguém que fizesse exatamente o que ele estava fazendo naquela apresentação, alguém que valorizasse o Pampa. Como resultado houve uma sequência de encontros entre estes para definir as formas de trabalho da Alianza com os produtores. Deste encontro, surgiram os primeiros projetos efetuados pela Alianza no Rio Grande do Sul, na forma do primeiro “Encuentro de Ganaderos da Alianza del Pastizal”, um evento que reuniu produtores de todos os países incluídos na Alianza, a fim de discutir questões e suas diferentes abordagens da pecuária produzida no bioma Pampa e suas relações com a conservação do meio ambiente.

Nos últimos anos, segundo os entrevistados, um dos principais desafios pela frente é o de preparar e capacitar técnicos para que sejam especializados na pecuária em campo nativo. Pois hoje, em muitos lugares, se um produtor perguntar “O que eu devo fazer com meu campo?”, é possível que ele rapidamente seja direcionado para o cultivo de monoculturas como a soja. É importante a presença de técnicos que saibam orientar os produtores que possuam o desejo de manter a sua relação com a pecuária em campo nativo, seja ela por tradição ou interesse pela conservação. Para que isso seja uma realidade, é compromisso da Alianza que estes produtores recebam o auxílio técnico necessário para que o mesmo permaneça competitivo no mercado em comparação com outras culturas de retorno mais fácil. Ou seja, não basta um técnico que saiba trabalhar o gado no pasto, tem que ser um técnico especializado que sabe as diferenças entre fazer pecuária em campo nativo e fazer pecuárias em pastagens cultivadas, e que vão de encontro com a filosofia de conservação do meio ambiente que a Alianza propõe.

Por se tratar de uma iniciativa que partiu de uma ONG, os projetos da Alianza e a seleção de seus agentes depende muito de uma fonte de financiamento. A organização possui uma estrutura de base na forma de uma mesa diretiva fixa, composta de diferentes cargos (Tabela 1), enquanto o corpo técnico varia dependendo dos diferentes tipos de projetos e doadores. Um exemplo de instituição que financia estes projetos atualmente é a FUNBio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), que disponibiliza fundos para diversos projetos de conservação no Brasil. Desta forma, dependendo do projeto lançado e do órgão financiador que tenha fundo dedicado a ele, é aberta uma seleção de técnicos para atuação naquele projeto em específico pelo período de tempo necessário para a execução do mesmo.

Tabela 1. Composição atual da mesa diretiva da Alianza del Pastizal no Brasil no momento da pesquisa.

Setor	Titular	Suplente
Produtor Rural Membro da Alianza	Adauto Loreiro de Souza	Jacques Souza
Produtor Rural Membro da Alianza	Graça Tirelli	Ilda Monteiro
Ensino e Pesquisa (UFRGS)	Carlos Nabinger	Aino Jacques
Pesquisa (EMBRAPA)	Estefania Damoriarena	Gustavo Martins da Silva
Pesquisa e Setor Público (SEMA)	Luiza Chomenko	Glaysen Bencke
Empreendedorismo e Desenvolvimento (SEBRAE/RS)	Angelo Aguinaga	-
Setor Privado (PRADO Agronegócios)	Roberto Grecellé	-
Conselho Deliberativo da Alianza	Pedro Develey	Josete Silva
Conselho Deliberativo da Alianza	Michael Carroll	Pedro Develey
Coordenação da Alianza	Pedro Pascotini	-

Fonte: O Autor (2021).

Além dos projetos que aportam recursos de financiamento e possuem um prazo para a sua execução, que serão exemplificados ainda neste capítulo. A Alianza também conta com parcerias com instituições como o SEBRAE/RS. Desta forma, mesmo sem possuir um corpo técnico próprio, o atendimento às propriedades certificadas é viabilizado graças à contratação dos técnicos de campo do SEBRAE. Através disso é possível organizar eventos educativos como dias de campo e seminários, além de consultorias individuais dos técnicos com foco no manejo do campo nativo aos produtores interessados, além de auxiliarem muitas vezes no processo de certificação das propriedades. Atualmente, a organização conta com cerca de 9 técnicos de campo, todos estes contratados pelo SEBRAE/RS e capacitados pela Alianza para a atuação específica em áreas de campo nativo.

No caso da certificação de novas propriedades, normalmente quem se responsabiliza pelo encontro inicial é o diretor técnico da Alianza, porém, em casos que a demanda fica maior, os técnicos do SEBRAE também podem cumprir esse papel. Sendo que, no momento em que um produtor entra em contato com a organização solicitando a certificação, a direção da Alianza, com o auxílio do SEBRAE, realiza todos os procedimentos referentes a documentação necessária para o cadastro do produtor no grupo e os processos relacionados ao mapeamento da

propriedade para verificar a configuração atual das áreas de campos nativos na propriedade. Além disso, a Alianza tem como meta que a cada ano, pelo menos 10% das propriedades certificadas passe por uma reavaliação, para checar se aquele local ainda se encontra alinhado com as propostas da Alianza.

Atualmente, para uma propriedade fazer parte da Alianza del Pastizal no Brasil, precisa estar em acordo com os requisitos do protocolo de certificação que são auferidos por um técnico certificador habilitado, in loco, durante o processo de certificação da propriedade rural. As condições necessárias para essa certificação são:

1. Propriedade rural em condições legal e administrativa de acordo com as legislações trabalhistas e ambientais municipais, estaduais e federais, sob cumprimento de procedimentos, registros, resoluções e normas nacionais vigentes, com o devido plano sanitário da fazenda respaldado por um profissional e o regime trabalhista dos empregados;

2. Adesão nominal do titular do estabelecimento à Visão e Missão da Alianza del Pastizal de conservar os campos nativos e sua biodiversidade no Cone Sul da América do Sul e o apoio à iniciativas relacionadas à missão da Alianza por parte dos setores da sociedade (produtores rurais, representações da sociedade civil, academia e os governos), como parte de um desenvolvimento harmonioso e sustentável da região;

3. Acesso livre dos animais a fontes de água e sombra suficientes, com condições estruturais que garantam o bem-estar animal;

4. Alimentação animal à base de pasto com um limite de tolerância de até 30% de concentrados, ou o equivalente – na dieta do animal – a 1% do peso vivo, em ausência total de alimentação em confinamento no sistema de produção;

5. Ao menos 50% da superfície total da propriedade com cobertura de campo nativo.

Alguns casos especiais ainda podem ser aplicados caso a propriedade não cumpra o critério número 5, desde que a mesma possa ser enquadrada em algum dos critérios a seguir:

1. Ao menos 40% de campo nativo, desde que a área absoluta de campo nativo seja de ao menos 1000ha;
2. Propriedades que possuam mais de 30% de mata nativa e/ou banhados e a área restante (descontando toda área de mata nativa e/ou banhados) seja de, ao menos, 50% de campo nativo.

O estabelecimento rural recebe a visita de um técnico certificador da Alianza del Pastizal que, acompanhado do produtor ou algum responsável, percorre as áreas que, segundo o produtor, podem ser consideradas de campo nativo. São consideradas áreas de campo nativo as

que possuam uma frequência de espécies nativas (sejam elas desejadas ou não do ponto de vista forrageiro) acima de 50%. Não entram na soma as áreas com uma frequência maior que 30% de arbóreas nem áreas alagadas que correspondam a mais de 5% da área do potreiro. O técnico verifica em cada potreiro se o mesmo pode ser enquadrado em ao menos uma das categorias de campo nativo que estão descritas a seguir.

1. Campo nativo natural: É considerado o campo em estado natural ou relativamente natural no qual a comunidade herbácea está dominada por diferentes espécies nativas da família das gramíneas (Poaceae) e que é utilizada como base para a atividade pastoril, sem intervenção de arado ou outro equipamento agrícola de remoção superficial e sem aplicações massivas de herbicidas;
2. Campo nativo melhorado: Áreas de campo nativo enriquecido com espécies herbáceas forrageiras, nativas ou exóticas, desde que introduzidas sem o uso de herbicidas, e com um nível de implantação que não resulta excludente o conjunto de espécies nativas, mantendo a paisagem do campo nativo;
3. Campo nativo restaurado: Áreas em recuperação após uma remoção anterior que pode ter sido mecânica (agricultura ou florestamento) ou química (tratamento com herbicida). A restauração pode ser espontânea ou induzida por distintos métodos, e em qualquer caso, o campo deve possuir as características de um campo nativo, com predominância de espécies nativas.

No momento da visita também é aplicado um questionário, onde o produtor, ou responsável, responde informações básicas da propriedade, tanto de uso do solo como de rebanho. As informações coletadas no momento de certificação a campo servem de subsídio para a elaboração do mapa da propriedade. A ferramenta padrão para confecção do mapa será o Google Earth. O técnico responsável pela visita de certificação deverá confeccionar o mapa com os polígonos da área total da propriedade, dos potreiros de campo nativo (onde encontram-se as áreas de campo nativo geral, campo nativo melhorado e campo nativo naturalizado) e das áreas de preservação da vegetação natural (reserva legal).

Após este trabalho, poderá ser elaborado o laudo de campo nativo da propriedade, onde o técnico que visita a propriedade deverá registrar as principais informações para determinar se a propriedade pode, ou não, ser certificada. Neste documento devem estar listados:

1. Todos os potreiros que foram considerados de campo nativo, nomeados conforme a orientação do produtor ou responsável;

2. A categoria de campo que foi considerado o potreiro (natural, melhorado ou restaurado);
3. Se a área possui algum tipo de ameaça (presença de invasoras, solo descoberto ou sobrepastejo) que pode, se mal manejada, fazer com que esta deixe de ser campo nativo futuramente;
4. O número de hectares de campo nativo de cada potreiro de campo nativo;
5. Identificar pelo menos cinco espécies vegetais predominantes de cada potreiro, sejam elas forrageiras ou não, nativas ou exóticas.

As áreas que no momento da visita de certificação não são consideradas campo nativo, mas que, com ações de manejo adequadas, podem vir a somar na área de campo nativo também devem ser relacionadas neste laudo, especialmente quando o desejo do produtor é de aumentar suas áreas de campo nativo através da recuperação e/ou reconversão do campo.

Anualmente todos os estabelecimentos membros deverão realizar a atualização cadastral, onde são realizados monitoramentos de biodiversidade para avaliar o impacto da conservação do campo na conservação e flora e fauna. As propriedades que fazem parte do quadro de membros da Alianza del Pastizal devem estar disponíveis para a realização desses estudos, desde que agendados com antecedência e consentimento do proprietário. O monitoramento da vegetação campestre e seu status de conservação é realizado através da ferramenta Índice de Conservación de Pastizales (ICP), realizado por técnicos treinados para a aplicação deste levantamento.

Após esse processo, caso aprovada, a propriedade receberá uma placa que certifica o local como associado da Alianza del Pastizal, e conseqüentemente, dono de uma produção sustentável, que respeita e protege o ecossistema local. Este “status” ainda pode ser explorado para diversos outros fins, como valorizar modalidades de turismo na região (Figura 3).

Figura 3. Placa de identificação de membro da Alianza del Pastizal.



Fonte: Alianza del Pastizal, 2021.

2.2 PROJETOS REALIZADOS PELA ALIANZA DEL PASTIZAL

Além do programa de certificação de origem da carne produzida no Bioma Pampa, apresentado como foco deste estudo, a Alianza del Pastizal também conta com outros projetos em execução visando a preservação dos campos nativos e sua biodiversidade. Alguns destes projetos que podem ser citados são: o apoio ao desenvolvimento do Índice de Contribuição para a Conservação dos Campos Nativos no Cone Sul (ICP), o programa recuperação das áreas protegidas na APA do Ibirapuitã, e a distribuição de conteúdo técnico e educativo. Estes conteúdos são encontrados tanto na forma oral e prática, através de eventos realizados como encontros de produtores, seminários e dias de campo quanto de forma escrita e teórica, através da publicação de artigos e livros.

O Índice de Conservação das Pastagens (ICP), foi oficialmente anunciado no ano de 2014, no Brasil, através Decreto nº 51.882/2014. Este índice serve como uma ferramenta tecnológica, objetiva e pragmática para medir a contribuição de cada propriedade para a conservação das pastagens naturais. Este sistema foi formulado por um grupo de consultores, dentre eles membros da Alianza del Pastizal e um grupo técnico de pesquisadores e profissionais representantes de instituições de pesquisa e extensão rural indicados pelos governos envolvidos (PARERA e CARRIQUIRY, 2014).

Neste sistema, a área deve ser avaliada em valores de adequação, ou inadequação, em diversos aspectos que servem para medir o nível de preservação do ambiente e conformidade com as definições de uma pastagem natural. Alguns dos pontos avaliados que foram

considerados de maior importância neste sistema são: de que forma foram trabalhados os últimos anos de exploração agrícola, o nível de cobertura de espécies lenhosas arbóreas e arbustivas e a frequência de espécies nativas dominantes e exóticas (PARERA et al, 2014).

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã foi criada em 20 de maio de 1992, através do Decreto Federal nº 529, atendendo a solicitações realizadas por ambientalistas da região que reconheciam a riqueza da biodiversidade, a beleza paisagística e a importância histórica daquele local (APA, 2012). A implantação de APAs no Brasil baseou-se nos modelos europeus, utilizados principalmente em Portugal, França, Inglaterra e Alemanha, onde o objetivo principal é a proteção da natureza e da paisagem para a preservação e recomposição do equilíbrio natural ou dos recursos naturais, abrangendo, inclusive, propriedades particulares (BRITO e CÂMARA, 1998).

A APA insere-se nos seguintes municípios: Alegrete, com 15,22% do território da APA; Quaraí, com 12,22%; Santana do Livramento, com 56,81%; e Rosário do Sul, com 15,75% (Figura 4). É uma área definida como Unidade de Uso Sustentável, na classificação da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que são áreas que compatibilizam a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (HERCOWITZ et al, 2011).

Figura 4. Área de delimitação da APA do Ibirapuitã (destacada em laranja), no território do Bioma Pampa no estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Adaptado de Vargas e Silveira (2016).

Um dos projetos sendo atualmente adotado na região é a utilização do Índice de Conservação de Campos Nativos do Cone Sul (ICP), criada pela Alianza del Pastizal. Além

disso, segundo os entrevistados, ainda existem outros projetos realizados atualmente na APA pela organização, com enfoque no controle de espécies invasoras prejudiciais à biodiversidade local, como o controle do capim-annoni (*Eragrostis plana*) e do javali (*Sus scrofa*).

Além de projetos práticos específicos, a Alianza atua na parte técnica com seus produtores. Segundo os entrevistados, todos os anos a Alianza busca realizar a difusão tecnológica de conceitos de campo nativo através de dias de campo, palestras e eventos técnicos em grupo (Figura 5). Um exemplo destes eventos é o Encontro de Pecuaristas de Pastagens Naturais do Cone Sul da América do Sul ou popularmente conhecido como “Encuentro de Ganaderos”, que reúne técnicos e produtores rurais de todos os países em que o Pampa está presente (Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai), e é realizada a cada ano em um destes países. Além disso, a Alianza ainda possui algumas unidades demonstrativas, constituídas por propriedades rurais consideradas como “fazendas modelo” e áreas experimentais de instituições parceiras, de onde são obtidas as informações de técnicas dados a serem difundidos entre os produtores certificados pela Alianza.

Figura 5. Evento presencial realizado pela Alianza no Município de Lavras do Sul.



Fonte: Alianza del Pastizal, 2021.

Outra das principais premissas da Alianza del Pastizal no Brasil é a valorização dos produtos oriundos de uma produção sustentável no bioma Pampa. Para esse fim, a organização busca alavancar projetos de incentivo a comercialização, um destes projetos já em execução são os remates realizados para venda exclusiva de animais de propriedades certificadas, que ocorre todo ano em Lavras do Sul – RS. Nesta premissa é onde se encontra o objetivo deste trabalho, na forma do Programa de Carne Certificada – Alianza del Pastizal, que será discutido no capítulo 5 desta dissertação.

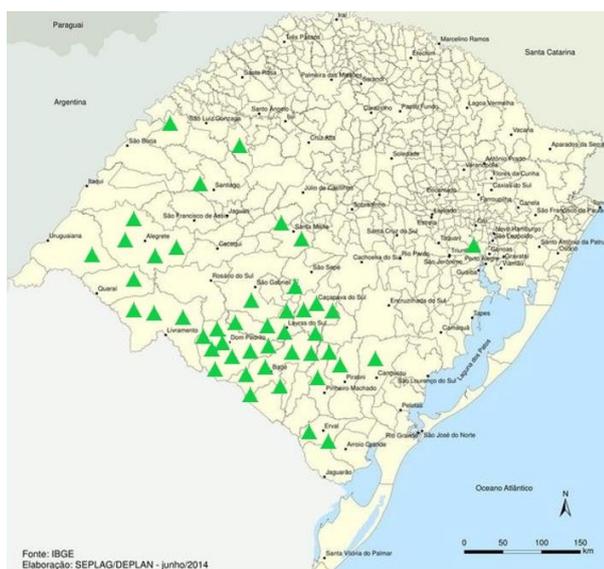
3 PERFIL DOS PRODUTORES E PROPRIEDADES CERTIFICADOS PELA ALIANZA DEL PASTIZAL

Este capítulo busca apresentar características sociais, espaciais e produtivas dos produtores e suas terras associadas à Alianza del Pastizal no estado do Rio Grande do Sul. Serão abordados temas relacionados à distribuição das propriedades no estado; nível de formação e ocupação profissional dos proprietários; origem e área das propriedades; forma de mão de obra utilizada; perspectivas sobre o arrendamento de terras; e as razões que levaram aos produtores à participar da iniciativa. As informações apresentadas neste capítulo foram obtidas através de questionários realizados de com uma amostra dos produtores certificados pela Alianza no Brasil.

3.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS PROPRIEDADES CERTIFICADAS E CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO DO PAMPA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Na figura 6, estão representados os dados de distribuição geográfica dos 50 produtores associados à Alianza que responderam ao questionário. Pode ser observado que estes estão concentrados principalmente na Região da Campanha Gaúcha, que se refere, em termos oficiais, à Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, a qual engloba as Microrregiões da Campanha Ocidental, Central e Meridional (IBGE, 1998). Estes dados corroboram com a informação geral sobre a distribuição de todos os produtores associados fornecida pela organização.

Figura 6. Localização dos propriedades rurais dos produtores respondentes do questionário.



Fonte: O Autor (2021).

A Campanha, região que abarca as cidades elencadas a cima tem uma composição geológica de rochas sedimentares. Com suas colinas suavemente onduladas, denominadas de coxilhas, apresenta uma vegetação semiárida e de grande variedade de gramíneas com diversas tonalidades de verde. Essa ocorrência está ligada à existência de solos rasos e à ação do vento frio do inverno (o minuano), que dificulta o desenvolvimento de uma vegetação de maior porte. Apenas nos lugares mais baixos do terreno, devido à umidade, ocorrem os capões, manchas de matas (MOREIRA, 2003). Esse espaço integra um sistema mais amplo, o Bioma Pampa que, segundo o IBGE se restringe ao Rio Grande do Sul e ocupa 63% do território do estado.

A campanha gaúcha pode ser apontada como o centro difusor da cultura e das tradições rio-grandenses, do gauchismo. Seu modelo social e econômico representado pela estância disseminou-se através da literatura, do folclore e dos discursos de suas lideranças que acabaram, de certa forma, incorporando-se à identidade regional. De lá, também se originou a primeira matriz econômica gaúcha, a bovinocultura de corte, base para a produção do charque e pela existência das charqueadas, além das lideranças políticas mais representativas do Rio Grande do Sul (SILVA, 2011).

A região da Campanha Gaúcha possui importantes características históricas relacionadas à atividade pecuária, relacionadas à forma de ocupação e influenciadas pela presença de pastagens naturais (SUERTEGARAY e PIRES DA SILVA, 2009). Essa cultura se iniciou na região a partir do século XVI, quando os jesuítas espanhóis iniciaram suas tentativas de ocupação do território gaúcho, trazendo com eles um grande número de cabeças de gado, com o intuito de proporcionar alimentação tanto para seu próprio povo quanto para o povo que ali se encontrava (PESAVENTO, 1985).

Pode-se afirmar que a pecuária se caracterizou como a primeira cadeia produtiva da Campanha Gaúcha. Sua gênese está vinculada aos aspectos históricos de ocupação e povoamento do Estado. Esses privilegiaram a atividade pastoril via estâncias, as quais garantiram à posse da terra que configurou essa região como a primeira área ocupada por uma atividade econômica no Rio Grande do Sul. O rebanho bovino disperso nos campos gaúchos, oriundo da atividade pastoril desenvolvida, inicialmente, pelos padres jesuítas espanhóis, contribuiu para a estruturação da sua matriz produtiva. As potencialidades naturais permitiram que a pecuária tivesse condições para se expandir, consolidando-se através dos latifúndios pastoris. Essa se desenvolveu de forma extensiva, contribuindo para formar a matriz produtiva tradicional dessa região (NETO e BEZZI, 2009).

A ocupação do Rio Grande do Sul pelos portugueses veio a ocorrer alguns anos depois, a partir dos anos 1640, muito tempo após a descoberta do país, através da distribuição das terras

à pessoas bem relacionadas dentro do Império Português, como comerciantes, nobres e militares, de onde surgiram as sesmarias (PICCIN, 2016). Estas sesmarias se tratavam de grandes estâncias, que passaram a constituir um importante componente da sociedade rio-grandense. Estas sesmarias eram formadas por grandes áreas, em torno de 13 mil hectares, com pouca mão-de-obra e com a criação extensiva de bovinos de corte, inicialmente criados livres e sem a utilização de cercados na propriedade (RIBEIRO, 2009).

Segundo Fontoura (2004), uma estância sesmaria possuía, em média, cerca de 10 mil cabeças de gado, um capataz e em torno de 10 peões de trabalho. A remuneração da estância era obtida pela venda de gado, não exigindo grandes investimentos, sendo a mão-de-obra o maior custo dos estancieiros (FREITAS 1993). Desde então, a pecuária de corte extensiva, tem sido a atividade predominante nas vastas áreas de campos naturais da região. Logo, a pecuária extensiva vem contribuindo com o desenvolvimento desta região desde o início de sua ocupação, fazendo parte da história e das características da população, e por muitas vezes dando abertura ao desenvolvimento de novas atividades produtivas, como o cultivo de trigo e arroz (PESAVENTO 1985).

Atualmente, a valorização internacional das commodities agrícolas, principalmente da soja, representa uma pressão para a intensificação dos sistemas produtivos, originada pela exigência de uma maior parcela de lucro, aponta certas dificuldades, e por muitas vezes obriga estes pecuaristas a ficarem à mercê de contratos para a utilização de suas terras de trabalho aos grandes agricultores, como a única forma de se manter dentro da economia capitalista. Segundo Silva e Viana (2020), do ponto de vista produtivo, os principais desafios enfrentados pelos pecuaristas na região da campanha estão relacionados aos baixos índices produtivos – principalmente relacionados a baixas taxas reprodutivas dos animais – e ao desbalanço do fluxo de caixa e ausência de maiores planejamentos.

Estas questões, que não são facilmente resolvidas sem o auxílio técnico específico, intensificam a fragilidade destes pecuaristas familiares a se adaptarem ao modelo de modernização agrícola atual. Essas transformações territoriais e produtivas exigidas atualmente acabam por afetar também as dinâmicas sociais, como a crescente saída de jovens do meio rural, comprometendo a sucessão familiar dos estabelecimentos pecuários e contribuindo com o enfraquecimento da tradição familiar na região (MATTE et al., 2013).

Outra questão atual que aos poucos vêm enfraquecendo a pecuária familiar tradicional na região é a substituição dos campos por lavouras de grãos e a exploração da silvicultura (OVERBECK et al., 2009; SUERTEGARAY e SILVA, 2009). Segundo Matte (2013), ao estudar as vulnerabilidades e os meios de vida dos pecuaristas de corte da campanha meridional

e serra do sudeste, as principais atividades que vêm ganhando espaço produtivo e econômico é o cultivo de grãos como a soja, arroz e trigo, e a silvicultura, sendo a lavoura de arroz a que mais cresceu nos últimos anos, acompanhada pela soja (MATTE, 2014).

Entretanto, é importante salientar também que a pecuária como atividade econômica ainda se faz presente, na atualidade, pois a criação de gado, na Campanha Gaúcha, constitui-se como um dos alicerces econômicos do estado, concentrando a maior parcela do rebanho bovino gaúcho, com significativa expressão nacional. Tal fato justifica a relevância da pecuária, pois essa permanece como importante atividade econômica em âmbito regional, mesmo diante das crises que esse segmento produtivo tem enfrentado no decorrer do tempo. Ressalta-se que, na atualidade, tem-se a presença da pecuária extensiva, que é predominante.

Entretanto, apesar de diversos analistas continuarem a caracterizar a pecuária extensiva como “tradicional e pouco rentável” por não ter incorporado tantas tecnologias modernas ao processo produtivo, atribuindo aos proprietários uma irracionalidade econômica por não perseguirem maior intensificação da produção e maiores lucros monetários, poucas pesquisas se dedicaram a analisar as estratégias de reprodução social desses dirigentes econômicos, tidos também como atrasados por tal bibliografia. Quando as estratégias de reprodução social (econômicas, educacionais, simbólicas, culturais, matrimoniais e sucessórias) são consideradas em conjunto, se percebe que aquele modelo de pecuária extensiva caracterizado como “tradicional e pouco rentável” está ajustado a uma maneira de manter um modo de vida e buscar reproduzir uma posição dominante no espaço social. Uma posição que privilegia o acúmulo de capital educacional, cultural e simbólico e mantém uma postura de pouco envolvimento com as atividades na estância, quando comparados, por exemplo, com agricultores de origem colonial que migram para essa região para arrendar terras (PICCIN, 2021).

3.2 CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES E PROPRIEDADES ASSOCIADOS À ALIANZA DEL PASTIZAL.

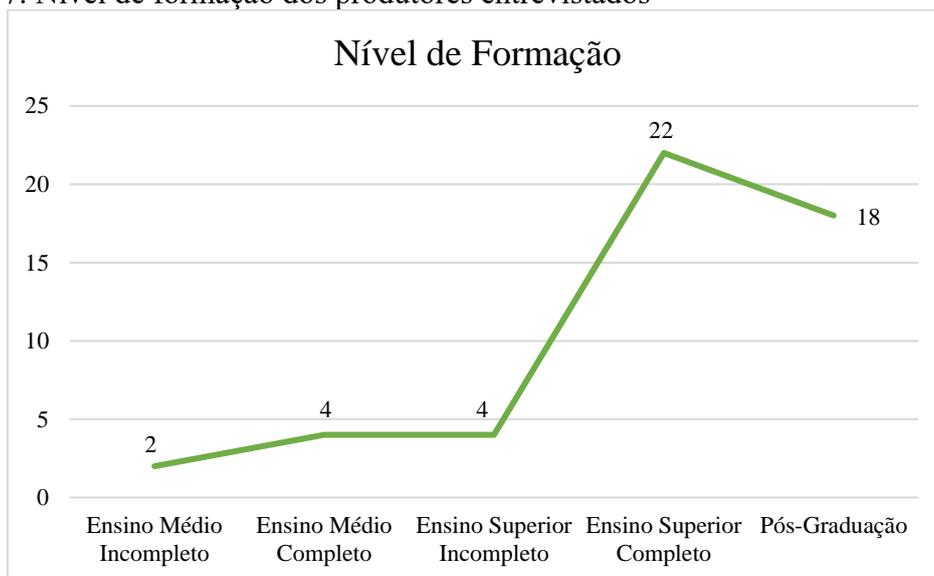
Como visto acima, a aceitação de que outros fatores, além *homos economicus* que estaria sempre sujeito a empreender atrás do maior rendimento econômico, influenciam na organização e tomada de decisões dos estabelecimentos pecuários traz à tona a importância de se conhecer características pessoais dos homens e mulheres dirigem esses empreendimentos. Esta afirmação, que corrobora com estudos realizados por Andreatta (2009) e Dent et al., (1995), mostra que, na realidade, as pessoas são o principal componente de um sistema agrícola. O manejo, as práticas e investimentos aplicados podem ser vistos como reflexos de uma

“análise” que o produtor realiza, considerando as possibilidades e restrições pelos recursos disponíveis da terra e seus objetivos baseados nos seus ideais e contexto de vida.

Sendo assim, abaixo serão apresentados alguns dados relacionados ao nível de formação e condições de vida dos produtores associados à Alianza del Pastizal e suas respectivas propriedades. Serão levadas em consideração as suas médias em comparação com outros estudos gerais da região onde estão concentrados, além de suas razões e motivos por terem optado pelo sistema de criação de bovinos em campo nativo, sua decisão por adotar uma iniciativa como a da Alianza.

Para iniciarmos as discussões, abaixo temos o gráfico do nível de formação acadêmica e profissional dos 50 produtores entrevistados (Figura 7). Destes, podemos observar que a maior parte dos produtores tem um alto nível de escolaridade possuindo ensino superior completo ou até pós-graduação.

Figura 7. Nível de formação dos produtores entrevistados



Fonte: O Autor (2021).

Para iniciar a discussão, é importante constatar a grande parcela de produtores que possuem além do ensino superior, a pós-graduação concluída, o que corrobora com a teoria de que, apesar dos estancieiros gaúchos, por muitas vezes não terem buscado a total modernização e intensificação dos seus sistemas produtivos, como foi comentado na sessão anterior, eles não deixaram de se aprimorar em outros setores sociais.

Além disso, é importante considerar que da soma destes produtores rurais que possuem apenas ensino superior completo e dos que possuem a pós graduação, cerca de 48% são

formados em áreas das ciências agrárias e biológicas, o que pode conferir a estes um grau a mais de compreensão sobre o ecossistema campestre, possivelmente explicando o alinhamento de seus ideais com a Alianza, utilizando das peculiaridades do Bioma Pampa para tentar alcançar uma pecuária competitiva realizada de forma sustentável. Essa hipótese é reforçada pelo estudo de Ondersteijn et al., (2003), onde buscaram identificar a relação entre as características dos agricultores e as escolhas estratégicas realizadas por estes, e concluíram que as características dos agricultores, principalmente o nível educacional, possui influência significativa sobre as escolhas estratégicas. Salientam ainda que a educação, à medida que possibilita uma melhor interpretação das informações, é um aspecto importante para a realização de mudanças e adaptações no estabelecimento; sobretudo, em períodos de mudanças rápidas no cenário político-institucional.

Esse cenário de acúmulo de capital escolar pela classe estancieira no estado do Rio Grande do Sul foi analisado por Piccin (2015), em sua pesquisa, o autor observa que, inversamente às trajetórias coletivas de outras elites agrárias, os grandes proprietários de terras nos campos do sul do Brasil, criadores de gado extensivo, possuem uma trajetória ascendente tanto econômica quanto politicamente, em que seus integrantes passam a buscar títulos e ocupar os principais postos de mando da política nacional e da burocracia do Estado (LOVE, 1975; PICCIN, 2012).

O autor acima ainda analisa que historicamente, para a classe estancieira, o sentido dos investimentos escolares tem mais a ver com a consagração social e a ampliação dos distintos capitais do que com estratégias de reconversão de trajetórias sociais e busca de autonomização de jogos intelectuais. Além disso, os títulos escolares são usados mais para galgar posições sociais em outras esferas de poder, uma vez que a centralidade da hierarquia não é dada pela profissão. Mas isso é construído de modo que apareça desinteressado, como se houvesse predestinação natural a tais posições. Aí reside uma grande diferença para com as demais elites agrárias no mesmo período (PICCIN, 2015).

Desta forma, o acúmulo de capital da classe estancieira através dos tempos, através da observação de Piccin (2015), remete ao desejo por formas de distinção social, como a obtenção de títulos que serviriam como um atestado de sua honra, distanciando a sua imagem de ser “apenas um produtor rural”. Logo, pode-se observar que a classe estancieira é detentora de um “interesse desinteressado”, onde mesmo contando com a propriedade rural e a produção pecuária, ainda buscam novas formas de aprimoramento pessoal. Ou nas palavras de Pierre Bourdieu, um desinteresse interessado que acaba por ser acumulado como capital simbólico,

cujo substrato é a própria possibilidade de mostrar distância da necessidade (Bourdieu, 2002; 2008).

Quando comparados estes resultados com pesquisas realizadas anteriormente sobre o nível de formação dos pecuaristas gaúchos, essa soma de 80% dos entrevistados graduados (incluindo os que possuem apenas ensino superior e os que possuem também a pós-graduação) se mostra ainda mais expressiva. Em estudo realizado pelo SEBRAE/RS (2005), onde buscou-se descrever o tipo médio do pecuarista como um sujeito social com acesso à escolaridade (examinando-se o primeiro membro da família, que em geral é o chefe do estabelecimento), apenas 26,7% obtiveram um diploma de nível superior. Além disso, os que registram formação em nível superior, os cursos mais frequentes foram agronomia, veterinária e zootecnia, o que corrobora com os cursos encontrados nesta pesquisa e reforça a ideia dos produtores da Campanha estarem buscando no mundo acadêmico formas de aprimorar a sua produção, enquanto ainda mantém as raízes de seu sistema produtivo.

Já Andreatta (2009), ao estudar o perfil dos pecuaristas no Rio Grande do Sul, encontrou uma parcela um pouco maior do que na pesquisa realizada pelo SEBRAE, totalizando cerca de 38% dos entrevistados graduados, porém valor ainda muito inferior ao obtido nesta pesquisa. A autora ainda ressalta que é importante salientar que quando se considera os filhos(as) dos proprietários como os responsáveis pelo estabelecimento, o nível de escolaridade, em todos os perfis, é mais elevado. De acordo com Fontoura (2000), e Reverbel (1984), no período das estâncias, os filhos “mais inteligentes” eram enviados para os centros maiores para se tornarem “doutores”. Já os menos “capacitados” ficavam para cuidar do gerenciamento e dar continuidade às atividades na estância. Neste modelo de organização, ao voltarem para a terra natal, os filhos formados, exerciam a atividade de profissional liberal (médicos, advogados, veterinários, agrônomos), sem, contudo, romper os laços com a fazenda e/ou com a atividade pecuária.

Porém, estes profissionais “liberais-pecuaristas”, não raro, faziam da pecuária uma atividade secundária. Nesta relação, era natural a transferência de recursos destas atividades para o campo. Porém, estes recursos eram utilizados para a aquisição de mais áreas de campo ou gado e, dificilmente, para inovação tecnológica, como melhoramento do rebanho ou de pastagens, por exemplo (FONTOURA, 2000; REVERBEL, 1984). O alto nível de graduação dos produtores da Alianza del Pastizal, como pertencentes e sucessores de uma linha de senhores de terra tempo é uma estratégia que compõe esse grupo a bastante tempo. Esta afirmação faz ainda mais sentido quando comparada com os resultados da forma de obtenção da terra por esses produtores, que será abordada ainda neste capítulo.

Também é importante apontar que dos entrevistados, cerca de 66% atuam em outra profissão além da produção rural, o que confirma a tendência já apontada em Piccin (2015). Dentre estes, estão incluídos médicos, consultores agropecuários, advogados, professores, entre outras profissões, muitos oriundos de uma longa linha de produtores rurais, e outros se apresentando como profissionais liberais, certas vezes até mesmo sem grande contato anterior com o modo de vida campeiro. Esses perfis profissionais buscam conservar suas ocupações urbanas e um modo de vida a elas relacionado e investir na bovinocultura de corte de acordo com um modelo que não exija dedicação total de seu tempo. A pecuária extensiva se enquadra nesta estratégia de manutenção das posições sociais conforme analisado por Piccin (2021) É interessante acrescentar que algumas dessas pessoas, mesmo trabalhando em outras profissões, ainda optam pela moradia na fazenda (Tabela 2).

Tabela 2. Local de residência dos produtores rurais entrevistados

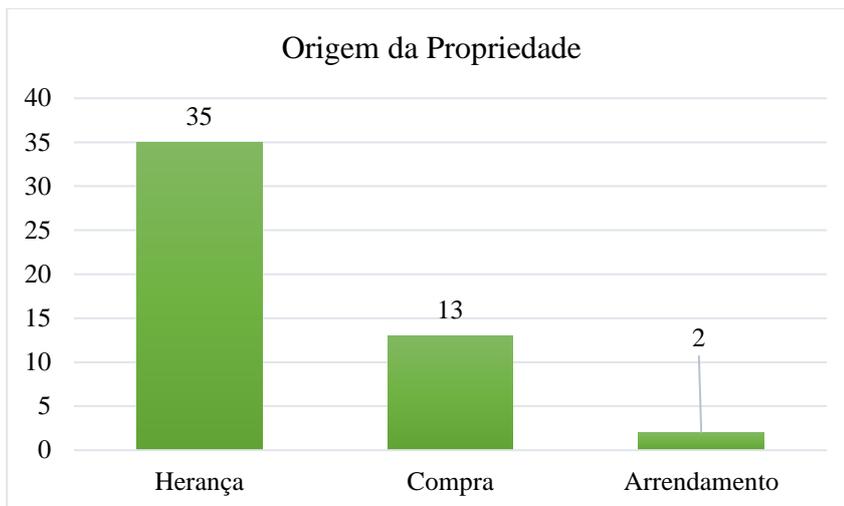
Residência na cidade	N	%
Sim	28	56%
Sim, mas mora no campo	13	26%
Não	9	18%
Total	50	100%

Fonte: O Autor (2021).

Como podemos observar, cerca de 56% dos produtores hoje optam por morar na cidade, seja por motivos de trabalho ou pelo estilo de vida. Alguns proprietários se dirigem às suas propriedades apenas nos finais de semana e as administram via contato telefônico, internet, entre outros meios de comunicação com seus empregados (NETO e BEZZI, 2009). Essa afirmação corrobora com os dados encontrados na pesquisa, ao observar a predominância da mão de obra contratada, aliada ou não à mão-de-obra familiar, onde um total de 96% dos produtores trabalha com mão de obra contratada em suas propriedades, contando ou não com o auxílio familiar no manejo dos animais e gestão da fazenda.

Quanto à forma de obtenção da propriedade (Figura 8), grande maioria dos produtores obtiveram as suas propriedades por meio da herança, totalizando cerca de 70%. Também pode ser observado que aqueles que obtiveram as terras por meio de compra no geral trabalham com profissões consideradas de alta remuneração, como bancários, gerentes de empresas, advogados, médicos, entre outros, o que demonstra a visão da produção rural como uma forma de investimento da sua receita advinda da profissão.

Figura 8. Forma de obtenção das terras dentre os produtores entrevistados



Fonte: O Autor (2021).

Este resultado corrobora com os dados divulgados pelo SEBRAE/RS (2005), onde do universo total pesquisado de pecuaristas do estado do Rio Grande do Sul (sendo um total de 540 estabelecimentos), 383 entrevistados (70,9%) declararam que obtiveram a terra mediante herança.

Segundo Andreatta (2009), historicamente, a terra tem simbolizado poder, status, um patrimônio renovável, perene, transmissível por herança e, mais recentemente, ativo financeiro. Ou seja, a terra revela um aspecto polivalente: bem patrimonial, bem de produção e símbolo de poder. Por outro lado, há uma forte relação entre as características culturais dos atores sociais, seus objetivos, decisões, a partir do universo rural em que estejam inseridos. É nessa perspectiva dialética que esses atores interpretam ou atribuem significados e valores às coisas, da mesma forma que a sociedade a sua volta interpreta essas questões, pois os sujeitos estão imersos ou fazem parte dela.

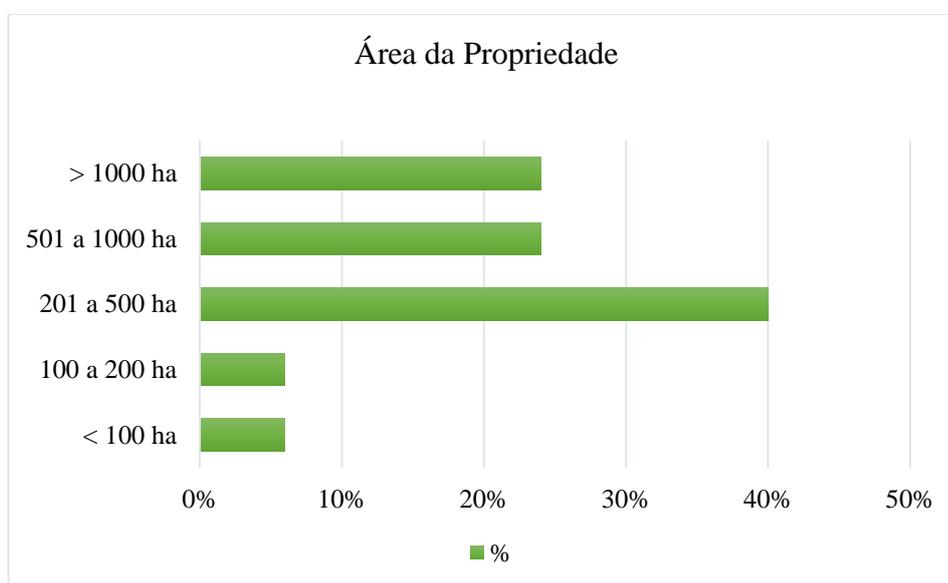
Essa realidade é reforçada na pesquisa de Piccin (2020), onde ao analisar as estratégias matrimoniais e sucessorais de reprodução social da classe estancieira do Rio Grande do Sul, observou a grande importância dada ao fato de se possuir extensões de terra, estas que deviam ser asseguradas para as próximas gerações da família, e se possível expandidas ou valorizadas através de estratégias matrimoniais com outros agentes importantes da sociedade local.

Este contexto de forte valor da sucessão rural na região da Campanha Gaúcha, também remete à ideia da preservação dos modelos de produção tradicionais da região, sustentando a força da bovinocultura de corte produzida em campo nativo nas propriedades. Essa ideia corrobora com o que descreve Bourdieu (2008), ao afirmar que qualquer herança material é,

propriamente falando, e simultaneamente, uma herança cultural; além disso, os bens de família têm como função não só certificar fisicamente a antiguidade e a continuidade da linhagem e, por conseguinte, consagrar sua identidade social, indissociável da permanência no tempo, mas também contribuir praticamente para a sua reprodução moral e simbólica, ou seja, para a transmissão dos valores, virtudes e competências.

Além disso, também é interessante observar o predomínio de médias e grandes extensões de terras dos participantes da Alianza del Pastizal, com poucos exemplos de produtores que possuam menos de 200 hectares (Figura 9).

Figura 9. Área das propriedades apresentada pelos produtores entrevistados



Fonte: O Autor (2021).

Dentre os produtores entrevistados, podemos observar um valor mínimo de área de 30 hectares, e um máximo de 3500. As faixas de valores definidas para cada grupo foram decididas para que possibilitassem uma comparação justa com os dados referentes ao tamanho dos estabelecimentos pecuários oferecidos pelo Censo Agropecuário de 2017 (Tabela 3). Através dos grupos de áreas selecionados, podemos observar um grande predomínio de produtores rurais com extensões de campos que vão de 200 a 500 hectares, juntamente com a grande presença de grandes propriedades com mais de 1000 hectares, e poucos casos de produtores com pequenas propriedades, pelo menos dentre o grupo dos 50 produtores entrevistados.

Tabela 3. Dados relacionados à distribuição de terras na Região da Campanha Gaúcha no ano de 2017.

Grupos de área total	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos com pecuária
> 1000 ha	1.546	827
501 a 1000 ha	1.880	1.313
201 a 500 ha	2.488	1.757
100 a 200 ha	1.921	1.342
< 100 ha	14.533	10.941
Total	22.580	16.369

Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

Os dados obtidos sobre os produtores associados à Alianza del Pastizal diferem com o Censo Agropecuário 2017 no sentido da proporção de propriedades com menos de 100 hectares serem a grande maioria dos estabelecimentos pecuários no estado do Rio Grande do Sul. Fator este que não se aplica dentre os produtores entrevistados. Porém, é importante observar a grande presença de áreas em torno de 200 a 500 hectares no Censo Agropecuário em relação aos outros grupos de área total com exceção do grupo de pequenas propriedades (< 100ha). Dados estes que corroboram com os encontrados nesta pesquisa. Destes, surge a hipótese de que grande parte dos produtores se tratam de famílias que possuíam grandes extensões de terra, das quais foram se dividindo entre os parentes no decorrer dos tempos, mas não o suficiente para que se tornassem pequenas propriedades.

Para a análise destes fatores, também pode ser levado em consideração o contexto histórico desta região da Campanha Gaúcha, onde desde os primórdios de sua exploração, sempre foram dedicados lotes expressivos de terras para a condução da pecuária. Segundo a análise de Piccin (2021), no histórico da região da Campanha, Independentemente de qual estratégia de exploração for levada a cabo nos domínios, as hierarquias sociais estão diretamente ligadas ao tamanho das posses de terra. Na economia estancieira criatória extensiva, quanto maior a produtividade do trabalho por área explorada, ou seja, quanto maior a extensão de terras sob o cuidado de cada trabalhador, maior o estoque de gados à disposição do estancieiro para manter ou aumentar os padrões de consumo de sua família.

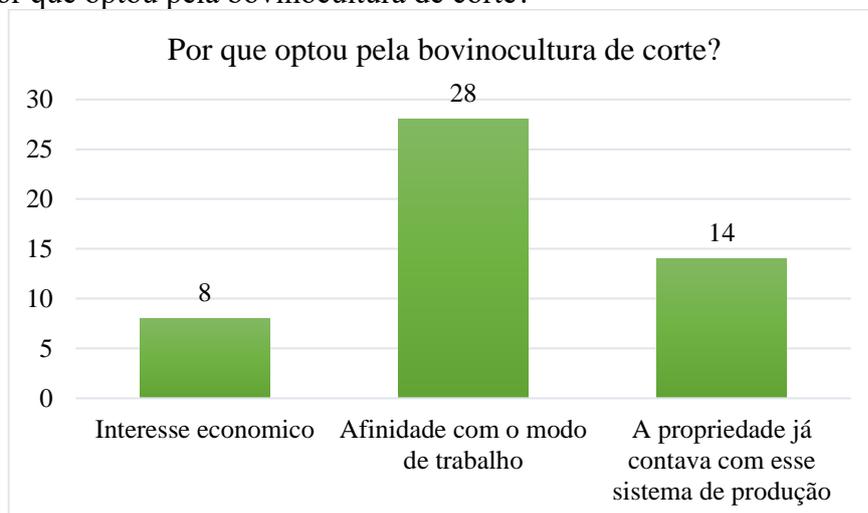
Esse fator, por muitas vezes levou as pessoas a afirmarem que, para uma bovinocultura de corte ser bem feita, principalmente quando falamos de sistemas de ciclo completo, seriam necessárias grandes extensões de terra. Porém, esta afirmação não é totalmente verdadeira, pois apesar do gado criado a pasto realmente exigir certo espaço, essa ideia está embasada em séculos de uma pecuária totalmente extensiva, com índices baixos de taxa de lotação e um

grande período de permanência dos animais nas propriedades, tendo em vista que até pouco tempo atrás os animais ainda eram vendidos com cerca de 4 a 5 anos.

Atualmente, graças aos avanços do conhecimento na área, que aprofundados no capítulo 3 desta dissertação, e resultaram em um aumento na produtividade dos campos nativos, possibilitando a presença de mais animais por área e a venda de animais mais novos, que permite uma melhor qualidade de carne, essa afirmação da necessidade de grandes extensões de terra não é mais realidade, desde seja alterado o sistema de produção, o que exige uma nova postura dos dirigentes econômicos perante seus empreendimentos, pois exige mais tempo de dedicação. Esta afirmação corrobora com os dados de diversos trabalhos realizados sobre os avanços da pesquisa neste tema, como por exemplo o descrito por Beretta et al., (2002), onde observou uma redução na área total de pastejo necessária para a pecuária, na medida em que se aumentava o percentual da área de pastagens nativas que passaram por um sistema de melhoramento, seja este realizado por adubação ou implantação de novas espécies ao dossel forrageiro.

Entretanto, a historiografia pertinente destaca que, embora tenha sido a base da economia gaúcha, a pecuária extensiva não desempenhou, tal como o café no centro do país, o papel gerador de capitais que pudesse impulsionar o setor industrial. Isso levanta a questão, sobre quais são as motivações que levam os estancieiros locais, em especial os produtores associados à Alianza del Pastizal, a manter a bovinocultura de corte como seu principal sistema produtivo. Dito isso, apresentam-se abaixo os resultados obtidos ao perguntar para os entrevistados sobre o porquê de terem optado pela bovinocultura de corte na sua propriedade (Figura 10).

Figura 10. Por que optou pela bovinocultura de corte?



Fonte: O Autor (2021).

No gráfico acima podemos observar que os principais motivos pelos quais os produtores optarem pela produção de bovinos de corte foram a afinidade com o modo de trabalho e o fato da propriedade já contar com esse sistema de produção quando adquirida. É importante considerar o que seria esta afinidade, que também poderia ser definida pela tradição pecuarista da região e/ou a possibilidade de os produtores já possuírem experiência prática com a atividade, ou seja, estes produtores seriam guiados por valores não-econômicos. Segundo a teoria de Gasson (1973), poderíamos dizer que estes pecuaristas são guiados por Valores Sociais e Expressivos. Neste contexto, os Valores Sociais seriam aqueles relacionados com o reconhecimento social, prestígio e continuidade da tradição familiar e regional. Enquanto os Valores Expressivos se referem ao sentimento de orgulho e satisfação de atuar em uma atividade agropecuária, fazendo referência às habilidades e aptidões próprios destas atividades, que remetem ao estilo de vida campeiro do Gaúcho, além do crescimento pessoal. Estas observações vão de encontro às análises realizadas por Piccin (2021), ao constatar que, os comportamentos observados na classe estancieira demonstram a força dessas formas de pensar que se mantêm válidas e orientam a ação, no sentido de buscar garantir ou almejar um determinado status e estilo de vida.

Os resultados também vão de acordo com a análise realizada por Andreatta (2009), onde observou ser expressivo o percentual de pecuaristas que manifestam atuar na bovinocultura de corte por tradição ou satisfação pessoal. Segundo a autora, estas motivações, em parte, tendem a ser decorrentes das características da bovinocultura de corte: uma atividade secular, vinculada a formação à histórica do Estado. Além do mais, os processos de fracionamento e herança também podem ser um dos fatores que contribui para esse comportamento, além de explicarem a porcentagem de nossa segunda opção, a afirmação de que a pecuária é trabalhada pela propriedade já contar com este tipo de atividade quando foi obtida.

Entretanto, é importante salientar a existência de um outro fator, baseado na observação de que apesar destas terras manterem sua posição como áreas de exploração pecuária, na grande maioria dos casos estes proprietários que tem em seus ideais a preservação da tradição, não são os agentes que atuam efetivamente na atividade. Isso pode ser explicado pelo conjunto de estratégias de reprodução social destas pessoas ao longo dos anos, ou seja, a migração dos membros da família para outras atividades econômicas e profissionais, ao mesmo tempo em que se mantém a propriedade na atividade pecuária por um conjunto de práticas econômicas, sociais, culturais e simbólicas. Logo, observa-se que na visão de muitos, pode ser

desprestigiante viver, depender e ter como única profissão o trabalho na fazenda, sendo que para este caso há o capataz e o peões.

Estes dados ainda corroboram com os apresentados pelo SEBRAE/RS (2005), onde quando indagados sobre suas motivações para se dedicar a atividades de criação de bovinos, 26,5% responderam que a praticam por tradição, 25,4% por satisfação e 14,4% por considerarem ser esta uma atividade segura. Apenas 8,7% afirmaram que a motivação principal era a obtenção de lucro.

Andreatta (2009) ainda aponta a hipótese de que a presença de outras atividades e/ou outras fontes de renda tendem a contribuir para a reprodução social do pecuarista e da família; podendo ser um fator que ajude a explicar o fato destes elencarem a tradição e a satisfação pessoal, como as motivações mais significativas para atuarem na bovinocultura de corte. Além disso, Andreatta ainda completa observando que talvez este também seja um dos fatores que contribuem para explicar a baixa eficiência técnico-produtiva e econômica, averiguada neste tipo de pecuaristas.

Rocha (2000) afirma que é perfeitamente possível justificar a permanência da bovinocultura de corte na Metade Sul do estado a partir do comportamento “conservador dos estancieiros”. Ainda segundo o autor, a cultura pecuarista dos estancieiros não era decorrente “de sua ignorância ou incompetência como agentes econômicos como alguns pregam, mas sim de uma racionalidade específica baseada nas características geográficas da região e na sua formação cultural que era originária principalmente do exército luso”. Logo, a especialização na bovinocultura de corte explorada de forma extensiva refletia, além de uma atividade econômica, uma “cultura econômica pecuarista” em quase todo o meio rural da Metade Sul.

Entretanto, a teoria acima cai por terra ao se levar em consideração as análises Piccin (2021), onde observa que, tendo em vista a lógica econômica estancieira, é notório que não tenha havido poupança monetária neste sistema social, como gostariam os analistas de inspiração econômica neoclássica. O problema da “descapitalização” deste sistema, como aparece em determinadas análises, é uma questão mal colocada porque tem como base regras sociais de hierarquia e poder estranhas ao mundo estancieiro e que determinam diferentemente o uso dos recursos monetários. O que se busca acumular e maximizar é o acúmulo de poder simbólico e não os recursos monetários em si. Onde na verdade, o que houve foi uma mudança das formas de acumular o próprio capital simbólico, em que um conjunto de práticas ainda emuladas pelos estancieiros já não lhes garantem os mesmos resultados no mercado capitalista e mesmo no espaço social, uma vez que um conjunto de agentes e de instituições concorrentes lhes ameaçam os princípios de legitimidade tradicional (PICCIN, 2021).

Desta forma, pensar as práticas econômicas desta classe estancieira através de um olhar característico do *homo economicus* e da economia neoclássica, conduz à uma análise errônea da realidade, reduzindo a trajetória desta região à uma desclassificação social. Os estudos com tais pressupostos, parte deles como demanda de governos executivos, identificam uma região estancieira mais pobre em relação às demais do estado, especialmente frente à “metade norte”, e deduzem que os próprios dominantes desse espaço são vítimas, ao modo de uma falta de opções produtivas ao longo das décadas. Como o diagnóstico é baseado em princípios analíticos que descrevem um comportamento econômico que só existe em teorias altamente abstratas postuladas por certa variante de economistas, creem que os agentes estão predispostos a mudar e irem em busca de maiores taxas de lucro. Para isso, bastaria melhorar a infraestrutura logística e oferecer alternativas produtivas, não sem investimentos públicos que na prática acabam valorizando a renda da terra, que é o que realmente o que buscam esses agentes (PICCIN, 2021).

Neste contexto, parte-se do pressuposto que a caracterização adequada dos diferentes sistemas de produção com bovinos de corte é necessária para qualquer ação de intervenção, tanto ao nível dos próprios produtores quanto ao nível do estabelecimento de políticas para o setor. Entretanto cabe ressaltar, que os condicionantes para os diferentes sistemas de produção podem ser de ordem cultural, ecológica (determinantes do meio físico – solo e clima), ou até mesmo conjunturais (preços e mercados) (SEBRAE/RS, 2005).

No caso da bovinocultura de corte, podemos, por exemplo, encontrar produtores exclusivamente pecuaristas que optam pelo ciclo completo (cria, recria e terminação), ou apenas por uma destas fases. Tudo isto torna difícil uma análise do desempenho das unidades de produção e, sobretudo análises comparativas, pois não apenas os componentes de custos devem ser rateados de forma diferenciada como também e, principalmente, a prioridade a uma ou outra atividade depende da importância relativa que o produtor dá aos diferentes tipos de produtos comercializáveis. Insere-se ainda neste contexto a questão da escala de produção, que muitas vezes é incompatível com os custos do sistema de produção utilizado, e que é adotado normalmente por uma decisão cultural, muito mais do que por uma análise da viabilidade econômica da atividade desejada (SEBRAE/RS, 2005; MIGUEL et al., 2006).

Segundo Miguel et al. (2006), a delimitação dos sistemas de produção implementados pelos bovinocultores de corte foi realizada a partir da análise da combinação de atividades produtivas relevantes encontradas em nível dos estabelecimentos agrícolas (tipo de sistema de criação predominante; presença de atividades de produção vegetal própria e relevante; existência de outras atividades de criação animal). Os sistemas de criação de bovinos de corte implementados foram delimitados a partir da identificação do tipo de manejo predominante em

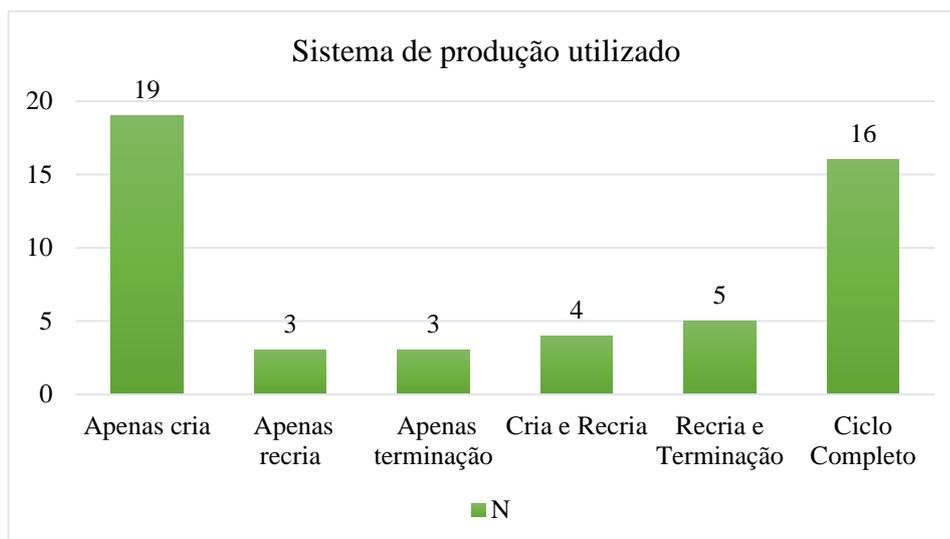
nível do estabelecimento (ciclo completo, cria, recria e terminação), estes que também podem ser trabalhados com a união de apenas dois sistemas, como cria e recria ou recria e terminação.

Estes sistemas podem ser explicados da seguinte forma:

- **Ciclo completo:** corresponde ao sistema de criação onde o produtor realiza todas as fases da criação, ou seja, desde a cria de terneiros até a terminação dos animais. Esses produtores comercializam animais terminados (novilhos, novilhas e bois) e animais de descarte (vacas de cria e touros);
- **Cria:** corresponde ao sistema de criação onde o produtor realiza apenas a cria de terneiros. Além da produção de terneiros esses produtores comercializam animais de descarte (vacas de cria e touros);
- **Cria e Recria:** corresponde ao sistema de criação onde o produtor realiza a cria de terneiros e a produção de animais para engorde/terminação. Além da produção de terneiros esses produtores comercializam animais de engorde e animais de descarte (vacas de cria e touros);
- **Recria e Terminação:** corresponde ao sistema de criação onde o produtor adquire terneiros e animais de engorde. Esses produtores comercializam animais terminados para abate.
- **Apenas Terminação:** corresponde ao sistema de criação onde o produtor adquire apenas animais para engorde final. Esses produtores comercializam animais terminados para abate.

Quanto ao sistema de produção utilizado (Figura 11), observa-se que a maior parte dos produtores associados à Alianza trabalham com sistema de cria, recria, ou com a união de ambos estes sistemas, o que apesar de se beneficiar de eventos como os remates de terneiros organizados pela Alianza, pode dificultar o trabalho de se manter uma escala de produção de carne certificada, pela falta de produtores que trabalham com a terminação dos animais para o abate.

Figura 11. Sistema de produção bovina utilizado pelos produtores entrevistados.



Fonte: O Autor (2021).

A grande porcentagem de produtores que adotam o sistema de apenas cria com a venda de terneiros e o de ciclo completo, corroboram até certo ponto com os dados apresentados pelo SEBRAE/RS (2005), porém, na pesquisa referenciada, o sistema de ciclo completo ainda se mostrava superior, totalizando 43% dos estabelecimentos pecuários no estado do Rio Grande do Sul. Essa preferência pelo sistema de cria por parte dos produtores entrevistados, poderia ser explicada por diversas hipóteses, como o incentivo dos leilões de terneiros realizados pela Alianza, desde uma época onde o sistema de certificação de carne ainda não era uma realidade; A preferência pelo manejo de um rebanho de apenas cria, tendo em vista tanto questões morais, como a romantização do sistema relacionada à criação dos animais desde o seu nascimento e a opção por não comercializar animais direto ao abate, obtendo a sua renda através de relações comerciais com outros produtores rurais. Quanto restrições físicas da propriedade, pela maior necessidade de espaço para que seja possível a exploração deste sistema sem a necessidade de redução no número de matrizes (Tabela 4); ou até mesmo a preferência pela realização de vendas diretas entre produtores, possibilitando a venda do seu produto final, no caso os terneiros, sem a necessidade de negociação com os frigoríficos.

Esta preferência pelas vendas diretas a outros produtores também foi observada pelo estudo apresentado pelo SEBRAE/RS (2005), que aprofunda essa discussão relatando que esse fator se baseia principalmente na valorização das relações pessoais previamente estabelecidas entre estes produtores, além de outras questões o desejo de pagamento por qualidade e busca dos melhores preços e o desapareço por contratos prévios. Dentre os problemas encontrados na comercialização ainda foram destacados a manifestação unânime sobre os baixos preços recebidos e a sensação de incerteza que permeia o processo, principalmente pelas métricas de

pagamento dos frigoríficos. É expressiva também a manifestação da falta de alternativa de compradores.

Tabela 4. Tabulação cruzada Sistema de produção x Área da propriedade

Sistema Produtivo Utilizado	Área da propriedade					Total
	< 100 ha	100 a 300 ha	301 a 500 ha	501 a 1000 ha	> 1000 ha	
Apenas cria	2	2	8	6	1	19
Apenas recria	1	-	-	1	1	3
Apenas terminação	-	1	1	-	1	3
Cria e recria	-	-	1	2	1	4
Recria e terminação	-	2	2	-	1	5
Ciclo completo	-	1	5	3	7	16
Total	3	6	17	10	12	50

Fonte: O Autor (2021).

A tabela acima ainda reforça a hipótese de a escolha do sistema de produção utilizado na propriedade ser influenciada por questões físicas da propriedade. Através destes dados, é possível observar que dos 50 produtores entrevistados, o número mais expressivo daqueles que trabalhavam com o sistema de ciclo completo vem do grupo de produtores que possuem acima de 1000 hectares de terra, onde o maior espaço possibilita a presença de diferentes categorias de animais dentro da propriedade sem a necessidade de redução do plantel de matrizes. Enquanto o sistema de apenas cria se destaca principal em propriedades que possuem de 300 a 1000 hectares.

Quanto aos motivos que levaram estes produtores a se associarem a Alianza del Pastizal, destaca-se primeiramente o interesse pela conservação do bioma Pampa, aliado ao interesse de se obter maior conhecimento técnico sobre o manejo do campo nativo e suas peculiaridades. É interessante observar que poucos produtores apontaram o interesse econômico como um dos motivos de se juntar a Alianza, o que mostra que essa escolha vem de valores internos dos produtores e não apenas por uma busca por mais rentabilidade.

Logo, podemos observar que o *habitus* de pensamento e tomada de decisão deste grupo de agentes se origina de um conjunto de valores complexos. Logo, o modo de vida e tomada de decisão deste grupo de produtores, se alinha às premissas de preservação da biodiversidade campestre adotadas pela Alianza del Pastizal e suas ONGs matrizes. Com a união destes fatores, vemos uma fuga da racionalidade associada ao *homo economicus*, onde neste caso vemos o interesse e as questões relacionadas ao sistema econômico sendo dirigidas por motivações não econômicas (PICCIN, 2021; POLANYI, 1980).

Isso remete a um debate importante sobre o desenvolvimento rural no Brasil, sob o pretexto capitalista de que para que o país se torne competitivo, é necessário modificar os modos de se pensar na produção tradicionais das regiões. Entretanto, tais características não somente são possíveis de serem mudadas na rapidez desejada, mas podem passar por um período de adaptação. Segundo Piccin (2021), também é importante constatar que não há uma via apenas de desenvolvimento ou um tipo de capitalismo, senão tantas quanto possíveis a depender do jogo de forças sociais em cada momento histórico. O chamado “agronegócio”, utilizado como categoria de auto identificação política em época de globalização dos mercados, disseminado por publicidade milionária nas mídias, que procura vender uma imagem moderna e de alta capacidade técnica dos proprietários, pode ser uma boa elaboração ideológica, mas esta representação está longe de estar fundada na observação isenta dos comportamentos e modos de pensar efetivos do mundo rural.

Um dos fatores que demonstra a diferença no modo de pensar da classe estancieira, é o fato de a renda da terra permitir a perenidade desse setor das classes dominantes e ajuda a explicar os seus comportamentos econômicos, na medida em que buscam conservar o patrimônio. O simples fato de conservar o patrimônio fundiário lhes proporciona renda, algo completamente diferente de padrões da indústria com o lucro. Lucro e renda que podem estar personificados em um mesmo proprietário, um único indivíduo, desde que ele mesmo explore seu patrimônio em terras e retire, depois de descontados os salários e custos intermediários de produção, além do custo do desgaste de maquinarias e capital constante, um algo mais monetário, além da renda da terra (PICCIN, 2021).

Não bastam apenas estratégias que buscam apenas incentivar uma maior lucratividade aos pecuaristas, muitas vezes disfarçadas como “empreendedorismo”. Sendo necessário explorar práticas econômicas que aumentem o valor daquela terra, e tragam prestígio e distinção à cultura deste grupo. Como pode ser o caso de um projeto de valorização como a certificação das carnes oriundas do Pampa Gaúcho, que além de buscarem um incentivo financeiro, também remete uma imagem de prestígio para a região e seus produtores, através de conceitos que se aproximam das noções de um terroir da carne bovina.

4 A EXPLORAÇÃO DO CAMPO NATIVO NO PAMPA A PARTIR DA ALIANZA DEL PASTIZAL

Neste capítulo serão apresentadas e discutidas informações relacionadas ao contexto atual do bioma Pampa no Brasil, como a conformação de sua paisagem, diversidade de fauna e flora e aspectos relacionados a produção de bovinos de corte neste ambiente. Serão apresentados dados sobre as principais dificuldades apontadas pelos produtores entrevistados da Alianza del Pastizal ao trabalhar com a pecuária em campo nativo, além de suas perspectivas quanto ao arrendamento de propriedades e o avanço das monoculturas na região.

4.1 LIMITAÇÕES E DIFICULDADES NO MANEJO DOS CAMPOS DO BIOMA PAMPA

A paisagem pampeana, compõe um ecossistema natural rico, com alta diversidade de espécies vegetais e animais. Estas formações de campos, que no Brasil, se estendem por grande parte do estado do Rio Grande do Sul, dividindo o mesmo com o bioma de Mata Atlântica ao norte do estado. Dentre os biomas com formações campestres, incluem-se os pampas e os campos da Argentina, Uruguai e sul do Brasil, as pradarias das Grandes Planícies da América do Norte, as estepes do leste da Europa e sul da Rússia e da Mongólia, os grassvelds da África do Sul e as Planícies da Nova Zelândia (BILENCA; MINARRO, 2004).

O bioma Pampa é caracterizado por um relevo de planaltos e coxilhas, contando com uma estrutura vegetativa composta principalmente de gramíneas, com grande diversidade de espécies rasteiras, podendo ser prostradas ou cespitosas, e espécies arbustivas, com presença de árvores mais isoladas na paisagem ou concentradas em áreas mais úmidas (COLLARES et al., 2021). A região demonstra grande importância para a garantia de serviços ambientais necessários, como a conservação de recursos hídricos, visto que o bioma abrange em grande parte o Aquífero Guarani, a disponibilidade de polinizadores e o provimento de recursos genéticos, oriundos de uma fauna e flora específicas, além do fornecimento de uma base forrageira sólida para a exploração econômica, principalmente quando falamos da pecuária, atividade tradicional da região. Compondo assim uma paisagem que pode ser descrita como um mosaico-campo floresta (BEHLING et al., 2009).

Segundo Behling et al. (2009), este cenário ainda instiga diversos naturalistas e ecologistas sobre a questão de se esses campos seriam naturais, ou teriam sido formados devido à atividade humana pré e pós-Colombianas. Essa dúvida se dá pelo fato de que o clima atual, com condições úmidas na maior parte da região, deveria favorecer uma paisagem mais florestal.

Sendo que, dentre os debates realizados, pôde ser observado que a vegetação fechada deveria ser capaz de se expandir sobre esses campos, atribuindo a presença de uma situação de transição entre a floresta tropical, oriunda do norte do estado, e a vegetação de campo presente no sul. Entretanto, os estudos realizados, baseados principalmente em evidências fitogeográficas, apresentaram relatos de que os campos seriam o tipo de vegetação mais antigo, e que a expansão da floresta tropical seria um processo mais recente, decorrente das mudanças climáticas que trouxeram condições mais úmidas para a região.

Desta forma, a região do Pampa, apesar de seu paisagismo característico, se trata de um espaço bem heterogêneo quando falamos sobre a fisionomia vegetal e a distribuição de espécies em seu território (Overbeck *et al.*, 2015). Essa grande diversidade biológica é oriunda principalmente de uma grande variabilidade nos tipos de solo apresentados em suas microrregiões, além da topografia e disponibilidade de água em suas microrregiões, seja esta definida pela pluviosidade ou pela presença de rios e lagoas (Hasenack *et al.*, 2007).

De acordo com o levantamento realizado por Lemos (1973), em uma pesquisa realizada pela Embrapa e Ministério do Meio Ambiente, podem ser encontrados nove tipos diferentes de solos no território do estado, estes ainda contando com alta variabilidade em suas distintas microrregiões. Dessa forma, temos plantas adaptadas a solos mais secos ou mais úmidos, mais argilosos ou mais arenosos, com mais ou menos matéria orgânica e com mineralogias completamente diferentes. Temos climas continentais e marítimos, com variações de altitude entre 1.800 m e o nível do mar, que determinam variações estacionais de temperatura extremamente contrastantes. Somam-se a isso precipitações anuais que variam de cerca de 2.000 mm a menos de 1.200 mm e um histórico de coevolução dessa vegetação com a herbívora, que determina elevada resistência e tolerância ao pastejo. Tudo isso resulta numa riqueza de germoplasma representada por cerca de 3.000 espécies de plantas superiores (BOLDRINI *et al.*, 2015; NABINGER e DALL'AGNOL, 2020).

A diversidade de espécies no sistema campestre do Rio Grande do Sul, popularmente conhecido como campos do sul ou campos sulinos, chega a totalizar um valor de aproximadamente 2.000 espécies (BOLDRINI *et al.*, 2015). Esse valor se torna ainda mais expressivo quando comparado a estudos realizados em biomas semelhantes, como as pradarias norte-americanas, que foram objeto de pesquisa de Leach e Givnish (1996), onde foram registradas apenas cerca de 266 espécies em uma área de 800.000 hectares no estado de Wisconsin. De acordo com o estudo divulgado por Boldrini *et al.* (2015), a estrutura da vegetação campestre geralmente é formada por gramíneas, que podem ter hábito rasteiro (espécies prostradas) ou mais ereto (espécies cespitosas, formam touceiras). Entretanto, no

meio das gramíneas podemos encontrar muitas outras espécies, desde ervas pequenas até arbustos. Sendo a grande maioria destas plantas é de vida longa, ou seja, são espécies perenes. A presença de algumas famílias de plantas presentes no Bioma Pampa pode ser observada na Tabela 5.

Tabela 5. Nível de presença das principais famílias botânicas nos campos do Rio Grande do Sul.

Família Botânica	Número de espécies aproximado			
	Mundo	Brasil	RS	Campos
<i>Poaceae</i>	9.000	1.485	473	423
<i>Asteraceae</i>	23.000	2.065	565	480
<i>Fabaceae</i>	19.500	2.802	324	234
<i>Cyperaceae</i>	5.000	673	189	145
<i>Verbenaceae</i>	1.200	288	72	67
<i>Cactaceae</i>	1.500	260	72	57
<i>Malvaceae</i>	4.200	765	98	83
<i>Iridaceae</i>	1.870	190	70	57
<i>Apiaceae</i>	3.000	84	32	32

Fonte: Adaptado de Boldrini *et al.*, (2015).

Destas famílias botânicas, as que se apresentam de forma mais expressiva na região são a família das gramíneas (*Poaceae*), que são as fornecedoras de grande parte do material forrageiro disponível neste bioma para a produção animal; as compostas (*Asteraceae*), formadas principalmente por ervas e arbustos, diversos com usos medicinais, que compõem a paisagem do Pampa; e as leguminosas nativas (*Fabaceae*) também com alto valor alimentício, tanto na forma de forragem para os animais, quanto para alimentação humana, e ainda prestam um importante serviço ecossistêmico na fixação de nitrogênio no solo, fator que se bem manejado, no decorrer dos anos pode reduzir o custo de produção da propriedade.

Essa riqueza de famílias e espécies, com variadas formas de crescimento, acaba por conferir também elevada resiliência dessas vegetações às variações de manejo (espécies animais, carga animal, uso de fogo etc.), bem como a eventos climáticos anormais, decorrentes das mudanças climáticas. Sendo de fundamental importância para o valor paisagístico dos campos, e prestando serviços como a manutenção da fertilidade do solo, hábitat de espécies, propriedades medicinais e resultando na possibilidade de que essa vegetação diversa seja capaz de propiciar carne, leite, mel, com características diferenciadas, próprias de uma dieta só possibilitada pela rica, diversa e possivelmente única flora dos campos dessa região (NABINGER *et al.*, 2011; LOBATO *et al.*, 2014).

Entretanto, segundo Nabinger e Dall'agnol (2020), por diversas vezes essa alta diversidade de espécies pode influenciar negativamente, ou até mesmo o produtor rural, pois o coloca diante do desafio de controlar o pastejo, de modo a manter essa diversidade num grau tal que otimize a produção animal e os serviços ecossistêmicos. Ou seja, obriga a manter uma diversidade que a formação agrônômica normalmente considera indesejável, pois está geralmente direcionada para monocultivos intensivos. Por isso, é necessário que o tomador de decisão, seja ele o próprio produtor ou o técnico responsável por prestar assistência na propriedade, saiba reconhecer as espécies-chave que compõem esse ambiente de campo nativo, em especial, as espécies de uso forrageiro que contribuem para a alimentação dos animais.

Além disso, após centenas de anos de convívio com a presença de herbívoros, em especial o gado bovino, pesquisadores ainda apontam a existência de uma coevolução, entre as espécies vegetais presentes no bioma e o impacto do pastejo. Desta forma, podem ser observadas diversas espécies que desenvolveram adaptações, e hoje necessitam deste regime de perturbação para ocorrerem na comunidade (BUGALHO e ABREU, 2008). Um bom exemplo dessa relação são as gramíneas prostradas, ou rasteiras, e diversas plantas nativas intersticiais, que dependem da redução da competição pela abertura de clareiras no dossel forrageiro, estas formadas pelas espécies herbívoras através do pastejo e pisoteio (RODRÍGUEZ et al. 2003; NABINGER, 2006; OVERBECK et al. 2007; BENCKE, 2009).

Essa influência se estende até mesmo para a fauna campestre, apesar da grande maioria dos estudos desta parte ter seu enfoque principalmente na categoria das aves, por se tratar de uma região importante para estudo deste tema (BENCKE, 2009). Entretanto, existem evidências de que as conclusões obtidas para o grupo das aves também podem ser válidas para outros grupos biológicos. (Jones 2000, DeBano 2006, Cole et al. 2007, Reid & Hochuli 2007). Desta forma, tanto a ausência generalizada de perturbação, quanto o seu excesso, representado pelo sobrepastejo, são prejudiciais à biodiversidade destes ecossistemas campestres, levando à redução do número de espécies pela perda da heterogeneidade do hábitat (Plantureux et al. 2005, García et al. 2008). Logo, pode-se observar que a exploração pecuária realizada de forma sustentável nos campos sulinos, é uma aliada primordial à preservação do ecossistema, justificando os esforços de ONGs como a Birdlife Company e SAVE Brasil a trabalhar em união com os produtores rurais desta região através da Alianza del Pastizal.

Além das espécies nativas, ainda existem certas espécies introduzidas de forma exótica, que foram adaptadas e compõe a paisagem do Pampa, sendo estas principalmente utilizadas como melhoria forrageira da pastagem para os animais na estação fria, onde a grande maioria das espécies nativas, apesar de perenes, se encontram em estado de dormência. Alguns

exemplos de espécies introduzidas para essa finalidade de aprimorar a produção animal, foram o azémem (*Lolium multiflorum*), gramínea de ciclo invernal, com cultivares de característica perene, o trevo-branco (*Trifolium repens*) e o cornichão (*Lotus corniculatus*), uma leguminosa com altos valores nutricionais para os animais, além de atuar como um importante fixador de nitrogênio. Entretanto, apesar da grande maioria destas espécies exóticas difundidas nos Pampas terem se adaptado à região e melhorado os índices de produção animal sem afetar o equilíbrio do ecossistema, também existem espécies que foram introduzidas e acabaram por se tornar pragas, impactando negativamente na diversidade de espécies nativas pelo seu potencial de dominância.

Um destes exemplos é o capim-annoni (*Eragrostis plana* Ness), planta invasora de origem africana, que apesar de ter vindo para o Brasil, por volta da Década de 50, como um grande suporte para a produção animal, acabou se mostrando, além de pouco nutritiva para os animais, um dos maiores desequilíbrios ecológicos da região (REIS, 2000; COLLARES et al., 2021). A espécie se caracteriza como um distúrbio no ambiente principalmente devido à alta persistência da mesma diante de cortes e pisoteio, resistência a geadas, fácil rebrote e capacidade de estabelecimento até mesmo em solos pobres, desestruturados e compactados. O problema ainda aumenta pelo fato de suas sementes permanecerem viáveis ao passar pelo trato digestivo dos animais, devido à baixa aceitabilidade, e da espécie possuir efeitos alelopáticos, que prejudicam a germinação de diversas espécies nativas ao seu redor (Reis, 2000; Ferreira et al., 2008; Ferreira e Filippi, 2010).

Dentre os produtores entrevistados, grande parte das propriedades sempre contou majoritariamente com a produção em campo nativo na sua propriedade, porém já podem ser observados alguns produtores associados que buscaram a restauração das pastagens nativas na sua propriedade, destes, salvo uma exceção, todos os produtores pretendem manter a produção da sua propriedade baseada na utilização das pastagens nativas.

Neste contexto, os produtores foram questionados sobre na sua visão, quais são as principais dificuldades encontradas ao se trabalhar a pecuária em campo nativo. Nesta pesquisa, foi avaliada a frequência em que as opções foram definidas como problema pelos produtores respondentes do questionário, sendo que era possível apontar mais de uma opção, os resultados podem ser observados na Tabela 6.

Tabela 6. Principais dificuldades encontradas pelos produtores da Alianza del Pastizal ao trabalhar com a pecuária baseada em campo nativo.

Principais dificuldades apontadas pelos produtores	Frequência (%)
Baixa produtividade do campo na estação fria	56,9
Controle de plantas invasoras	43,2
Manejo do campo e do gado (Oferta de forragem)	31,4
Problemas climáticos	23,5
Baixa rentabilidade e pouco recurso para investir	4
Deriva de agrotóxicos das lavouras nos campos	2

Fonte: O Autor (2021).

As principais dificuldades técnicas apontadas pelos produtores ao trabalhar com o campo nativo, destaca-se a baixa produtividade na estação fria, o controle de plantas invasoras (em específico o capim-annoni), a dificuldade do manejo de oferta de forragem ao gado para a otimização da conversão alimentar e taxa de crescimento da pastagem. Outros problemas também apontados foram problemas climáticos (em específico como lidar com grandes períodos de estiagem), a baixa rentabilidade inicial e a dificuldade de se obter recursos para investir no campo, baixa fertilidade do solo na propriedade e a deriva de agrotóxicos oriundos das lavouras nos campos.

O principal problema apresentado, caracterizado pela baixa produtividade na estação fria observada pelos produtores entrevistados, pode ser explicada pela grande predominância de gramíneas C4 no dossel forrageiro dos campos sulinos. As plantas C4 são espécies caracterizadas por possuírem uma estrutura funcional adaptada a climas mais quentes, mantendo um desempenho constante em temperaturas que vão de 10 a 40 °C, também tendo como sua característica uma maior taxa de absorção de CO₂, o que confere valor na mitigação de gases do efeito estufa a este ecossistema.

Neste contexto, a produção de forragem nos campos nativos se torna altamente estacional, sendo observado valores de produção forrageira entre 25 a 35 kg de MS/ha entre a primavera e o verão, e apenas de 0 a 5 kg de MS/ha no inverno (CARVALHO et al., 2006). Além disso, por muitas vezes o acúmulo de forragem no verão, quando a oferta de forragem não foi trabalhada adequadamente, impede o crescimento das espécies invernais, contribuindo para a limitação da oferta de pastagem verde e de qualidade na estação fria (CARVALHO et al., 2007).

O conceito de oferta de forragem, que se encontra em terceiro lugar no ranking de dificuldades apresentados pelos produtores, pode ser definido como uma estratégia de manejo do gado baseada principalmente no nível de estrutura da vegetação, ou no nível de pressão de

pastejo necessário para que aquela área mantenha a estrutura desejada. Esta estratégia de manejo do campo nativo já vem sendo difundida através de pesquisas a muitos anos na região do Pampa, sendo um exemplo a pesquisa realizada por Maraschin (2001), onde observou as diferenças apresentadas por uma pastagem nativa manejada sobre diferentes índices de oferta de forragem, estes baseados na oferta de massa forrageira correspondente a uma porcentagem do peso vivo dos animais no local, sendo avaliados os níveis de 4%, 8%, 12% e 16% do peso vivo, todos resultando em diferentes perfis de campo, e diferentes níveis de produtividade.

Através destes estudos, Collares et al., (2021), faz uma síntese dos resultados, observando que, com baixa oferta de forragem (4%), o perfil da pastagem é uniforme e a forragem disponível é sempre nova, com predominância de espécies prostradas, com diminuição na presença de espécies cespitosas devido à maior proporção de solo descoberto. Entretanto, nestes locais de baixa oferta de forragem, os animais não tem oportunidade de escolha e acabam pastando de forma homogênea. O resultado na composição do campo também é uma vegetação funcionalmente homogênea e de baixa diversidade. Logo, a pastagem apresenta um rebrote ativo e intenso, mas a alta intensidade de pastejo não permite a manutenção de uma estrutura que beneficie aos animais, seja para hábitat ou alimentação. Já em um nível de oferta intermediária (entre 8% e 12%), uma grande renovação do perfil do pasto é frequentemente observada. Enquanto na oferta de forragem de 16% o campo apresenta um porte mais elevado, sendo caracterizado pela grande presença de touceiras. Neste caso, a biomassa aérea e também seu sistema radicular correspondente podem representar menor vulnerabilidade. (Setelich, 1994; Maraschin, 2001; Pinto et al., 2007; Carvalho et al., 2007).

Logo, pode-se observar que existe uma diferença significativa nos atributos funcionais de campos trabalhados em diferentes níveis de oferta de forragem. Sendo uma das principais tendências, a diminuição de gramíneas e o aumento relativo de não-gramíneas. Também se constata a presença de espécies mais altas e com folhas mais grossas nos tratamentos de maior oferta; enquanto que, nos de menor oferta, aumenta o número de espécies que apresentam estruturas subterrâneas de reserva e espécies com folhas mais tenras. Outra tendência percebida é a diminuição no número de tipos funcionais apresentados pelas plantas em resposta ao aumento da intensidade de pastejo. Logo, estas áreas manejadas com menor oferta de forragem, além de um menor índice de produção animal, também apresentam menor diversidade e facilitam a entrada de espécies invasoras como o capim-annoni.

À medida que se incrementa a oferta de forragem, a diversidade funcional também aumenta e se formam áreas mais intensamente pastejadas, dominadas por plantas resistentes ao pastejo, e áreas poucos pastejadas, dominadas por plantas conservativas. Porém, ao se passar

do ponto, a grande presença de touceiras e plantas de porte mais alto e resistentes ao pastejo, também podem dificultar a manifestação de espécies rasteiras, além de também facilitar a entrada de espécies invasoras, prejudicando a diversidade local de espécies de forma semelhante aos níveis de oferta mais baixos. Com o manejo adequado, temos como resultado um ambiente mais diversificado, resiliente e eficiente na utilização dos recursos disponíveis.

Desta forma, podemos observar que o manejo correto da oferta de forragem, que se encontra em terceiro lugar no ranking dos produtores, pode ter grande influência no impacto nos pontos que ocupam as duas primeiras colocações, sendo eles a baixa produtividade do inverno, que pode ser aliviada até certo ponto pelo manejo correto da oferta na estação quente. Quanto à questão das plantas invasoras, em especial o capim-annoni, que ocupa a segunda colocação, a oferta de forragem pode oferecer uma forma de manejo preventivo à entrada da espécie nos campos, além de controlar até certo ponto, o seu domínio sobre as espécies nativas.

Para o alívio da estacionalidade de produção na estação fria, o produtor ainda pode contar com o melhoramento do campo nativo através da adubação e introdução de novas espécies adaptadas ao ecossistema, e que podem ser implantadas sem a necessidade de operações invasivas ao solo, através do método de sobressemeadura. Dentre as espécies que podem ser utilizadas para este fim, destaca-se como gramínea de inverno o azevém (*Lolium multiflorum*), as leguminosas hibernais, em especial dos gêneros *Trifolium* e *Lotus* (NABINGER et al., 2000; CARVALHO, et al., 2006).

Quanto ao problema do capim-annoni, além de se mostrar como um grande empecilho para a produção animal nos campos, a questão de espécies exóticas invasoras é classificada como a segunda maior ameaça para a biodiversidade global, permanecendo atrás apenas do desmatamento. Este cenário tem aumentado em nível global, intensificando os riscos para a sustentabilidade e alterando a fisionomia da paisagem natural com vultosos prejuízos econômicos (PIMENTEL et al., 2000). Dito isso, é importante acrescentar que ainda hoje não se encontrou uma solução 100% eficaz para o controle e/ou prevenção das invasões da planta. Isso se dá principalmente pela facilidade de dispersão. Sendo que, Devido ao tamanho pequeno da semente, sua dispersão é favorecida pelo transporte dos animais através de suas patas e trato digestório, também através do vento, veículos de qualquer porte e cursos d'água (DE ÁVILA et al., 2020).

Dentre os métodos de controle disponíveis atualmente, o mais atual e que tem apresentado mais resultados é a metodologia MIRAPASTO (Método Integrado de Recuperação de Pastagens), onde Perez (2015) em suas pesquisas desenvolvidas na Embrapa Pecuária Sul no município de Bagé-RS, por meio da aplicação conjunta de técnicas já descobertas por outros

pesquisadores, ressalta a necessidade de estabelecerem-se quatro manejos associados. Estas práticas consistem em: a) controlar as plantas indesejáveis por meio de aplicação seletiva de herbicida; b) correção e manutenção da fertilidade do solo (possibilita a competição das pastagens nativas ou cultivadas com o capim-annoni); c) introdução de espécies forrageiras (contribui para a melhor qualidade e oferta de forragem ao longo do ano e recobre as áreas que estavam ocupadas pela invasora); d) o ajuste da oferta de pasto (mantendo uma altura acima de 10 cm do resíduo de pastagem, possibilita a conservação das plantas forrageiras e dificulta o estabelecimento de novas plantas invasoras.

Além das discutidas acima, outras dificuldades indicadas pelos produtores são problemas climáticos, a falta de recursos para investimento na produção e a deriva de agrotóxicos das lavouras nos campos nativos. Sobre a questão dos problemas climáticos, ou mais especificamente o problema da estiagem na região, é importante destacar que a metade sul do Rio Grande do Sul naturalmente recebe menos chuva do que a metade norte, o que representa uma tendência histórica de ocorrência de seca em vários municípios gaúchos durante o verão (LEIVAS et al. 2006). Além deste fator histórico e geográfico, fortes estiagens têm assolado praticamente todo o estado nos últimos anos, onde por diversas vezes, dezenas de municípios tem a necessidade de decretar situação de emergência devido à seca no estado (SANTOS, 2009).

Esta característica histórica da falta de água na região acaba por se tornar um problema difícil de ser contornada pelos produtores que trabalham apenas com o campo nativo, pela impossibilidade de se adotar sistemas de irrigação, que possuem um custo alto demais para que seja viável a aplicação em um sistema menos intensivo como a exploração pecuária em campo nativo. E essa dificuldade não se prende apenas aos pecuaristas, pois a seca ainda ocasiona grandes perdas aos adeptos do monocultivo, em especial aos sojicultores.

A série histórica de produtividade da soja no Brasil dos anos 1976/77 a 2016/17 mostra um grande número de safras frustradas para o Rio Grande do Sul, além da menor produtividade em relação à média nacional (CONAB, 2017). Em um estudo realizado por Rio (2014), o autor constatou que nos municípios de Bagé e Pelotas, ocorrem os maiores riscos climáticos para o cultivo da soja, quando comparados a outros municípios das regiões Centro-Oeste e Sul do país. O problema é grave porque, quando ele ocorre, a produção das lavouras de verão acaba sendo fortemente prejudicada, já que a fase de desenvolvimento dessas culturas coincide com o período do ano em que as estiagens são mais frequentes, ou seja, de novembro a março (FOCHEZATTO, 2011). Este contexto de dificuldades climáticas somado ao avanço da soja pela região ainda aumenta a dificuldade para os pecuaristas, pois diversas vezes a pressão dos

monocultivos ainda obriga a migração da bovinocultura de corte para terras de mais difícil exploração.

As dificuldades ocasionadas pela expansão da monocultura na região ainda resultam em outro problema indicado pelos produtores associados à Alianza del Pastizal, a deriva dos agrotóxicos utilizados nas lavouras para as áreas de pastagens e recursos hídricos dos campos nativos. Essa deriva de agrotóxicos, é definida principalmente pela contaminação através de lavouras que utilizam da dispersão de herbicidas através da aviação, que acaba por se dispersar nos campos nativos e em outras produções sensíveis como no cultivo de hortaliças e vinhedos, como relatado por Silva e Anjos (2020), ao debater em sua pesquisa os impactos da expansão da soja aos pequenos produtores familiares no município de Jaguarão – RS.

Além da dispersão de herbicidas pela aviação, a deriva de agrotóxicos ainda se apresenta como um grande impacto ambiental causado por sistemas agrícolas irrigados, método muito utilizado por lavouras de soja e arroz na região. Neste caso, se realizado de forma inadequada, a agricultura irrigada faz com que a água seja perdida por infiltração e, durante a percolação pelo solo, ocorra a lixiviação de solutos, especialmente de nutrientes, agrotóxicos, fertilizantes e metais pesados (DELLAMATRICE e MONTEIRO, 2014). Para os cultivos e os campos nativos, os danos decorrem pela perda de nutrientes desde a zona radicular para camadas mais profundas do perfil do solo, prejudicando o crescimento das plantas (GOULDING, 2000). Não obstante, os sedimentos que chegam aos corpos d'água, como o nitrato e fosfato, podem levar ao problema de eutrofização, resultando em alta mortalidade de peixes e aparecimento de algas, as quais, em excesso, podem produzir toxinas que afetam os organismos aquáticos e terrestres, incluindo humanos (BITTENCOURT, 2009).

Os resultados obtidos nesta pesquisa ainda corroboram com os dados apresentados por Silva (2018), ao identificar os principais riscos envolvidos no sistema de cria em bovinos de corte na região da Campanha. Segundo os autores, os fatores de risco que apresentaram maior impacto e probabilidade de ocorrência na região são os baixos índices reprodutivos, que podem ser vistos como resultado de problemas de manejo como a falta de melhoramento do campo para contornar o problema da estacionalidade de produção e a dificuldade no manejo das espécies invasoras e na oferta de forragem, além do desbalanço no fluxo de caixa das propriedades, o que dificulta a gestão e a realização de investimentos no sistema produtivo.

Nos dados apresentados pelo SEBRAE/RS (2005), ao realizar o diagnóstico da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul, constataram que apenas 13% dos entrevistados consideram o campo nativo como um recurso forrageiro de baixa qualidade. Entretanto, cerca de 10% dizem não saber reconhecer as espécies nativas, além disso, em 63%

dos casos é utilizado o método de pastejo contínuo, sendo o ajuste de carga e taxa de lotação do campo realizando com base apenas no número de animais e altura do pasto, através do conhecimento empírico, e 11% levam em consideração apenas a condição física dos animais. Quanto ao controle de plantas indesejáveis, cerca de 20% dos produtores não realiza nenhum tipo de controle, metade destes por julgar desnecessário, acreditar que o controle não resolveria o problema ou considerar um processo muito caro. Entretanto, 41% dos produtores afirmam ter problemas de infestação de capim-annoni em suas propriedades.

Além disso, Lampert *et al.*, (2021) ainda colabora com a discussão, ao definir as prioridades da pecuária de corte brasileira, em pesquisa realizada pela Embrapa à nível nacional. Através deste estudo, os autores puderam ranquear os principais pontos que devem ser melhor trabalhados para que a pecuária seja melhor trabalhada no país. Destes, os pontos definidos como de maior prioridade foram a gestão dos custos de produção e a conservação da fertilidade e recuperação de áreas degradadas, além da capacitação dos recursos humanos e suporte técnico, o aprimoramento das técnicas de manejo, tanto de pastagens cultivadas como nativas, e a garantia da qualidade e segurança do alimento. Sendo essas premissas que vão de acordo com os objetivos da Alianza del Pastizal na região, e reforçam a importância do manejo adequado da pecuária nos campos nativos.

4.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DA BOVINOCULTURA DE CORTE NO PAMPA E O AVANÇO DAS MONOCULTURAS NA REGIÃO.

Além dos aspectos ambientais e produtivos no bioma Pampa, é necessário compreender como funciona a lógica de comercialização dos pecuaristas da região, além de suas perspectivas quanto à pressão econômica ocasionada pelo avanço de sistemas agrícolas altamente intensificados, como a lavoura de soja na região. Somente desta forma, é possível compreender totalmente as premissas que mantêm esses produtores na atividade e os pontos que devem ser valorizados em seu produto para que a cultura pecuária nos campos nativos sobreviva frente a modernização agressiva das dinâmicas agropecuárias na região.

Para se considerar este aspecto, primeiramente é importante debater os critérios relevantes na comercialização de gado de acordo com as opiniões dos estancieiros, o diagnóstico da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul colabora fortemente com essa discussão, ao trazer dados sobre o grau de importância de diferentes pontos para a organização de compras e vendas por parte dos produtores rurais. Segundo o SEBRAE/RS (2005), os principais aspectos levados em consideração para se fechar uma venda na visão dos

produtores rurais são respectivamente a regularidade dos pagamentos e a bonificação pela qualidade dos animais. Além disso, os resultados ainda mostram que a grande maioria dos produtores resolve realizar a venda apenas quando o preço dos animais está alto e boa parte opta por vender os animais apenas quando sente a necessidade de liberar espaço no campo.

Essa questão de vender os animais apenas em frente a alterações dos preços ofertados ao produtor ou pela necessidade de se livrar de um número excedente de categorias no rebanho também é citada por Piccin (2021), ao discutir o habitus econômico dos estancieiros na região da Campanha Gaúcha. Segundo o autor, um dos principais elementos da racionalidade econômica dos pecuaristas seria traduzida pela noção de estoque, onde buscava manter sempre um grande número de animais na propriedade, o que o conferia certo grau de segurança e garantia de seus padrões de consumo, optando pela venda de animais apenas quando sentisse certa necessidade monetária. Entretanto, segundo os pontos apresentados por Miguel (2006), isto até pode ser interpretado como uma administração adequada do recurso natural, porém acaba sendo mais uma evidência do baixo grau de inovação tecnológica e gerencial dos produtores na região.

Após analisar estes pontos de discussão, criou-se a questão de se os produtores entrevistados realmente têm a bovinocultura de corte como a sua principal fonte de renda, ou se apenas a conduzem como uma forma de manter as raízes da tradição pecuária regional. Sendo que em diversos depoimentos, muitos relataram observar problemas na comercialização de seus animais, principalmente relacionados à incerteza quanto à contratos e aos valores recebidos pelos seus animais, problemas relacionados à infraestrutura como a distância em relação aos frigoríficos e/ou pontos de venda, o baixo preço pago pelo gado e a dificuldade em se manter um padrão de acabamento ideal nos animais da propriedade.

Entretanto, ao serem questionados, todos os produtores entrevistados afirmaram ter a bovinocultura de corte como sua atividade principal, porém nem todos a tem como a sua principal fonte de renda, destes, a maior parte afirma que a sua principal forma de renda ainda vem da sua profissão e não da produção rural, enquanto alguns outros afirma que ganham uma maior renda com o arrendamento para lavouras temporárias do que com a produção bovina. Destes que veem maior rendimento financeiro nas lavouras temporárias, principalmente a soja, pode-se observar que são produtores que possuem grandes propriedades de terra, acima de 1000 hectares. Apesar disso, todos os produtores pretendem manter a bovinocultura como atividade principal da propriedade no futuro.

O avanço das lavouras na região da Campanha se iniciou por volta da década de 50, a partir de arrendamentos de estâncias que antes contavam apenas com a pecuária, marcando o

início de um novo tipo de relação entre agricultores e pecuaristas, os primeiros vindos da região colonial ao norte do estado, e os segundos sendo os residentes da região pastoral do sul (HEIDRICH 2000; JANSEN, 2006). Segundo Tambara (1983), apesar do avanço das culturas de grãos nesta época, a maior parte das propriedades ainda manteve a bovinocultura de corte como sua atividade principal, parte delas ainda avançando gradativamente em alguns aspectos tecnológicos na produção graças às injeções financeiras originadas da lavoura.

Inicialmente, o sistema de arrendamentos para o cultivo de grãos na região sul foi caracterizado pela cultura do arroz, marcando o início do processo de despecuarização espacial, ou seja, a cedência de terras do latifúndio pastoril à agricultura. Esta dinâmica só foi possível através da inserção da lavoura empresarial altamente mecanizada e competitiva no mercado interno e externo, além da presença de mercados favoráveis e de incentivos através de políticas governamentais, imprescindíveis para que se viabilizasse seu desenvolvimento, uma vez que, na sua maioria as lavouras são realizadas via arrendamento de terras da pecuária (FEE, 1978; BEZZI, 1985).

Neto e Bezzi (2009), salientam que a estrutura fundiária não se alterou, pois as lavouras de arroz desenvolveram-se nas grandes e médias propriedades via arrendamento. Portanto, permanece o caráter concentrador e o status quo da posse da terra ligada ao pecuarista. Dessa maneira, a dinâmica para o desenvolvimento da lavoura empresarial não encontrou resistência por parte dos grandes proprietários, pelo contrário, o arrendamento da terra tornava os seus campos rentáveis e produtivos. O lucro advinha do arrendamento das mesmas independentemente de fatores físico-naturais como estiagens, enchentes, entre outros fenômenos que podem comprometer sua renda se os mesmos desenvolvessem atividades agrícolas de forma direta em áreas destinadas à pecuária.

Entretanto, a lavoura de arroz ainda não havia causado um impacto tão grande na questão de distribuição das terras para a pecuária, devido à limitação do cultivo do arroz que se mantinha apenas em áreas de várzea (KUPLICH et al., 2018). As verdadeiras transformações nos arranjos produtivos da região do Pampa vieram a partir da década de 80, com a expansão da lavoura de soja decorrente das demandas do mercado mediante o processo de modernização da agricultura e a revolução verde, e incentivada por políticas de financiamento estadual e federal, que facilitaram a expansão da lavoura nas extensas áreas que caracterizavam os latifúndios pecuários da metade sul do Rio Grande do Sul (NETO e BEZZI, 2009). Desta forma, as lavouras de soja desenvolveram-se em municípios que abrangem grandes extensões territoriais, nas quais predominam as médias e as grandes propriedades, através de um

significativo suporte tecnológico, com o uso de mecanização, insumos agrícolas e, mais recentemente, do melhoramento genético proporcionado pelos transgênicos.

Nesse sentido, estudo realizado por Piccin (2016) no município de São Gabriel localizado na microrregião da Campanha Central aponta que ao final dos anos 1990 início dos anos 2000, diante da baixa no preço dos bovinos, as lavouras tanto de arroz quanto de soja passaram a ter maior importância na formação de receita líquida das estâncias, por meio de arrendamentos para terceiros, pelas plantações por conta própria dos estancieiros ou pela necessidade de incrementar as pastagens para o gado. Antes disso, o gado bovino de corte não era somente considerado o negócio mais lucrativo, como também o mais seguro. O autor ainda comenta que, a queda nos preços da lã e dos bovinos aumentou a pressão por novas alternativas para gerar receitas, pois agora a “vaca não paga mais a conta” e é necessário “aumentar a agricultura”, para complementar o orçamento doméstico, ou seja, aumentar as áreas destinadas às lavouras comerciais (PICCIN, 2016).

Ainda segundo Piccin (2016), devido às principais estratégias adotadas pelos estancieiros frente aos períodos de crise na pecuária, foram de vender os ativos fundiários e se estabelecer em empregos urbanos ou aumentar as áreas de lavouras, seja pelo arrendamento ou pelo cultivo próprio. Nesse cenário houve reconfiguração nas relações de poder entre os donos da terra e os arrendatários diante da necessidade de aumentar as áreas de lavoura, se tornando o estancieiro mais dependente da renda proveniente do aluguel de terras e/ou da pastagem barata para o período do inverno.

Nesse contexto, o preço internacional dos produtos agrícolas tem influenciado sobremaneira as transformações no espaço agrário do bioma Pampa, observado especialmente por meio do avanço do cultivo de áreas com soja, de modo que, o avanço da lavoura de grãos tem se multiplicado com velocidade sobre áreas típicas de criação pecuária. De acordo com Escher (2016) o boom da soja no Brasil se deve ao significativo aumento da demanda chinesa e o conseqüente aumento dos preços, e é a contraparte brasileira à reestruturação da indústria de carnes na China para a formação do “complexo soja-carne”.

Segundo Kuplich et al. (2018), ao estudar o avanço da soja no Bioma Pampa através de dados obtidos do IBGE, a área plantada com soja aumentou 73,7% no Rio Grande do Sul, passando de 3.030.556 ha para 5.263.899 ha. A área plantada com arroz aumentou 18% e a área plantada com milho diminuiu 44% nesse período. Os resultados obtidos pelos autores ainda mostram que o avanço das lavouras de soja tem ocorrido principalmente em áreas anteriormente cultivadas com milho e em áreas de pecuária, como mostram os números da área plantada e de bovinos e ovinos. Ainda segundo os autores, nos próximos anos a área plantada de soja deverá

aumentar, avançando cada vez mais sobre os campos do bioma Pampa, enquanto a área plantada com arroz tende a se manter.

Os dados apresentados ainda corroboram com os de diversas outras pesquisas realizadas, como de Lemos e Rizzi (2020), onde observaram que, entre as safras 2008 e 2014, houve um incremento de 30.352 ha, ou seja, quase 235% em apenas seis safras. Concluindo que a valorização da commodity no mercado internacional refletiu em uma grande expansão nas áreas de cultivo da soja no RS, principalmente na metade sul, anteriormente predominada pelo cultivo do arroz. Essa tendência de expansão agrícola no bioma Pampa também foi constatada por Baldi e Paruelo (2008), onde avaliaram a dinâmica de uso e cobertura da terra sobre as pastagens nativas pertencentes ao bioma em oito locais do RS, Uruguai e Argentina, para as safras de 1985 a 1989 e de 2002 a 2004, concluindo que entre os dois períodos analisados, a cobertura de pastagem diminuiu de 67 para 61% e a área de agricultura aumentou de 22 para 26%. Mengue et al. (2018) também analisaram a mudança da paisagem no bioma Pampa no município de Tupanciretã entre os anos de 1985 e 2015, constatando que no período considerado a área de campo diminuiu de 159.144 para 66.992 hectares e a área de agricultura passou de 55.111 para 145.697 hectares, sendo que o município é o maior produtor de soja do RS.

Ainda neste contexto, segundo o estudo realizado por Ferreira e Andreatta (2011) com o objetivo de analisar as mudanças no uso da terra no município de Dom Pedrito-RS, mostrou que mesmo os preços dos bovinos e ovinos apresentando recuperação até 2011, a tendência era de uma “agriculturização” das áreas de campo, estando essa “migração de áreas” para a realização de cultivos de soja, em larga medida, vinculada à rentabilidade esperada da terra. Assim, em períodos favoráveis às lavouras como o período de 2001 a 2006, e, ainda desfavoráveis à pecuária, ocorreram rearranjos significativos em relação à utilização da terra, principalmente em locais onde esses rearranjos são possíveis, como é o caso de Dom Pedrito, a pecuária tem sido “remetida” para as terras de menor qualidade (FERREIRA e ANDREATTA, 2011).

Esta dinâmica da expansão da soja é uma tendência nacional, como pode ser observado na pesquisa realizada por Leite e Wesz (2013), ao analisar o impacto das dinâmicas de terra e da expansão da soja no bioma do Cerrado. Segundo os autores, essa expansão da soja, facilitada pela legislação nacional, resulta em uma série de conflitos de interesses que marcam esse processo de transformação social, levando inclusive ao aumento dos preços de mercado das terras agrícolas e à concentração das áreas de terra nas atividades de monocultura em todas as regiões do país.

Entretanto, estudos utilizando imagens de sensoriamento remoto demonstram que a expansão dos cultivos no Brasil tem ocorrido em áreas de grande importância ambiental, como os biomas Amazônia (DOMINGUES; BERMANN, 2012), Cerrado (GRECCHI et al., 2016) e Pampa (SILVEIRA et al., 2017). De acordo com Galford et al. (2008), determinar os padrões físicos e temporais da expansão e intensificação agrícola é o primeiro passo para entender suas implicações, como a produção agrícola de longo prazo e a sustentabilidade ambiental, agrícola e econômica. Uma vez que grandes modificações no uso da terra podem causar alterações no balanço de carbono no solo, na evapotranspiração, no escoamento superficial da água e promover a degradação do solo.

Desta forma, a soja avança rapidamente sobre os campos naturais do Pampa brasileiro provocando significativas transformações na bovinocultura de corte praticada de modo extensivo nas propícias pastagens naturais deste bioma. Esse avanço não fica restrito apenas na parcela brasileira do Pampa, já que os três países que compreendem o bioma, Argentina, Brasil e Uruguai apresentaram crescimento na produção, a partir do ano de 2012, com destaque para o Uruguai que de 6.800 ton. de soja 33 produzidas no ano 2000 registrou uma produção de 1.316.000 de toneladas em 2017 (Faostat, 2019). A soja (in natura e beneficiada) dos três países segue majoritariamente para exportação, visto que em média 80% da soja brasileira, argentina e uruguaia é exportada (WESZ JÚNIOR, 2014). Essas transformações vêm afetando diretamente os pecuaristas. Algumas dessas mudanças podem ser observadas no estudo realizado por Matte (2013) com pecuaristas de corte do Pampa brasileiro, em que a autora mostra um conjunto de situações de vulnerabilidade resultantes também dessas transformações, evidenciando, por exemplo, que a expansão da silvicultura e das lavouras de soja geram situações de vulnerabilidade para os pecuaristas.

Segundo Silveira et al. (2017), esse cenário de expansão da lavoura de soja na região da Campanha, causou uma reestruturação do espaço produtivo local, antes dedicado quase exclusivamente à pecuária de corte, modificando aspectos econômicos, culturais e sociais da região. Entretanto, essas transformações não se restringem apenas ao âmbito produtivo e envolvem mudanças na forma de o pecuarista “pensar”, ou seja, organizar seu negócio, utilizar a terra, optar pela complementariedade produtiva, migrar para outra atividade, ou ainda decidir por resistir – não alterar a sua forma de produzir e valorizar “velhas” práticas e resultados. Ou seja, a mudança na dinâmica produtiva da pecuária de corte na Campanha Gaúcha encontrou resistência em produtores rurais, denominados de “tradicionais”, os quais optaram por não inserir o cultivo da soja em seus sistemas produtivos e permanecerem dedicados exclusivamente à atividade da bovinocultura de corte ou ovinocultura (SILVA e VIANA, 2020).

Segundo Moreira (2019), na região do Pampa Gaúcho, em especial na microrregião da Campanha, além dos prejuízos ambientais, a expansão da soja pelas áreas de pecuária tradicional da região ainda implica em diversos efeitos sociais. Segundo o autor, alguns dos impactos decorrentes dessas reconfigurações indicam para efeitos na dimensão econômica como a concentração de terra e de renda; na dimensão sociocultural a redução da pecuária tradicional de modo extensivo; na dimensão político-institucional pressão à modernização da atividade e; na dimensão ambiental a redução de áreas destinadas à pecuária sobre pastagens naturais, supressão do bioma Pampa e perda da biodiversidade, fatores esses potencialmente capazes de gerar substituição da atividade pecuária de modo extensivo por uma pecuária dependente de pastagens cultivadas.

As afirmações de Moreira (2019) ainda corroboram às previsões de Kageyama (2008), ao apontar que as principais consequências desse processo de substituição de atividades produtivas tradicionais por atividades que atendem interesses econômicos globais tendem a resultar em concentração de renda, contínua perda de identidade cultural e a capacidade de dar continuidade aos sistemas produtivos originais desses ambientes, políticas públicas que favorecem a expansão de projetos desenvolvimentistas e a supressão dos recursos naturais. Além disso, o autor acrescenta que, o avanço das lavouras de soja no Bioma Pampa não segue a premissa do desenvolvimento rural, e sim de um crescimento econômico, visto que o verdadeiro desenvolvimento rural deve ser um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental.

Neste contexto, os produtores associados à Alianza del pastizal foram questionados sobre a questão de arrendar ou não seus campos. Dentre os 50 produtores entrevistados, 33 afirmaram não arrendar áreas de seus campos, enquanto 12 afirmaram realizar o arrendamento para sistemas de lavoura temporária, e 5 afirmaram arrendar partes de seu campo, porém apenas para produção animal. Além disso, os entrevistados também foram questionados sobre a sua perspectiva futura sobre o arrendamento da propriedade (Tabela 7).

Tabela 7. Tabulação cruzada Arrendamento x Perspectiva futura

"Você arrenda parte da sua propriedade?"	Perspectiva para o futuro			Total
	Manter a área arrendada	Diminuir a área arrendada	Não arrendar	
Sim, para lavoura temporária	8	1	3	12
Sim, para produção animal	1	-	4	5

Não	-	-	33	33
Total	9	1	40	50

Fonte: O Autor (2021).

Através destes dados, algumas considerações importantes podem ser levantadas. Primeiramente, pode-se observar que dos produtores que não trabalham com o arrendamento de suas propriedades, nenhum cogita a ideia de passar a arrendar no futuro, o que mostra um forte comprometimento com a pecuária em campo nativo e a proposta da Alianza del Pastizal, sendo estes parte predominante dos entrevistados. Dentre os produtores que arrendam parte da sua propriedade, em sua grande maioria, possuem grandes extensões de terra, em especial produtores com propriedades acima de 1000 hectares, salvo duas exceções, de produtores que possuem profissões de alta remuneração e adquiriram pequenas propriedades, com menos de 100 hectares, através de compra e realizam o arrendamento destas para a produção animal, com a premissa do arrendamento manter as áreas de campo nativo.

Sobre as perspectivas de manter ou não o arrendamento da propriedade, entre os cinco produtores que realizam o arrendamento para a produção animal, apenas uma pretende manter o arrendamento, por se tratar de uma produtora que recebeu sua área através da herança, mas não mantém presença constante na propriedade, por ser professora universitária na capital do estado. Dentre os produtores que realizam o arrendamento para lavoura temporária, grande parte pretende seguir o arrendamento nos próximos anos, principalmente por contar com contratos ativos com os agricultores e se beneficiarem de sistemas de integração lavoura-pecuária em suas propriedades, realizando o cultivo de pastagens de inverno na área arrendada no inverno, para compensar o déficit produtivo das áreas de campo nativo.

Quanto aos produtores que buscam diminuir área arrendada ou encerrar os contratos de arrendamento, todos tem como objetivo o melhoramento de seus campos e rebanhos, apostando em um aprimoramento da sua qualidade produtiva e em busca de oportunidades de valorização de uma pecuária sustentável, através premissas da bovinocultura criada com base em campo nativo, caracterizando o modelo de produção tradicional da região.

Quando questionados quanto à sua visão sobre a expansão da soja, estes produtores ainda comentam que ela vem acontecendo não apenas pela rentabilidade, mas também pela conquista de muitos produtores com a ideia de adquirir renda da sua propriedade sem a necessidade de trabalhar, seja por vontade própria do proprietário de se afastar da produção, ou por outros problemas oriundos das mais diversas razões. Além disso, as entrevistas ainda complementam, afirmando que por muitas vezes, os produtores acabam iniciando com a soja

com o intuito de gerar fluxo de caixa, para poder investir mais na pecuária, mas acabam se auto sabotando, e aos poucos vão cedendo cada vez mais espaço à lavoura e perdendo a sua capacidade de criar gado e aprimorar seus rebanhos.

Outra questão levantada sobre o efeito da soja para os produtores, foi sobre a especialização produtiva que a expansão da soja causou no estado, pelo fato que das grandes extensões de terra que conduzem a agricultura, a parte predominante é toda baseada no cultivo de soja. Segundo os produtores, isso acabou por diminuir muito a oferta de outros cultivos, como a produção de sementes de outras diversas espécies forrageiras da estação quente. Fator que acabou por reduzir a oferta destas pastagens para o pecuarista, e encarecer os custos de produção para aqueles que buscavam formas de intensificar a sua produção, mas ainda manter a criação a pasto. Além de relatar sentirem a diferença causada pelos seus campos estarem “cercados” pelas lavouras, na diminuição de espécies nativas que antes estes avistavam em suas propriedades, principalmente de pássaros e pequenos mamíferos originários das áreas de campo. Os produtores afirmam sentirem tristeza ao ver campos, que a gerações eram áreas de campo nativo bem preservadas, irem se transformando cada vez mais em áreas de monocultivos, e perdendo as características que sempre foram retratadas na cultura da região.

Além disso, os produtores entrevistados afirmam ainda acreditar no valor de seu território, e no valor de uma carne produzida da forma como ela é conduzida na região do Pampa, pois esta representa mais do que apenas um produto, também simboliza uma forma de como as pessoas vivem naquela região. Desta forma, esses produtores consideram a existência de um mercado promissor para a carne do Pampa Gaúcho, e pedem por uma política agrícola nacional que traga incentivos para este modelo de produção sustentável.

Os entrevistados ainda concluem afirmando que se a pecuária em campo nativo for conduzida de forma eficiente, ele pode sim competir com a soja, só acreditam que grande parte dos produtores se iludem com a renda fácil oriunda do arrendamento. Eles ainda comentam que existem diversas formas de equiparar a rentabilidade da pecuária com a soja, porém necessita de um trabalho dedicado, aprimorando os índices produtivos da propriedade através de estratégias de manejo, como o melhoramento do campo nativo e do rebanho, e sistemas de pastejo rotacionado, para otimizar o uso do recurso forrageiro, entretanto, não é um “dinheiro fácil”, como o oriundo do arrendamento para a soja.

Entretanto, as análises realizadas por Piccin (2021), explicam as razões do porquê de diversos produtores recorrerem ao arrendamento de suas terras. Segundo o autor, isso vai de encontro à importância que as posições de prestígio têm para este grupo social. Logo, o ato de ceder a terra em arrendamento evita passar pelo constrangimento de ser acusado de não atingir

os índices mínimos de produtividade, de serem ineptos ou detentores de haveres improdutivos, enquanto ainda mantém o seu estilo de vida e a ideia de estarem retirando a sua renda da terra, mesmo sem a necessidade de trabalharem na mesma.

O autor ainda complementa que, segundo as observações realizadas sobre a lógica econômica dos estancieiros, seria muito difícil haver a modernização e mudança para um sistema mais intensivo, sendo que os arrendamentos de terras a terceiros têm o significado de uma boia lançada no mar a um naufrago: aumentam as receitas, às vezes maiores que as da própria produção de gado, o que permite a manutenção de um certo estilo de vida e impede a acusação de improdutividade que poderia levar a um debate mais intenso sobre a desapropriação (PICCIN, 2021).

Já segundo o estudo de Moreira et al. (2018), onde foi objetivado compreender como os produtores rurais relacionavam-se com o avanço da produção de soja. Nesta pesquisa, os autores expuseram três diferentes percepções por parte dos pecuaristas: aqueles que veem o aumento da soja como um fator negativo para a pecuária, grupo principalmente formado por pecuaristas tradicionais, que tem a produção oriunda da herança familiar, e busca manter as características da mesma forma em que seus antepassados mais recentes o fizeram; aqueles que veem o aumento da soja como uma mudança benéfica, grupo constituído por agricultores que chegaram ao município alvo da pesquisa em busca de áreas maiores de terra, sendo conhecido como “gringos”, em geral, descendentes de italianos e alemães oriundos da região norte do estado; e um terceiro grupo que veem tanto aspectos positivos quanto negativos do avanço da soja, constituído por pecuaristas que buscam se envolver direta ou indiretamente com o cultivo por meio de arrendamento das suas áreas.

O estudo apresentado por Nicola (2015), ainda complementa que, entre pecuaristas da região, o plantio de lavouras de soja não é considerado uma alternativa viável, pois é visto como uma atividade que modifica a paisagem dos campos naturais, diminui a produtividade e prejudica a preservação do Bioma Pampa. A preocupação com a preservação do ambiente, a sustentabilidade, a cooperação com produtores e a responsabilidade social da empresa remetem a ações que possibilitam o envolvimento dos pecuaristas com organizações de apoio, e a formação de ações coletivas abarcam desde costumes individuais a interesses sociais que formam os padrões de conduta do grupo (Commons, 1931).

Na mesma linha, Moreira (2019) ainda acrescenta que, na percepção dos pecuaristas se forem consideradas variáveis como, o custo inicial de investimento para o cultivo das lavouras de soja, o risco de quebra de safra em função do clima da região do Pampa, e especialmente a perda de qualidade e substituição e/ou o desaparecimento do campo natural posteriormente à

retirada das áreas de soja torna a bovinocultura torna-se mais vantajosa. Os pecuaristas observam que a bovinocultura, exige um investimento inicial menos significativo que o das lavouras de soja, é uma atividade que se desenvolveu em harmonia com as condições climáticas da região do Pampa e colabora para a conservação dos campos naturais desse bioma.

Essa visão vai de acordo com as opiniões de nomes importantes da pesquisa nacional quando se trata do bioma Pampa, como salienta Nabinger et al. (2009), ao afirmar que, quando falamos das pastagens naturais do Pampa, estamos nos referindo a “um bioma tão importante quanto a Mata Atlântica ou a Floresta Amazônica”, tratando-se de um ecossistema natural pastoril e, como tal, sua manutenção com pecuária representa a melhor opção de uso sustentável para fins de produção de alimentos, mais ainda em áreas cuja capacidade de uso do solo apresenta restrições elevadas para utilização em sistemas agrícolas mais intensivos, como é o caso de culturas anuais. Nessa perspectiva, o autor considera que quando o produtor opta pelo arrendamento para a soja e não contabiliza os serviços ecossistêmicos que estão sendo comprometidos, até porque ele nada ganha financeiramente por mantê-los, e na maioria dos casos nem sabe o que isso significa, dificilmente a vegetação e seus serviços ecossistêmicos serão mantidos.

Outras pesquisas do mesmo autor ainda buscam apresentar dados que comprovem a capacidade do campo nativo de se equiparar financeiramente ao cultivo da soja, sem a necessidade de degradação do meio ambiente. Ainda que não aborde valores monetários, o estudo realizado pelo Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia da faculdade de agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos campos naturais do RS aponta que a racionalidade adotada pelo produtor é que arrendando parte da propriedade para o cultivo da soja, receberá de forma líquida o equivalente a pelo menos 10 sacas de soja por hectare, ou seja, entre uma vez e meia a duas vezes sua renda bruta, tendo em vista que a produção média dos sistemas de recria e de terminação no Rio Grande do Sul gira em torno de 60 a 70 kg/ha/ano (NABINGER; JACQUES, 2018).

Entretanto, pesquisas já apresentaram índices produtivos à campo com capacidade de superar a rentabilidade do arrendamento da soja, e até se equiparar ao próprio cultivo em alguns casos, através da inserção de espécies adaptadas para o melhoramento do campo nativo. Um destes exemplos foi o trabalho realizado pela Embrapa Pecuária Sul, localizada no município de Bagé, ao trabalhar com animais de 1 a 2 anos de idade, da raça hereford em três tratamentos, manejados com ajuste de carga e três níveis de intensificação, campo nativo, campo nativo fertilizado e campo nativo fertilizado e sobressemeado com azevém e trevo-vermelho. Os resultados apresentados foram os seguintes: no campo nativo fertilizado e sobressemeado com

azevém e trevo-vermelho, foram produzidos 578 quilos de peso vivo por hectare por ano (kg PV/ha/ano), valores esses cerca de seis vezes maiores do que a média de produção de peso vivo em campo nativo do RS, que é de 70 kg/ha/ano. No campo nativo fertilizado, a produção foi de 425 kg PV/ha/ano e, no campo nativo com ajuste de carga, a produção foi de 259 kg PV/ha/ano, ou seja, 3,7 vezes mais que a média anual do RS (EMBRAPA, 2018). Tais resultados comprovam que um alto nível de produtividade pode ser sim alcançado em um modelo de produção baseado nos recursos naturais da região, colocando em questão o discurso de que a soja é a única opção que traz uma melhor rentabilidade.

Quanto à resultados que abordem os valores monetários, já foram realizados estudos através de simulações bioeconômicas que mostram a capacidade do campo nativo melhorado de se equiparar aos resultados da soja. Madeira (2015), ao simular três cenários distintos no município de Dom Pedrito, sendo eles a lavoura de soja, o sistema de integração lavoura-pecuária, e a criação pecuária em campo nativo melhorado, observou que, apesar da lavoura de soja alcançar uma receita bruta duas vezes maior do que a criação de gado em campo nativo melhorado, ao se descontarem os custos de produção, a receita líquida é semelhante, totalizando R\$ 79,30/ha de lucro bruto para a lavoura de soja, e R\$ 87,50/ha de lucro bruto para o campo nativo melhorado. Entretanto, ambos foram superados pela união dos sistemas através da integração lavoura-pecuária.

Os dados apresentados em Collares et al. (2020), ainda colaboram com a discussão. Neste estudo, foram estudados os níveis de lucratividade e probabilidade de risco na produção de quatro sistemas, sendo eles a lavoura de soja e a criação pecuária em campo nativo tradicional, campo nativo melhorado e pastagem cultivada de capim-sudão. Neste estudo, além do campo nativo melhorado se equiparar à soja em sua lucratividade, o mesmo foi considerado como a opção mais segura para a produção na região, frente à alta probabilidade de prejuízos que anda em volta aos sojicultores na região da Campanha Gaúcha, principalmente pelo alto custo de produção e as dificuldades causadas pela seca nos períodos de maior necessidade hídrica do cultivo.

Desta forma, pode-se observar que a pecuária em campo nativo ainda é sim um sistema de produção competitivo quando comparado à expansão dos monocultivos na região do Pampa, desde que seja realizada com o cuidado e a atenção necessários. Entretanto, a falta de políticas públicas e incentivos dificultam a vida dos pecuaristas tradicionais, sendo a iniciativa de valorização da carne no mercado através da certificação territorial proposta pela Alianza del Pastizal um dos primeiros passos a serem dados para a manutenção desta cultura tradicional que caracteriza o estilo de vida do povo da região da Campanha Gaúcha.

5 O PROGRAMA DE CARNE CERTIFICADA ALIANZA DEL PASTIZAL

Até agora foram apresentadas neste estudo as origens e objetivos da Alianza del Pastizal, o perfil de seus produtores associados e o contexto atual, produtivo e ambiental, de onde seus projetos estão inseridos no bioma Pampa. A partir deste ponto, serão apresentados os aspectos relacionados ao Programa de Carne Certificada proposto pela Alianza, desde seu modo de funcionamento antes da reformulação, nível de participação e interesse dos produtores e aspectos que poderiam ser explorados no mesmo. Também serão realizadas discussões acerca de outros modelos de certificação, na região e no mundo, o que elas têm em comum e o que pode ser tirado de positivo destas, além do debate de se a carne do Pampa realmente pode ser considerada um produto sustentável.

5.1 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DO PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO E NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES ASSOCIADOS À ALIANZA.

O Programa de Carne Certificada Alianza del Pastizal, está passando por uma reformulação. Teve sua origem como uma forma de agregar valor ao produto da bovinocultura de corte tradicional, criada em campo nativo, no Bioma Pampa, no caso do Brasil, com foco especial na região da Campanha Gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul. Esse projeto buscou reunir diversos aspectos, dignos de valorização, que estão inclusos no pacote deste modelo de produção, e levar estes ao consumidor final, representando tanto o modo de vida da região, quanto um apreço à preservação do meio ambiente nativo, unidos em um produto final de qualidade.

A proposta de valorização deste produto vem com intuito de melhorar a política e gestão comercial da atividade pecuária nativa da região do Pampa, e auxiliar a manutenção e conservação do meio ambiente na região, através do incentivo à uma produção considerada sustentável. Para que isso fosse possível, foi realizada uma parceria entre a Marfrig Global Foods, com origem brasileira, que conta com unidades frigoríficas e de distribuição em diversos países da América do Sul. Outra empresa parceira do programa é a rede Carrefour, uma rede internacional de hipermercados de origem francesa, com unidades espalhadas por mais de trinta países, principalmente na América do Sul, Europa, Oriente Médio e Ásia.

O interesse pelo projeto de certificação de carnes da Alianza del Pastizal pelas redes de indústria e varejo mencionadas pode ser explicada pelos compromissos ambientais que as mesmas se propuseram frente à exigência de adaptações que valorizem a sustentabilidade nas redes agroalimentares. No caso do Marfrig, isso se deu pela criação do Plano Marfrig Verde,

que estabeleceu um prazo de 10 anos para que 100% da cadeia de produção de sua indústria frigorífica se torne sustentável e livre de carnes oriundas de áreas de desmatamento. Já a estratégia do Carrefour se baseia em produtos com “Garantia de Origem”, através do selo “Sabor & Qualidade”. A ideia é propiciar aos clientes a opção de produtos que respeitam o meio ambiente e são socialmente corretos, desde o preparo do solo até a chegada às gôndolas do supermercado, trazendo mais confiabilidade e segurança aos clientes. Dentre esses produtos, seriam valorizados aqueles que: a) fizessem uso de produtos para controle biológico de pragas e doenças, reduzindo o uso de defensivos agrícolas tóxicos; b) possuíssem certo nível de rastreabilidade no processo de produção; c) prezassem pelo bem estar animal; d) realizassem uma produção consciente, conduzida em regiões favoráveis e de qualidade garantida, atendendo às obrigações sociais e oferecendo dinâmicas de desenvolvimento às comunidades locais.

O referido selo buscar garantir uma produção alinhada à conservação do meio ambiente, com pastejo baseado nos campos naturais do Bioma Pampa. Além disso, segundo a organização, os produtos diferenciados com o selo Carnes del Pastizal, devido ao modelo de produção preconizado, são associados a diversas contribuições ecológicas, como a mitigação da emissão de gases de efeito estufa, e cuidados para com o bem-estar animal durante seu período de vida no campo, além de favorecer a permanência das famílias rurais associadas aos sistemas pecuários tradicionais, garantindo condições de sanidade e inocuidade para o consumidor (ALIANZA DEL PASTIZAL, 2019).

Figura 13. Selo do programa Carnes del Pastizal.



Fonte: Alianza del Pastizal, 2021.

Segundo os entrevistados, a ideia do programa de carnes surgiu muito tempo depois do início das atividades da Alianza, por volta do ano de 2012. Nesta época, surgiram as discussões sobre a possibilidade de que a organização poderia certificar não só a propriedade associada, mas também o boi produzido nessa propriedade. Com isto, elaborou-se uma proposta para a venda desta carne certificada pela Alianza, sob a premissa de um produto sustentável, que respeita as normas de bem-estar animal, com os animais livres de confinamento e preservando o meio ambiente.

O projeto foi iniciado em três países, sendo eles Brasil, Uruguai e Argentina, sendo que, cada país é independente em seu esquema de negócios. Destes três países que adotaram o projeto, o Uruguai e a Argentina buscaram a possibilidade de exportação desta carne, trabalhando com a certificação apenas em cortes nobres da carcaça. Entretanto, o projeto acabou não indo para frente, possivelmente por questões de escala de produção. Por outro lado, o Brasil buscou investir no mercado regional, certificando a carcaça completa dos animais.

A decisão de fazer a certificação da carcaça completa veio devido à consideração pela maior lucratividade dos produtores associados. Ao certificar apenas os cortes nobres dos animais como no modelo dos outros países, as outras partes da carcaça acabavam sendo desvalorizadas. Desta forma, a carne certificada do Pampa pôde pela primeira vez chegar às gôndolas do mercado, através da rede de hipermercados Carrefour, que já contava com um sistema de diversos produtos certificados, pelo selo Sabor & Qualidade, que acabou servindo como um “guarda-chuva” para a certificação de carne da Alianza. O arranjo do Carrefour como varejo foi interessante, pelo fato deles terem o interesse de bonificar a carcaça completa. Se a Alianza houvesse optado por entrar a fundo em algum nicho específico de mercado desde o começo, como de açougues especializados e boutiques de carne, talvez os produtores estivessem recebendo bonificações apenas por alguns cortes dessa carne, e não pelo boi abatido.

Segundo os participantes da mesa diretiva entrevistados para esta pesquisa, a maior dificuldade encontrada no projeto inicialmente foi conseguir fechar toda a cadeia produtiva, ligando os produtores certificados com a indústria e o varejo e firmar todos os acordos necessários entre as partes. Isso se deu principalmente pelo fato de no início, a Alianza contar com poucos produtores, resultando em um grande problema de escala para suprir a demanda do mercado, o que acabava por não chamar a atenção da indústria e do varejo pela baixa escala de produção, fator que se mostra como uma dificuldade histórica da bovinocultura de corte no estado. Outro ponto importante levantado pelos entrevistados, é que o sistema de certificação não é baseado apenas em “se tem uma propriedade certificada vai receber a bonificação por todos os animais”. O boi vendido à indústria deve alcançar certos critérios de qualidade na

inspeção frigorífica. Um boi que está muito magro e não tem o peso adequado, ou que está muito velho não recebe essa bonificação. Tem que ter origem de um campo Alianza, mas também tem que alcançar os critérios adequados.

Outra das preocupações da Alianza era de se o consumidor comum iria adotar as premissas das carnes do Pampa, ou se para eles, carne é apenas carne e não acreditariam que valeria a pena pagar um pouco a mais naquele produto por uma certificação de conservação da biodiversidade. Esta preocupação em partes se mostrou uma realidade, seja pela falta de conhecimento na área ou pela necessidade de optar por produtos mais baratos devido à realidade econômica do brasileiro. Devido a estes pontos, apesar do produto ter conquistado uma demanda interna no país, foi observado pelo varejo que a carne certificada da Alianza só era vendida nos supermercados localizados em bairros de maior poder aquisitivo. Entretanto, é importante constatar que apesar do produto ter um valor agregado ele ainda é mais barato do que outros cortes considerados “Prime”, de animais terminados em confinamento e oriundos de grandes indústrias frigoríficas, que se encontram nas gôndolas do mercado.

Essa diferença na valorização das carnes do Pampa em comparação com os cortes “Prime”, se dá por diferentes fatores, pois apesar de ser um produto de qualidade, o intuito de se iniciar este projeto de certificação foi a conservação do Bioma Pampa, assim oferecendo um incentivo financeiro ao produtor que adota essa causa. Neste sentido, o produto recebe certo nível de valorização. Entretanto não tanto quanto outros produtos de qualidade já difundida no mercado. Um dos fatores responsáveis por essa diferenciação entre o preço destes diferentes modelos de certificação pode ser em razão de que ainda falta a cultura de reconhecer a contribuição deste modo de produção adotado pelos produtores da Alianza del Pastizal. Ou seja, o mercado consumidor ainda precisa ser mais bem orientado quanto às funções ambientais e os aspectos de qualidade de vida destes animais criados livres, além do que só valorizar os produtos por termos qualitativos menos subjetivos, como são trabalhadas as carnes de confinamento. Por mais que o público consumidor ache a ideia do produto sustentável interessante, em hipótese, a falta de conhecimento e o peso da questão financeira no processo decisório na hora da compra do produto podem ser razões que levam estes consumidores a optar por produtos mais convencionais.

Atualmente, essa carne não está disponível no mercado, devido ao término dos contratos vigentes anteriormente. O programa está passando por um processo de reformulação. Antes desta pausa, todo produtor com propriedade certificada pela Alianza del Pastizal possuía o direito de receber uma bonificação pelos seus animais vendidos ao Marfrig, desde que cumprissem com os requisitos mínimos de qualidade exigidos pelo programa, relacionados à

idade (medida pelo número de dentes do animal), e o acabamento de gordura do animal (medido pelo escore de condição corporal). O valor da bonificação recebida também era variado de acordo com o nível de qualidade apresentados pelos animais (Tabela 8). Lembrando que, atualmente, estes valores estão sujeitos à alteração.

Tabela 8. Requisitos e níveis de bonificação para os animais vendidos ao Programa de Carne Certificada até sua reformulação.

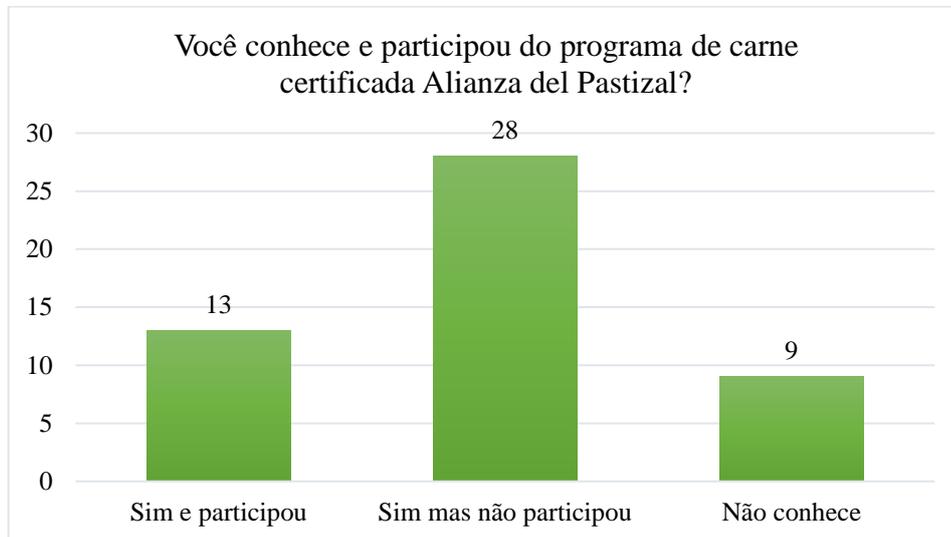
Idade dos animais	Escore de gordura	Bonificação aplicada
Até 6 dentes	2	1%
Até 6 dentes	3	1,5%
Até 4 dentes	3+	2%

Fonte: Alianza del Pastizal (2020).

Através destes valores, podemos simular o impacto da bonificação oferecida pelo programa de certificação para os produtores associados. Para isso, podemos levar em consideração um animal de qualidade ideal, com um peso mínimo de 450 kg, resultando em um rendimento médio aproximado de 240 kg, com um valor estimado de R\$ 11,00/kg. Através destes índices, podemos concluir que o valor deste animal para o produtor, sem a bonificação, seria em torno de R\$ 5.280,00. Com a bonificação proporcionada pelo programa, no nível de qualidade ideal, o produtor estaria recebendo um extra de R\$ 105,00 por animal vendido ao frigorífico, o que pode não parecer um valor tão impactante quando olhado individualmente, mas ao analisar a venda de um lote de 100 animais para o abate, a bonificação já configura uma boa renda extra para o produtor, seja para ser destinada à investimentos na sua produção ou para sua vida pessoal. Entretanto, mostra uma fragilidade do programa de certificação, pois caso outra indústria frigorífica oferecesse apenas R\$ 0,50 a mais pelo produto, o montante já superaria o valor máximo da bonificação.

Entretanto, ao questionar os produtores entrevistados sobre a sua participação na primeira versão do programa, podemos observar que uma grande parte dos produtores acabou não entrando no negócio, por diferentes motivos. Totalizando uma participação de apenas 26% dos entrevistados (Figura 14).

Figura 14. Índice de participação dos produtores associados no Programa de Carne Certificada Alianza del Pastizal.



Fonte: O Autor (2021)

Podemos observar que, dos produtores que participaram do programa, demonstraram ter entrado no projeto pela oportunidade de agregar valor à sua produção através das bonificações, como forma de se diferenciar no mercado, além de entenderem o programa de carne certificada como um grande aliado na conservação do bioma, servindo como um incentivo à produção sustentável, que antes não existia e acreditando no potencial de crescimento desta forma de certificação territorial. Dos entrevistados que não participaram do programa, grande parte ainda não fazia parte da Alianza del Pastizal quando a primeira versão do programa estava em execução, enquanto outros alegaram que não participaram por não trabalhar com a terminação de animais para o abate, contando apenas com gado de cria. Também é importante observar que parte dos produtores alegou que não conhecia o programa, o que pode demonstrar algumas falhas na comunicação com os produtores e organização da Alianza neste período inicial do projeto.

Entretanto, grande parte dos produtores que não participaram anteriormente apontaram que tem interesse de participar ao saber de uma reformulação do programa, até mesmo produtores que hoje ainda não trabalham com a terminação de animais (Tabela 9).

Tabela 9. Cruzamento de dados entre a participação anterior no programa de carne certificada e o interesse em participar após a reformulação.

"Você conhece e participou do programa de carne certificada Alianza del Pastizal?"	Interesse em participar após a reformulação			Total
	Sim	Não	Talvez	
Sim e participou	11	-	2	13
Sim, mas não participou	17	1	10	28
Não conhece	7	-	2	9
Total	35	1	14	50

Fonte: O Autor (2021)

Através destes dados, podemos observar que, dentre os produtores que já haviam participado do projeto, ou que não haviam participado por não conhecer o mesmo, todos possuem interesse de participar do programa após a sua reformulação. Dentre os que já conheciam o programa, mas optaram por não participar, grande parte demonstrou interesse por entrar após a reformulação, segundo estes produtores, eles não haviam participado da primeira versão principalmente por questões relacionadas ao seu rebanho, por qualidade, categoria e/ou quantidade de animais, enquanto outros relataram ter tido problemas com a indústria, seja relacionado ao preço pago pelos animais ou pela distância dos frigoríficos credenciados.

Segundo os entrevistados da mesa diretiva, alguns pontos que devem ser revistos após essa reformulação são: uma maior transparência entre os elos da cadeia, pois até agora a Alianza não tinha conhecimento do quanto cada um estava tirando do programa, eles sabiam que o produtor recebia uma bonificação, mas quanto cada parte levava deste valor não estava no conhecimento da Alianza. Desta forma, um dos intuitos dessa reformulação, ao se reafirmar os contratos, é a possibilidade de aumentar o incentivo aos produtores, e de construir uma cadeia produtiva mais organizada. Além disso, outro problema que a Alianza busca resolver para essa reformulação do programa é a escala de oferta de animais para o frigorífico, pois anteriormente, segundo os entrevistados, cerca de 50% dos produtores membros da organização não participavam do programa por possuírem algum receptor que pagava um preço melhor pelos seus lotes completos, devido à cerca de 40% dos animais que chegam ao frigorífico pela Alianza não receberem a bonificação, por não contar com os critérios de qualidade adequados.

Neste contexto, os produtores foram questionados sobre quais os pontos eles acreditam que devam ser melhor trabalhados para essa reformulação do programa. Dentre estes pontos,

os produtores apontaram que o marketing do produto deveria ser melhor trabalhada para que atingisse um maior número de consumidores interessados, isso aliado a uma maior disponibilidade de carne distribuída em mais plantas de supermercados, pois antigamente existia certa dificuldade em se encontrar a carne da Alianza, devido a esta só estar presente em poucos supermercados em bairros nobres de Porto Alegre, e em apenas um de São Paulo.

Outro ponto levantado foi a necessidade de se apresentar maior informação para o consumidor sobre o impacto da sua escolha por aquele produto sustentável, o que poderia ser solucionado por estratégias de rastreabilidade, como uma indicação de procedência mais sólida através de um QR Code na embalagem do produto. Desta forma, ao adquirir o produto, o consumidor poderia utilizar este código para saber mais sobre a carne que ele adquiriu, como de qual fazenda ou microrregião ela se originou, qual raça do animal e possivelmente até mesmo sobre a família do produtor, possibilitando um maior nível de identificação do consumidor.

5.2 OUTRAS FORMAS DE CERTIFICAÇÃO DA CARNE EXISTENTES NA REGIÃO E SUAS DIFERENÇAS.

Quando falamos de certificações para o mercado da carne bovina, são diversos os aspectos de diferenciação que podem ser explorados, dentre eles a denominação de origem, a rastreabilidade, a transparência nos processos produtivos com boas práticas agropecuárias, a garantia de qualidade relacionada a raças animais ou situações específicas, modelos de produção orgânica e de carne produzida à pasto, selos de sustentabilidade e certificações socioambientais (MALAFAIA et al. 2019). Esse contexto permitiu o surgimento de uma grande variedade de produtos alimentícios com selos de qualidade que buscam atender às demandas de consumo (MAYSONNAVE, 2019)

Atualmente o estado do Rio Grande do Sul conta com a presença diferentes tipos de certificações no mercado da carne sendo elas: a certificação de origem da carne produzida na Campanha Meridional, originada pela Apropampa (Associação de produtores do Pampa Gaúcho), , as certificações relacionadas às associações de raças britânicas como da raça Angus e das raças Hereford e Braford, e a certificação oferecida pela Alianza del Pastizal, que apela para uma certificação de qualidade fundamentada nas premissas da sustentabilidade e da preservação ambiental.

As certificações referentes à associação de raças, tanto a Angus quanto Hereford e Braford, funcionam semelhantes, valorizando a venda de animais com um padrão racial pré-definido, através da premissa de uma carne de qualidade com alto marmoreio, característica dos

animais de raças britânicas bem desenvolvidas geneticamente, como é o exemplo das raças Angus e Hereford. Ambas as associações possuem parceria com diversos frigoríficos pelo estado, sendo alguns exemplos o frigorífico Silva, Marfrig e JBS. Entretanto, esse modelo de certificação garante apenas o padrão racial dos animais, e não o sistema de produção, ou seja, não trabalha apenas com carne a pasto como a Apropampa, nem com a garantia da utilização do campo nativo no sistema de produção, como na carne da Alianza.

A Apropampa, que teve como seu fundador, Fernando Aduino Loureira de Souza, produtor rural de Lavras do Sul e também um dos fundadores da Alianza del Pastizal, foi a primeira a falar do território do Pampa com noções de terroir, ao ir atrás de um modelo de certificação de indicação de procedência para a carne gaúcha. Desta forma, em 2006, a associação conseguiu o registro no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), o reconhecimento pelo produto da “Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional”, modelo de registro que até o momento no estado só havia sido concedido para as vinícolas no Vale dos Vinhedos na região da Serra Gaúcha. A associação possuía uma parceria com o frigorífico Marfrig, e enviava a carne de algumas propriedades de associados apenas para um açougue especializado na cidade de Porto Alegre – RS, conhecido como Casa Moacir. A proposta desta certificação, era que naquele açougue seria encontrada a carne certificada do Pampa Gaúcho, produzida a pasto e oriunda apenas de raças britânicas, como Angus, Hereford e seus respectivos cruzamentos.

Segundo Soares (2014), o processo para adquirir a certificação de indicação geográfica para a Carne do Pampa Gaúcho, se deu em um momento que a bovinocultura já havia enfrentado vários altos e baixos no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, ao entrevistar Fernando Aduino, este afirmou que a certificação só foi conseguida devido ao apoio de várias instituições, entre elas o Sebrae Nacional, que capitaneou o processo, e Embrapa, que ajudou na definição de raças e demarcação da área. Era necessário vincular critérios mundialmente aceitos para diferenciar a região, e daí, comprovar a qualidade da carne, segundo ele. Apenas duas raças britânicas de gado são aceitas na IG Carne do Pampa Gaúcho. Essa definição causou conflitos, que foram intermediados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e Embrapa, contou o empresário “Não se aceita cruzamento com outras raças”, acrescentou. O gado deve se alimentar exclusivamente do pasto nativo dessa região.

Ainda segundo Soares (2014), a rastreabilidade do gado oferecido pela Apropampa seria tão acurada, que por meio do número no código de barras do SISBOV, impresso na embalagem da carne, o consumidor acessa informações sobre o animal de origem no site. Entretanto, o projeto não foi capaz de avançar para a próxima etapa e iniciar a venda desta carne em

supermercados, sendo mantido como ponto de venda apenas a Casa Moacir. Entretanto, é importante valorizar o serviço prestado pela Apropampa ao viabilizar a indicação geográfica para a carne bovina, modelo de certificação que até este ponto ainda era recente no mundo, sendo restrita a produtos como o queijo e o vinho.

Grande parte dos exemplos prévios de uso da indicação geográfica estão na França, país que iniciou e se destacou como sendo o país de maior tradição na utilização deste modelo de certificação. Segundo Chaddad (1996), na França, utilizando-se a expressão “apelações de origem controladas”, para os produtos que adquiriram uma relevante importância seja de natureza sociológica, cultural e econômica, consideradas parte do patrimônio nacional já no século XV. A proteção jurídica formal da IG teria nascido em decorrência das crises e concorrência enfrentadas pela vitivinicultura nos diversos países europeus (BRUCH, 2008). Entretanto, a primeira IG a ser legalmente reconhecida e delimitada foi na Região do Douro, em Portugal, que se dá em 10 de setembro de 1756, com a criação, pelo futuro Marquês de Pombal, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (BRUCH, 2008).

Segundo Fávero (2012), as indicações geográficas beneficiam à comunidade local da região e aos produtores de diversas maneiras, contribuindo para agregar valor ao produto baseado em suas características diferenciadas e conseqüentemente na criação de novos nichos de mercado. Desta forma, a criação deste tipo de certificação poderia contribuir de forma geral com a região, através da geração de novos empregos, colaborando com o desenvolvimento de zonas menos favorecidas através da valorização de suas habilidades locais.

Além disso, as IGs ainda contribuem para o reconhecimento da região, colaborando com o desenvolvimento do turismo no local, facilitando o marketing, tanto do produto quanto da região, inclusive com a oportunidade de organização de grandes eventos, como festas regionais, que podem se apresentar como importantes aliados no crescimento de alguns países e regiões (LOCATELLI, 2007). As IGs também promovem as boas práticas de produção e incentivam o aprimoramento de seus métodos tradicionais, de forma que não percam a sua essência, validando a cultura e a tradição da população local (PIMENTEL, 2012). As IGs ainda servem como uma forma de se garantir a sustentabilidade na região, sem que isso implique na sua transformação em um polo industrial ou uma região de monocultura (BRUCH, 2008).

Desta forma, a criação da IG para a Carne do Pampa Gaúcho, criada a pasto e oriunda de raças britânicas, foi um ponto muito importante na história recente para o desenvolvimento da pecuária tradicional gaúcha e sua visão para o mundo. É importante considerar que a IG não delimita apenas o espaço ou o lugar, mas também o território socialmente construído, físico e humano, que se forma e se transforma a partir das interações entre os atores sociais, com todas

as suas especificidades (SOARES, 2014). Logo, através deste contexto, o Pampa passa a poder ser considerado como um terroir do gado bovino (FONTOURA, 2019).

A certificação da Alianza del Pastizal, apesar de possuir características semelhantes à denominação de origem utilizada pela carne do Pampa Gaúcho do Apropampa, adota uma estratégia diferente das outras certificações existentes até o momento no estado. Algumas das diferenças entre esses modelos de certificações podem ser observadas no quadro abaixo (Tabela 10).

Tabela 10. Diferenças entre as estratégias e requisitos adotados pelas certificações de carne gaúchas.

Indicador	Apropampa	Alianza del Pastizal	Associação Brasileira de Angus	Associação Brasileira de Hereford e Braford
Indústria relacionada	Marfrig	Marfrig (até o momento da reformulação)	Silva, Marfrig, JBS, entre outros	Silva, Marfrig, Producarne, entre outros
Local de venda	Açougue especializado	Rede Carrefour (até o momento da reformulação)	Várias redes de supermercados e açougues	Várias redes de supermercados e açougues
Tipo de certificação	Indicação Geográfica: Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional	Carne bovina procedente do bioma Pampa pela Alianza del Pastizal	Carne com padrão de qualidade racial Angus	Carne com padrão de qualidade racial Hereford e Braford
Exigências de raça	Raças britânicas e suas cruzas	Não possui	Aberdeen Angus	Hereford e Braford
Exigências alimentares	Gado criado à pasto	Gado criado à pasto em campo nativo	Não possui	Não possui
Possui exportação	Não	Não	Sim	Sim
Razão da valorização	Sistema de produção característico	Sistema de produção característico e conservação do bioma Pampa	Padrão de qualidade racial	Padrão de qualidade racial

Fonte: O Autor (2021).

Podemos observar que existem diversos pontos de semelhanças e diferenças entre as certificações de carne gaúchas. Primeiramente, é interessante notar a importância do frigorífico Marfrig para estes modelos de negócios, por se tratar de uma das indústrias frigoríficas com maior força na região da Campanha do Rio Grande do Sul, local que pode ser visto como o coração da produção pecuária no estado. Entretanto, pode-se notar também que enquanto as certificações mais localizadas como a da Apropampa e Alianza del Pastizal, contam apenas com o apoio do Marfrig para o abate de seus animais, as certificações das associações de raça, que já são mais antigas e possuem uma escala maior, contam com diversos grupos frigoríficos para o seu pleno funcionamento em outras regiões do estado. Essa diferença no tamanho da escala das certificações de raça também se apresenta quando observamos os locais de venda do produto cárneo, onde enquanto as certificações localizadas da Apropampa e Alianza estão restritas a apenas um tipo de estabelecimento, a carne das associações de raças pode ser encontrada em quase qualquer supermercado e açougue nas cidades gaúchas, também sendo os únicos modelos de certificação da carne no Rio Grande do Sul que trabalham com exportação atualmente.

Quanto às exigências para a certificação, as associações de raça se preocupam apenas com os padrões de conformidade e aspectos raciais dos animais, sem qualquer restrição baseada na forma de alimentação destes animais, possuindo a oferta de carne de animais à pasto ou confinados. A certificação da Apropampa também exige que seu produto seja oriundo de animais de raças britânicas, como Angus e Hereford, ou suas cruzas, entretanto, não faz distinção sobre qual destas raças é utilizada pelos produtores. Além disso, a Apropampa possui a restrição alimentar de que os animais vendidos com o selo de procedência da “Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional”, sejam animais criados à pasto, porém, ela apenas garante animais criados em pastagem, sem utilizar o apelo ambiental da preservação do campo nativo. Desta forma, a carne da Apropampa foca o seu modelo de valorização no sistema de produção de animais à pasto, prezando pelo bem-estar animal e valorizando a cultura gaúcha, através do simbolismo de um bom churrasco tradicional gaúcho.

Por outro lado, a certificação de carnes da Alianza, apesar de não realizar restrições de raça, se trata de um grupo composto por produtores rurais com visões tradicionais, estes, que tem em sua cultura a criação destas mesmas raças britânicas. Logo, apesar da Alianza não restringir o uso de outras raças, pode-se constatar que a maioria expressiva de seus produtores fazem uso das mesmas raças utilizadas pelos outros modelos de certificação em seus rebanhos. Já sobre a estratégia de valorização da Alianza, a mesma ainda utiliza as premissas de uma carne de qualidade à pasto e da valorização da cultura tradicional gaúcha. Entretanto, devido à

sua origem vinda de ONGs de preservação ambiental, a Alianza entra com uma nova cartada, sendo ela o apelo à preservação do bioma nativo da região, configurando um produto de qualidade, mas que ao mesmo tempo preza pela conservação do bioma Pampa, ou seja, uma carne produzida de forma sustentável.

5.3 A CARNE DO PAMPA PODE SER DEFINIDA COMO UM PRODUTO SUSTENTÁVEL?

Dentre os diferentes caminhos que podem ser seguidos para se alcançar a valorização de um produto como as carnes do Pampa, a escolha por uma narrativa da sustentabilidade e desenvolvimento regional parece a mais justa aos olhos da população e dos agentes envolvidos no projeto. Entretanto, apesar da visão empírica de um sistema de produção mantido em sintonia com o ecossistema nativo, existem outros pontos que ainda devem ser cumpridos para que um produto possa ser reconhecido como sustentável além da preservação ambiental. Desta forma, abaixo serão expostos e discutidos os pontos que definem um produto como sustentável no Brasil. A fim de reconhecer se a bovinocultura de corte tradicional no bioma Pampa pode realmente ser reconhecida como um mercado sustentável aos olhos da constituição brasileira e dos estudiosos do tema.

O axioma sustentabilidade provém do latim *sustentare*, sustentar; defender, e se relaciona, inicialmente, com a resiliência, ou seja, a capacidade que um indivíduo ou uma população apresenta, após momento de adversidade, conseguir se adaptar ou evoluir positivamente frente à situação, ocorre na Ecologia, quando o bem ambiental enfrenta fatores como uso abusivo dos recursos naturais por parte dos seres humanos e/ou fenômenos violentos da natureza. Esta expressão foi apropriada pelos economistas para adjetivar um tipo de desenvolvimento não desejado, que levaria à exaustão dos recursos naturais disponíveis no planeta em decorrência da implementação desse modelo produção implementado ao longo do século XX, que permanece quase inalterado na atualidade (SOARES, 2014).

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo momento no ordenamento jurídico brasileiro baseado em fundamentos como a dignidade da pessoa humana, soberania, pluralismo político e nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. A Carta Magna ainda cita como objetivos da nação a erradicação da pobreza, o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. O destaque para esses itens ocorre no sentido de que a Constituição de 1988 rompe com o período da Ditadura Civil Militar no Brasil, sendo

precursora na proteção ao meio ambiente, das liberdades individuais e da igualdade social, alicerçada na livre iniciativa econômica (BRASIL, 1988).

Ao tratar de mercados sustentáveis, ou que se propõe a serem sustentáveis, é crucial que sejam consideradas as esferas sociais, econômicas e ambientais. Acerca da ordem econômica, a Constituição Federal enumera alguns princípios indispensáveis para o seu equilíbrio, ou seja, prezando pelo desenvolvimento econômico, concomitante ao desenvolvimento social e o respeito ao meio ambiente. O primeiro artigo do capítulo que dispõe sobre os princípios da atividade econômica é direto ao citar em seu caput que a “ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social” (BRASIL, 1988).

Na sequência a Constituição cita como princípios para a organização econômica itens que merecem destaque. O inciso I trata do direito à propriedade privada, já mencionado no art. 5º, é fulcral mencionar que o conceito de propriedade é amplo, englobando todos os bens patrimoniais, não necessariamente ligados à posse de bens móveis e imóveis, assim o poder empresarial também é considerado uma propriedade (COMPARATO, 1996, p. 43).

No inciso III do art. 170 foi inserido como princípio a função social da propriedade (BRASIL, 1988), ou seja, a propriedade não passa a servir também ao interesse coletivo. Esse conceito aparece pela primeira vez na Constituição de Weimar em 1919, que gerava ao proprietário obrigações negativas e positivas, ou seja, de fazer e não fazer, no decorrer dos anos vários outros países também inseriram dispositivos semelhantes nos seus ordenamentos. No tocante à função social das organizações empresariais, há a previsão de que sejam respeitados os interesses dos trabalhadores, dos capitalistas e, ainda, dos interesses da comunidade. Contudo, tendo em vista o regime capitalista vigente, por vezes é necessário que o poder estatal interceda para a efetivação da função social (COMPARATO, 1996, p. 44).

No inciso VI do referido artigo há a referência expressa à preservação do meio ambiente “inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”. Nesse ponto a Constituição Federal consolida uma função socioambiental da propriedade, pois insere como princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente, aliada a itens como a “redução das desigualdades regionais e sociais” e a “busca do pleno emprego”, além do inciso que menciona a função social da propriedade (BRASIL, 1988).

Neste escopo, merece destaque o art.186 da Constituição Federal, pois trata dos requisitos para a função social da propriedade rural, é possível mencionar que a Constituição

Federal prevê explicitamente que a propriedade rural deve cumprir com uma função socioambiental:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - Aproveitamento racional e adequado;

II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Isto é, a propriedade rural deve fazer uso da terra, não a deixando improdutiva, contudo, esse uso deve ser em consonância com a preservação do meio ambiente, além disso os trabalhadores rurais devem ter seus direitos trabalhistas respeitados, de acordo com a legislação vigente, bem como a exploração dessa propriedade deve ter como objetivo o bem-estar dos trabalhadores e dos proprietários. Sucintamente o art. 186 da Constituição Federal traz os requisitos que devem ser cumpridos para que a produção agrícola ocorra de maneira sustentável.

Também o Código Civil de 2002 traz a função social da propriedade, o caput do art. 1228 enuncia que o “proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa”, contudo o §1º do citado artigo impõe que o exercício do direito à propriedade não é pleno, devendo respeitar as “finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas” (BRASIL, 2002). Assim, a função socioambiental, tendo em vista que é parte intrínseca do conceito de propriedade, funciona como um limite do seu uso e gozo, considerando além dos benefícios ao proprietário, dos benefícios à coletividade.

A Carta Magna de 1988 estabelece um novo regime jurídico, baseado em ideais de coletividade e de respeito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Contudo, merece destaque a Lei nº 4.504/64, conhecida como Estatuto da Terra, pois muito antes da promulgação da Constituição de 1988 o Estatuto da Terra, que legisla sobre o desenvolvimento rural e a reforma agrária, já mencionava a função social da propriedade rural, aliada à função ambiental:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;

b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;

c) assegura a conservação dos recursos naturais;

d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, 1964).

Assim, o Estatuto da Terra é um marco e inicia no Brasil o rompimento com o caráter privatista da propriedade, com destaque para o seu contexto de criação, visto que foi publicado no primeiro ano da Ditadura Civil Militar no Brasil. Assim, a Constituição Federal consolida dispositivos já mencionados na legislação agrária, mas não apenas isso, inicia um novo período com destaque para a justiça social e a erradicação das desigualdades, com grande relevância para a proteção da biodiversidade e do meio ambiente.

Nesse sentido, outro ponto de destaque da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, é o capítulo sobre o meio ambiente que introduz a temática acerca do celebrado art. 225, o qual declara que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). O direito ao meio ambiente equilibrado é considerado um direito transindividual, isto é, tem caráter coletivo e difuso, pertence às futuras gerações, essa esfera de direitos é conhecida como direitos de terceira geração (BOBBIO, 2004, p. 9). Da mesma forma, o dever de defender e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado é responsabilidade do coletivo, além de responsabilidade do Poder Público, conforme disciplina o art. 225, § 1º da Constituição Federal de 1988.

Já o conceito de meio ambiente é formulado na Lei nº 6.938 de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente:

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - Meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

A lei da Política Nacional do Meio Ambiente também é útil para explicar o que a Constituição Federal pretende com o termo “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, pois no seu art. 4º elenca os seus objetivos, incluindo “à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico” e “à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida” (BRASIL, 1981).

Um exemplo de legislação com foco na produção agroalimentar que engloba os núcleos ambientais, sociais e econômicos é a Lei 10.831 de 2003, que dispõe sobre a agricultura

orgânica. Já no seu artigo primeiro a Lei 10.831 de 2003 é explícita ao demonstrar seu compromisso com a função socioambiental da produção agrícola:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Com isso, é possível constatar que o aparato constitucional brasileiro impõe ao coletivo, incluindo os mercados, que sejam prezados o desenvolvimento econômico, desde que aliado ao desenvolvimento social, que inclui a observância da legislação trabalhista, e também a preservação ambiental. Assim, para que um mercado seja considerado sustentável deve considerar que suas ações e comportamento esteja de acordo com os preceitos constitucionais que regem as esferas econômica, social e ambiental.

Já do ponto de vista acadêmico e empresarial, segundo estudiosos do tema, a sustentabilidade é composta de três dimensões, sendo elas: econômica, ambiental e social. Essas dimensões são também conhecidas como *triple bottom line* (NATALLI et al., 2020). Este sistema foi desenvolvido por Elkington (1997), ao argumentar que é possível que corporações capitalistas possam contribuir nas esferas ambiental e social, e busca trazer três conceitos, também conhecidos na língua inglesa como os 3 “P’s” (*people, planet, profit*), ou então “pessoas”, “planeta”, “lucro” que sustentariam o empreendedorismo sustentável em *start-ups* (BONFIM, et al., 2018). Sendo que nos últimos tempos a preocupação com a sustentabilidade tomou dimensões globais, diversas instituições e empresas vem buscando alternativas para enfrentar o desafio de manterem-se competitivas e atuantes no mundo dos negócios ao mesmo tempo em que atentem aos pressupostos da sustentabilidade (ZUANAZZI, et al., 2016). Com isso, a cada vez mais o setor privado vem buscando, ou pelo menos aparenta buscar, formas de produzir com qualidade e com redução na utilização dos recursos naturais, através de estratégias de reciclagem, tratamento de resíduos contra a poluição e promoção de ações relacionadas a comunidades locais.

As empresas que fazem parte desses “mercados sustentáveis” têm seus discursos ancorados, principalmente, em critérios de melhor qualidade de vida e de responsabilidade ambiental. Evidentemente, por se tratar de mercados, há uma lógica capitalista em jogo, sendo possível perceber que as estratégias das empresas, cada vez mais se complexificam, mesmo que

sua diretriz principal seja a busca pelo lucro. No caso da competitividade empresarial, há uma lógica implícita: preservar o meio ambiente, porém gerando lucratividade (ALMEIDA e ENGEL, 2018). Este viés econômico ainda gera ceticismo quanto ao real envolvimento das empresas em ações e estratégias relacionadas ao desenvolvimento sustentável, principalmente pela questão da lucratividade se manter como fator mais importante nos processos de tomada de decisão (OLIVEIRA et al., 2018).

Nesse sentido, há vários nichos que já estão consolidados nesse mercado que se autodenomina sustentável. Entre eles estão o turismo rural e os produtos, com seus mais diversos selos de produção orgânica, sustentável ou de identificação territorial (ALMEIDA e ENGEL, 2018). Desta forma, a mudança torna-se fundamental para que sustentabilidade sejam adotados também pelas cadeias agroindustriais, para que se adequem ao novo padrão de atividades e preocupações da atualidade (OLIVEIRA et al., 2017). Para que isso ocorra da melhor forma, existem diversos aspectos que podem ser valorizados no setor agroalimentar, como as produções agroecológicas e produtos de origem familiar, que diariamente lutam por espaço em um mercado dominado pelas grandes instituições.

Dentro da discussão quanto à sustentabilidade na agricultura, é comum vermos duas linhas de pensamento. Para os mais preocupados no que diz respeito aos aspectos econômicos, a agricultura sustentável é sinônimo da manutenção, da produção e do lucro dos sistemas físicos de produção, de forma a reduzir o uso de insumos externos. Para os que estão preocupados com o quesito ecológico, a sustentabilidade visa o uso equilibrado dos recursos tanto renováveis quanto não renováveis, a fim de diminuir a degradação do ambiente (NATALLI et al., 2020). Neste contexto, a agricultura familiar apresenta-se com grande potencial de diversificação na produção de alimentos, excluindo práticas insustentáveis, como a aplicação demasiada de agrotóxicos no cultivo (NASCIMENTO et al., 2020).

As atividades econômicas agropecuárias e agroindústrias no Brasil se transformam e transferem através de diversos insumos, incluindo desde as matérias-primas, máquinas e equipamentos, produtos intermediários até os finais, sua distribuição e comercialização, e em sua maioria ocasionando impactos negativos quanto à utilização das técnicas agrícolas, a mão de obra, insumos, a irrigação, o superpastoreio, o confinamento de animais, o elevado consumo de água e a geração de poluentes proporcionando a degradação do meio ambiente (MARQUES et al., 2020). É importante que a sustentabilidade esteja presente no setor primário, sendo este os estabelecimentos agrícolas quando falamos do caso das cadeias agroalimentares, isso se dá pelo fato de ser o setor que necessita de muita atenção quanto à utilização dos recursos naturais esgotáveis existentes.

Buscando diminuir o uso de agroquímicos, energia, água e assim buscar a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade (NATALI et al., 2020).

Baseado nestes conceitos, podemos observar que o sistema produtivo adotado pelos pecuaristas tradicionais da região do Pampa, em especial aos associados à Alianza del Pastizal, vão de acordo com as linhas de pensamento que definem um produto como sustentável. Sendo que, tanto quanto à constituição brasileira quanto à definição industrial do *triple botton line*, tratam dos mesmos três tópicos, sendo eles o desenvolvimento econômico, a preservação dos recursos naturais e a atenção aos aspectos sociais. Apesar da carne do Pampa não poder contar com a denominação de um produto orgânico, devido à necessidade de utilização de vacinas, vermífugos e carrapaticidas, ela ainda pode ser caracterizada como um modelo de produção sustentável.

Isso se dá pelo fato deste sistema de produção se basear em um modo de exploração da terra que é capaz de gerar riqueza respeitando as premissas de conservação do meio ambiente local. Sem a necessidade de utilização de manejos demasiadamente extrativistas da terra, como o uso exagerado de agrotóxicos e o desmatamento das espécies nativas. Além disso, incentivando o desenvolvimento regional e gerando empregos. Desta forma, pode-se concluir que o Programa de Carne Certificada – Alianza del Pastizal realmente condiz com as premissas necessárias para ser definido como um mercado sustentável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Carne Certificada – Alianza del Pastizal, tido como objetivo de análise desta dissertação, se trata de uma iniciativa liderada pela Alianza del Pastizal, uma associação organizada pelas ONGs, SAVE Brasil e *Birdlife International*, com o intuito de estimular a conservação do bioma Pampa, ambiente tido como de fundamental importância para a preservação da biodiversidade, em especial de espécies de aves, que se tratam do grupo biológico alvo destas ONGs. Para que isso seja possível, a Alianza atua em projetos que buscam auxiliar os produtores rurais locais, em específico pecuaristas que utilizam dos campos nativos da região para o seu meio de produção.

A Alianza é atualmente conduzida por uma mesa diretiva, incluindo nesta um representante legal da entidade, uma coordenação e diretoria técnicas, representantes de entidades de pesquisa e desenvolvimento como universidades, representantes técnicos do mercado privado e produtores rurais associados. Desta forma, os projetos da Alianza são tocados através de financiamentos governamentais e parcerias com outras entidades relacionadas, como o SEBRAE/RS, possibilitando a sua ação em projetos que visam a manutenção do bioma Pampa e o desenvolvimento das regiões e produtores rurais que utilizam deste sistema natural para a obtenção de renda. Desta forma, alguns trabalhos realizados pelo grupo hoje são o controle de espécies invasoras que prejudicam o ecossistema, como o javali e o capim-annoni, a organização de eventos e materiais de fins educacionais, e o projeto de valorização do produto criado de forma sustentável no bioma Pampa, como é o caso do Programa de Carne Certificada e de outros projetos de certificação de alimentos citados que ainda estão no papel, como vinhos, mel e carne ovina.

Não existem custos para uma propriedade fazer parte da Alianza del Pastizal, entretanto, é necessário passar por uma avaliação e cumprir uma série requisitos, como por exemplo a presença de pastagens nativas em pelo menos 50% da área da propriedade. Os produtores associados à Alianza apresentam fortes características tradicionais dos pecuaristas gaúchos. Se mostrando motivados a permanecer na bovinocultura principalmente pela forte herança ancestral e aptidão com o sistema produtivo utilizado a tantos anos na região. O perfil médio destes produtores rurais apresenta uma realidade de pessoas bem estudadas, com grande porcentagem de produtores que possuem ensino superior e pós-graduação. A grande maioria obteve suas propriedades por meio da sucessão familiar, e possuem em média cerca de 800 hectares de terras, entretanto ainda se apresentam pequenos produtores dentre os associados.

Destas propriedades, a maioria absoluta afirma utilizar mão de obra contratada, em conjunto ou não com a mão de obra familiar.

Além disso, estes produtores demonstram possuir grande paixão pelas características paisagísticas dos campos nativos do bioma Pampa, isso se dá principalmente pela grande importância cultural dos Pampas na vida destes. Essas que se configuram desde a criação da identidade do gaúcho, como um homem que tem em suas raízes uma relação gloriosa com uma vida marcada pela presença de vastos campos, e a presença de cavalos e rebanhos. Pode-se constatar que o gaúcho teria sido um povo completamente diferente sem os bovinos na sua constituição. Logo, é natural que para esta classe existe um ajustamento entre as estratégias produtivas e o amor pelo seu ambiente natural, propiciando um ecossistema favorável para o desenvolvimento sustentável. Isso pode justificar o seu interesse de ingressar em uma organização de âmbito conservacionista como a Alianza e a sua opção por manter este sistema produtivo frente a oportunidades tidas como “mais rentáveis”, como as monoculturas que atualmente estão tomando conta da região, à exemplo das lavouras de soja e arroz e da cultura do eucalipto.

Desta forma, o programa de certificação de carnes proposto pela Alianza, vêm como uma forma de valorizar o produto resultado de uma bovinocultura sustentável característica desta região. Logo, o programa buscar fornecer um incremento na renda destes produtores que se preocupam com a preservação do meio ambiente local, assim como um incentivo a novos produtores que também buscam o prestígio de fazer parte de um mercado sustentável ao se produzir carne de qualidade no bioma Pampa. Ou seja, além das questões ambientais envolvidas, a participação em um sistema de certificação de qualidade como o proporcionado pela Alianza del Pastizal, ainda oferece certo capital simbólico ao produtor associado. Este que, de certa forma, serve para legitimar e levar prestígio à sua propriedade rural. Deixando de ser apenas um meio de produção, e passando a fazer parte de algo maior, que passa a ser motivo de orgulho para o produtor rural.

Assim, este modelo de certificação, que tem como ponto de partida uma identidade territorial do gaúcho pecuarista, com a qualidade conhecida de seu churrasco, parte para uma premissa de estímulo a proteção do meio ambiente, se diferenciando de outros modelos de certificação já existentes na região. O programa ganha ainda mais importância ao considerar a sua existência em um local com um dos biomas mais negligenciados atualmente pelos ambientalistas, que por muitas vezes não prestam a devida atenção aos biomas baseados em

pastagens, e que vêm passando por uma grande pressão com o avanço das monoculturas na região e a ameaça de espécies invasoras.

Entretanto, ainda existem diversos aspectos que devem ser trabalhados para que este modelo de certificação atinja o seu melhor potencial. Dentre eles uma melhor organização da cadeia, desde a produção, até a sua distribuição, para que seja possível alcançar um maior público. Além disso, medidas como um maior controle da rastreabilidade, e a presença de mais informações sobre o sistema em que aquela carne foi produzida no rótulo, aliados ao maior trabalho de divulgação deste modo de trabalho, podem trazer um grande avanço deste produto aos olhos do público. Este marketing positivo se mostra ainda mais importante ao observar a necessidade de se mostrar a realidade deste sistema de produção de carne sustentável, frente às discussões atuais sobre esse tema, devido aos problemas do setor de carnes no centro e norte do país, regiões que vem sofrendo muito com o desmatamento de áreas nativas para exploração da pecuária intensiva. Desta forma, é de suma importância mostrar que a pecuária sustentável e tradicional utilizada pelos produtores da Alianza é diferente, resultado de um sistema sustentável e que busca conservar o meio ambiente nativo.

Em um contexto onde a qualidade e confiabilidade dos produtos agrícolas por muitas vezes vem sendo colocada em teste, a existência de projetos como a certificação de carnes da Alianza del Pastizal se mostra essencial. Este modelo de negócios remete a teoria de que as cadeias de produtos agrícolas, assim como de diversos outros, não constituem apenas uma questão de trocas mercantis, mas envolvem todo um contexto de valores e disputas simbólicas importantes. Desta forma, o caso estudado nesta pesquisa se apresenta como mais uma experiência que demonstra a singularidade de certos sistemas agroalimentares, que remetem a diferentes questões, como a importância de uma agricultura adequada para o bem-estar da saúde humana e preservação do meio ambiente, e a relevância que as culturas regionais tem para o desenvolvimento local e a construção de cadeias mercantis. Com isso, estes produtos são imbuídos de valores éticos, que conferem ao mesmo um capital simbólico originado de todos os saberes e experiências envolvidos na sua criação. Valores estes que além de proporcionarem motivo de prestígio e orgulho para os envolvidos em sua produção, também passam a agregar no valor destes produtos no mercado.

Entretanto, os resultados observados na questão do sistema produtivo adotado pelos produtores levantam uma questão. Pois, se a grande maioria dos produtores associados a Alianza trabalham apenas com o gado de cria, trazer uma certificação do produto final seria a

melhor forma de se criar um incentivo para essa criação sustentável? Talvez a organização poderia buscar forma de trazer a valorização ao encontro de seus produtores, ao invés de utilizar um sistema que possa exigir ajustes no sistema produtivo dos mesmos. Algumas propostas poderiam ser a valorização do animal criado a pasto vendido para terminação, mesmo que esta seja em confinamento, diminuindo o impacto ambiental dos sistemas de confinamento utilizando-se de conceitos de mitigação dos gases, reduzindo a pegada de carbono destes sistemas, através da utilização de animais que foram criados durante toda a vida em sistemas a pasto, aliados a preservação do meio ambiente, como é o caso da criação de gado em campo nativo. Além disso, outras formas de valorização destes serviços ambientais devem ser estudadas, como tópicos de pagamento por créditos de carbono e mitigação de gases pela vegetação nativa e políticas públicas que beneficiem esse modelo de produção.

Logo, pode-se concluir que o presente estudo obteve sucesso em compreender os aspectos que levaram à Alianza del Pastizal a organizar a proposta da carne certificada e os impactos positivos que esse modelo de negócios pode trazer ao desenvolvimento local. Além disso, a pesquisa foi capaz de apontar as características dos produtores que podem ter os levado a adotar essa ideia de uma produção extensiva e sustentável nos campos do Pampa, como já haviam fazendo há anos, por muitas vezes sem a devida valorização. Entretanto, conforme Karl Polanyi, renomado autor do livro “A Grande Transformação”, para que seja possível entender adequadamente uma determinada cadeia, é necessário compreender os interesses e motivações de todos os sujeitos econômicos que dela fazem parte. Desta forma, fica a oportunidade para novos estudos na área, que busquem elucidar as relações entre outros agentes envolvidos nesta cadeia agroalimentar, como o varejo e a indústria.

7 REFERÊNCIAS

- ALFNES, F. Stated preferences for imported and hormone-treated beef: application of a mixed logit model. *European Review of Agriculture Economics*, v. 31, p. 19-37, 2004.
- ALMEIDA, Giovana Goretti Feijó; ENGEL, Vonia. Por um consumo sustentável: reflexões sobre agroecologia e agricultura no contexto urbano. *COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 1, p. 129-148, 2018.
- ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, 1994. p. 49-94.
- ALTMANN, Alexandre; BERGER FILHO, Airton Guilherme. Certification and labeling for conservation of ecosystem services in the Pampa Biome: Case study of the Aliança do Pastizal scheme. *Ecosystem Services*, v. 46, p. 101209, 2020.
- ANDREATTA, Tanice. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas. 2009. 241 f.** 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre.
- APPOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IBIRAPUITÃ. APA do Ibirapuitã: O que é. 2012. Disponível em: <https://sites.google.com/site/apadoibirapuita/apa-do-ibirapuita?authuser=0>. Acesso em: 22 maio 2014.
- BALDI, G.; PARUELO, J. M. Land-Use and Land Cover Dynamics in South American Temperate Grasslands. *Ecology and Society*, v. 13, n. 2, 2008.
- BEHLING, Hermann et al. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. *Campos Sulinos*, p. 13, 2009.
- BENCKE, Glayson Ariel. Diversidade e conservação da fauna dos Campos do Sul do Brasil. *Campos Sulinos*, p. 101, 2009.
- BERETTA, Virgínia; LOBATO, José Fernando Piva; MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme. Produtividade e eficiência biológica de sistemas de produção de gado de corte de ciclo completo no Rio Grande de Sul. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 31, p. 991-1001, 2002.
- BEZZI, M. L. São Borja – Transformações no espaço agropecuário: o processo de despecuarização. 1985. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”, UNESP, Rio Claro, 1985.
- BILENCA D.N.; MINARRO, F. Identificación de áreas valiosas de pastizal (AVPs) em lãs Pampas y campos de Argentina, Uruguay y sur de Brasil. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2004.
- BILENCA, David; MIÑARRO, Fernando. **Identificación de áreas valiosas de pastizal en las pampas y campos de Argentina, Uruguay y sur de Brasil.** Fundación Vida Silvestre Argentina, Buenos Aires, 2004.
- BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. Impactos da agricultura no meio-ambiente: Principais tendências e desafios (Parte 1). *Revista Economia & Tecnologia*, v. 5, n. 3, 2009.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.
- BOITO, B.; LISBISNKI, E. Consumidor e marcas de qualidade. Exemplo em Brasil. In: TEIXEIRA, A.; SAÑUDO, C. (Coord.). *Marcas de qualidade de carne em Iberoamerica*. 1. ed. Bragança: Red Marcarne, 2019. cap. 3, p. 95-100.

- BOITO, B.; LISBISNKI, E. Consumidor e marcas de qualidade. Exemplo em Brasil. In: TEIXEIRA, A.; SAÑUDO, C. (Coord.). *Marcas de qualidade de carne em Iberoamerica*. 1. ed. Bragança: Red Marcarne, 2019. cap. 3, p. 95-100.
- BOLDRINI, I. I.; OVERBECK, G.; TREVISAN, R. Biodiversidade de plantas. *Os Campos do Sul*. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos–UFRGS, p. 51-60, 2015.
- BONFIM, Leandro Rodrigo Canto; VICENTE, Afonso Ricardo Paloma; GIMENEZ, Fernando Antonio Prado. Empreendedorismo sustentável e o Triple Bottom Line: Mapeando a literatura internacional. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 3, n. 3, p. 158-192, 2018.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2002
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF.
- BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF.
- BRITO, F. A.; CÂMARA, J. B. D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BRUCH, K. L. Indicações geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas. In: PIMENTEL, L. O.; BOFF, S. O.; DEL'OLMO, F. de S. (Org.). *Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.
- BRUNI, A. L. **SPSS Guia Prático para Pesquisadores**. São Paulo: Atlas, 2012.
- Bugalho M.N. & Abreu J.M. 2008. The multifunctional role of grasslands. In: *Sustainable Mediterranean grasslands and their multifunctions* (eds. Porqueddu C & Tavares de Sousa MM). *Option Méditerranéennes*, 79: 25-30.
- BUGALHO, Miguel N. et al. The multifunctional role of grasslands. *Sustainable Mediterranean grasslands and their multifunctions*, p. 25-30, 2008.
- BUSO, Giampaolo. *Análise do perfil do consumidor de carne bovina na cidade de São Paulo*. São Carlos: UFSCar. Dissertação (Mestrado) Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000.
- CARVALHO, PC de F. et al. Produção animal no bioma campos sulinos. **Brazilian Journal of Animal Science**, v. 35, n. Supl, p. 156-202, 2006.
- CARVALHO, PC de F.; SANTOS, DT dos; NEVES, Fabio P. Oferta de forragem como condicionadora da estrutura do pasto e do desempenho animal. *Simpósio de Forrageiras e Produção Animal*, v. 2, n. 2007, p. 23-59, 2007.
- CESAR, G. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2005.
- CHADDAD, F. R. *Denominações de origem controlada: uma alternativa de agregação de valor no agribusiness*. 106 f. Dissertação (Mestrado em Administração), São Paulo. Universidade de São Paulo, 1996.

CHAMPREDONDE, M. et al. Pampa como indicação geográfica para diferenciar carnes vacunas em Argentina y en Brasil: motivaciones y limitantes. *Agroalimentaria*, v. 20, n. 38, p. 35-52, 2014.

COLE, Lorna J. et al. Grassland conservation headlands: Their impact on invertebrate assemblages in intensively managed grassland. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 122, n. 2, p. 252-258, 2007.

COLLARES, Bruno Bervig et al. Análise comparativa do lucro e risco de sistemas agropecuários na campanha gaúcha Comparative analysis of profit and risk for cattle ranching and soybean crop systems on the campanha gaúcha region, on southern brazil. **Braz. J. of Develop**, v. 6, n. 11, p. 90981-90997, 2020.

COLLARES, Bruno Bervig; BRENDLER, Nathália Portella; GUERRA, João Pedro Oliveira. APLICABILIDADE DE UM PROGRAMA DE INCENTIVO A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NORTE-AMERICANO (CRP) NO BIOMA PAMPA. **Revista Científica Agropampa**, v. 1, n. 1, p. 86-106, 2021.

COMENTTO, Pesquisa de Mercado. Calculadora amostral. Disponível em: <https://comentto.com/calculadora-amostal/>

Commons, J. R. (1931). Institutional economics. *The American Economic Review*, 21, 648-657.

COMPARATO, Fábio Konder. Estado, empresa e função social. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, SP, ano 85, v. 732, p. 39 -46, 1996

CONAB, 2017. Companhia nacional de abastecimento, safras: séries históricas. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras>

DALE, Virginia H. et al. Interactions among bioenergy feedstock choices, landscape dynamics, and land use. *Ecological Applications*, v. 21, n. 4, p. 1039-1054, 2011.

DE ÁVILA, Mariana Rockenbach et al. Controle e problemáticas do capim-annoni-2 em campo nativo: percepção dos produtores rurais acerca do bioma Pampa. *International Multilingual Journal of Science and Technology (IMJST)*. Vol. 5. 2020

DEBANO, Sandra J. Effects of livestock grazing on aboveground insect communities in semiarid grasslands of southeastern Arizona. *Biodiversity & Conservation*, v. 15, n. 8, p. 2547, 2006.

DELACOUR, Jean. Fifty Years of ICBP. **Oryx**, v. 11, n. 6, p. 416-418, 1972.

DELLAMATRICE, Priscila M.; MONTEIRO, Regina T. R.. Principais aspectos da poluição de rios brasileiros por pesticidas. *Rev. bras. eng. agríc. ambient.*, Campina Grande, v. 18, n. 12, p. 1296-1301, 2014.

DENT, J. B.; EDWARDS-JONES, G.; MCGREGOR, M. J. Simulation of ecological, social and economic factors in agricultural systems. *Agricultural Systems, Great Britain*, v. 49, n. 4, p. 337-351, 1995.

DOMINGUES, M. S.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. *Ambiente & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 1-22, 2012.

ELKINGTON, John. The triple bottom line. **Environmental management: Readings and cases**, v. 2, 1997.

EMBRAPA, Embrapa Pecuária Sul: bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul – Ano 4, n. 1 (2018). Porto Alegre, RS. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355035/1529130/Informativo+Nespro+2018/5f6b178c-5e0e-41ea-a9ed-dc15d2f1325e>

ESCHER, Fabiano. Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural: Uma análise institucional comparativa de Brasil e China. 2016. 303 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2016.

Evans, M.I. 1994. Important Bird Areas in the Middle East. Cambridge, U.K.: BirdLife International (BirdLife Conservation Series no. 2).

FAOSTAT. Estatística do cultivo da soja. 2019a Disponível em: . <https://www.fao.org/faostat/es/#data/QC>

FÁVERO, K. C. Indicação Geográfica. In: PIMENTEL, L. O. (Org.). Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: módulo I. 3. Brasília: MAPA; Florianópolis: EaD/UFSC, 2012.

FEE, FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Unidades geográficas. Disponível em: < http://WWW.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp>. Acesso em: 29 ago. 2008.

FERREIRA, Jonas Lima; ANDREATTA, Tanice. Mudanças no uso da terra no município de Dom Pedrito – RS. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resumo expandido. V.3 N. 2. 2011.

FERREIRA, N. R.; MEDEIROS, R. B. de; FAVRETO, R. Banco de sementes do solo de margem viária dominada por capim-annoni-2 e sujeito ao controle com distúrbios no solo e introdução de gramíneas. Revista Brasileira de Sementes, Brasília, DF, v. 30, n. 3, p. 54- 63,2008.

FERREIRA, Nadilson Roberto; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Reflexos econômicos, sociais e ambientais da invasão biológica pelo capim-annoni (*Eragrostis plana* nees) no Bioma Pampa. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 27, n. 1/3, p. 47-70, 2013.

FOCHEZATTO, Adelar; GRANDO, Marinês Zandavali. Efeitos da estiagem na economia do Rio Grande do Sul: uma abordagem multissetorial. Ensaios FEE, v. 32, n. 1, 2011.

FONT-I-FURNOLS, M; GUERRERO, L. Consumer preference, behavior and perception about meat and meat products: An overview. Meat science, v. 98, n. 3, p. 361-371, 2014.

FONTOURA, L. F. M. A produção social do espaço agrário. IN: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (org.) Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 319 p.

FONTOURA, L. F. M. Macanudo Taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2000. 273 p. (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Pampa: Terroir do gado bovino?. Geosul, v. 34, n. 71, p. 213-238, 2019.

FRANCO, S. da C. A Campanha. IN: Rio Grande do Sul: Terra e Povo. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1952. p. 65-74.

FREITAS, D. O capitalismo pastoril. Ensaios FEE. FEE – Fundação de Economia e Estatística. A sociedade gaúcha. Porto Alegre: FEE, ano 14, n. 2, 1993. p. 438-465.

GALFORD, G. L.; MUSTARD, J. F.; MELILLO, J.; GENDRIN, A.; CERRI, C. C.; CERRI, C. E. P. Wavelet analysis of MODIS time series to detect expansion and intensification of row-crop agriculture in Brazil. Remote Sensing of Environment, v. 112, n. 2. p. 576-587, 2008.

GARCÍA, César et al. Avifaunal changes as a consequence of large-scale livestock exclusion in the mountains of Central Argentina. Journal of Applied Ecology, v. 45, n. 1, p. 351-360, 2008.

GARCIA-PARPET, Marie-France; JAS, Nathalie; LEROUX, Benoît. L'AGRICULTURE BIOLOGIQUE ET SES PRODUITS: ENTRE INSTITUCIONALISATION MARCHANDE ET REPOSITIONNEMENTS ÉTHIQUES. *Novos Olhares Sociais*, v. 3, n. 1, p. 293-320, 2020.

GASSON, R. Goals and values of Farmers. Journal of Agricultural and Resource Economics, v. 24, p. 521-537, 1973.

- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Aspectos teóricos e conceituais. In: _____. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 11-30. Disponível em: . Acesso em: 22 abr. 2019.
- GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GOULDING, K. Nitrate leaching from arable and horticultural land. *Soil use and management*, v. 16, p. 145-151, 2000.
- GRECCHI, R. C.; BERTANI, G.; TRABAQUINI, K.; SHIMABUKURO, Y. E.; FORMAGGIO, A. R. Análise espaço-temporal da conversão do cerrado em áreas agrícolas na região de sapezal, Mato Grosso, entre os anos de 1981 e 2011. *Revista Brasileira de Cartografia*, v. 68, n. 1, p. 91-107, 2016.
- Grimmett, R.F.A. & Jones, T.A. 1989 Important Bird Areas in Europe. Cambridge, U.K.: International Council for Bird Preservation (Techn. Publ. 9).
- Hasenack H., Cordeiro J.L.P. & Costa B.S.C. 2007. Cobertura vegetal atual do Rio Grande do Sul In: Sustentabilidade produtiva no Bioma Pampa. II Simpósio de Forrageiras e Produção Animal (eds. Dall'agnol M, Nabinger C, Sant'ana DM & Santos RJ). Departamento de Forrageiras e Agrometeorologia – UFRGS, Porto Alegre, pp. 15-22.
- HEIDRICH, Á. L. Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.
- HERCOWITZ, M.; MATTOS, L. SOUZA, R. P. de. Estudos de caso sobre serviços ambientais. In: MATTOS, L.; HERCOWITZ, M. Economia do meio ambiente e serviços ambientais: estudo aplicado à agricultura familiar, às populações tradicionais e aos povos indígenas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário, 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário, 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- JANSEN, S. L. Evolução da estrutura produtiva do Rio Grande do Sul: uma análise do período de 1940 a 1995/96. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA (3. 2006; Porto Alegre, RS) Anais... Porto Alegre: FEE / PUCRS, 2006. 22 p.
- JONES, Allison. Effects of cattle grazing on North American arid ecosystems: a quantitative review. *Western north american naturalist*, p. 155-164, 2000.
- KAGEYAMA, Angela A. Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicação no caso brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- KUPLICH, Tatiana Mora; CAPOANE, Viviane; COSTA, Luis Fernando Flenik. O avanço da soja no Bioma Pampa. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 31, p. 83-100, 2018.
- LAMPERT, V. do N. et al. Prioridades da pecuária de corte brasileira-2018/2019. **Embrapa Pecuária Sul-Outras publicações técnicas (INFOTECA-E)**, 2021.
- LEACH, Mark K.; GIVNISH, Thomas J. Ecological determinants of species loss in remnant prairies. **Science**, v. 273, n. 5281, p. 1555-1558, 1996.
- LEITE, Sergio Pereira; WESZ, Valdemar. Les dynamiques foncières et l'expansion de l'agro-industrie du soja au Brésil. *Cahiers Agricultures*, v. 22, n. 1, p. 39-45 (1), 2013.
- LEIVAS, J.F.; BERLATO, M.A. & FONTANA, D.C. 2006. Risco de deficiência hídrica decendial na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental* 10(2):397-407.

- LEMOS, Gabriel; RIZZI, Rodrigo. A EXPANSÃO DA SOJA NO BIOMA PAMPA BRASILEIRO E SUA INTERAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL COM ARROZ E CAMPO. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 35, p. 9-26, 2020.
- LEMOS, R. C. Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Rio Grande do Sul. Embrapa Solos-Séries anteriores (INFOTECA-E), 1973.
- LOBATO, J. F. P. et al. Brazilian beef produced on pastures: Sustainable and healthy. **Meat science**, v. 98, n. 3, p. 336-345, 2014.
- LOCATELLI, L. Indicações Geográficas: a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico. Curitiba: Juruá, 2007.
- LOVE, Joseph L. (1975), O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930. São Paulo, Perspectiva.
- MALAFAIA, G. C. et al. A sustentabilidade na cadeia produtiva da pecuária de corte brasileira. Embrapa Gado de Corte-Capítulo em livro científico (ALICE), 2019.
- MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- MARASCHIN, G. E. Production potential of South American grasslands. In: International Grassland Congress. 2001. p. 5-18.
- MARQUES, Jonathas Gomes et al. GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NO AMBIENTE RURAL. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 8, n. 4, p. 312-329, 2020.
- MATTE, Alessandra. Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. 2013.
- MATTE, Alessandra; WAQUIL, Paulo Dabdab; NESKE, Márcio Zamboni. Dinâmicas socioeconômicas e produtivas das microrregiões Campanha Meridional e Serra do Sudeste-RS. **7º Encontro da Economia Gaúcha**, 2014.
- MAYSONNAVE, Greicy Sofia et al. **Percepção dos agentes das cadeias produtivas da carne sobre os selos de qualidade em países ibero-americanos**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.
- MENGUE, V. P.; SILVA, T. S.; FONTANA, D. C.; SCOTTÁ, F. C. Detecção de mudanças espaciais relacionadas à expansão da fronteira agrícola no Bioma Pampa. *Revista Brasileira de Cartografia*, v. 70, n. 1, p. 40-70, janeiro/março, 2018.
- MIGUEL, Lovois Andrade et al. **Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul**. 2006.
- MOREIRA, Igor. O espaço rio-grandense. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- MOREIRA, Juliana Gomes; MACIEL, Rodrigo Gisler; OPPLERT, Marie. O Dilema do Pampa ou Campo Natural/Rangeland: Complexidade do desenvolvimento devido à concorrência pela terra e os recursos naturais. In: VIII ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2018. Anais... Florianópolis, SC: REDES, 2018.
- NABINGER, C. et al. Servicios ecosistémicos de las praderas naturales: ¿es posible mejorarlos con más productividad?. *Archivos Latinoamericanos de Producción Animal*, v. 19, n. 3-4, p. 27-34, 2011.
- NABINGER, C., MORAES, A., MARASCHIN, G. Campos in Southern Brazil. In: LEMAIRE, G., HODGSON, J., MORAES, A., et al. Grassland ecophysiology and grazing ecology. Wallingford: CABI Publishing. p. 355-376. 2000.
- NABINGER, Carlos et al. Produção Animal com base no campo nativo: aplicações de resultados de pesquisa. In: PILLAR, Valério De Patta; MÜLLER, Sandra Cristina; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza; JACQUES, Aino

- Victor Ávila (Org.). Campos Sulinos – Conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 175-198.
- NABINGER, Carlos. Manejo e produtividade das pastagens nativas do subtropical brasileiro. I Simpósio de Forrageiras e Pastagens, p. 25-76, 2006.
- NABINGER, Carlos; DALL'AGNOL, Miguel. Guia para reconhecimento de espécies dos campos sulinos. Brasília: Ibama, 2020.
- NABINGER, Carlos; JACQUES, Aino Victor Ávila. A questão da produção pecuária em campo nativo do bioma Pampa: Contexto geral. In: Carvalho, Paulo César de Faccio et al. (Org.). Nativão: 30 anos de pesquisa em campo nativo. Porto Alegre: UFRGS. 2018. p. 1-6.
- NASCIMENTO, Shirley Grazieli et al. GESTÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE O MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO-RS. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, v. 9, n. 3, p. 480-499, 2020.
- NATALI, Luiz Henrique et al. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM PROPRIEDADES RURAIS. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, v. 9, n. 1, p. 351- 374, 2020.
- NETO, Helena Brum; BEZZI, Meri Lourdes. Região, identidade cultural e regionalismo: a Campanha Gaúcha frente às novas dinâmicas espaciais e seus reflexos na relação campo-cidade. **Temas & Matizes**, v. 8, n. 16, p. 65-96, 2009.
- NEVES, M. F; CASTRO, L. T. Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 365 p.
- Nicola, M. P. (2015). *Espaço protegido e desenvolvimento rural: práticas e trajetórias na pecuária familiar da região Centro Sul do Rio Grande do Sul* (Tese Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- OLIVEIRA, Carolina Balbé de; BORTOLI, Elísio Camargo de; BARCELLOS, Júlio Otávio Jardim. Diferenciação por qualidade da carne bovina: a ótica do bem-estar animal. *Ciência rural*, v. 38, n. 7, p. 2092-2096, 2008.
- OLIVEIRA, Dario et al. A DIMENSÃO AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE EM PAUTA NO SETOR DE BOVINOCULTURA DE CORTE: ANÁLISE DOS DIÁLOGOS ENTRE STAKEHOLDERS SUL-MATOGROSSENSES. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)*, v. 7, n. 2, p. 43-67, 2017.
- OLIVEIRA, Verônica Macário; PASA GOMEZ, Carla Regina; NÓBREGA CORREIA, Suzanne Érica. PAPÉIS DAS EMPRESAS E O CONSUMO SUSTENTÁVEL NA VISÃO DE ESPECIALISTAS BRASILEIROS. *Environmental & Social Management Journal/Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 12, n. 2, 2018.
- ONDERSTEIJN, C. J. M.; GIESEN, G. W. J.; HUIRNE, R. B. M. Identification of farmer characteristics and farm strategies explaining changes in environmental management and environmental and economic performance of dairy farms. *Agricultural Systems, Great Britain*, v. 78, n. 1, p. 31-55, 2003.
- OVERBECK, G. E., et al. Fisionomia dos campos. Os campos do Sul, Porto Alegre/RS: Rede Campos Sulinos-UFRGS, P. 31-41. 2015.
- OVERBECK, Gerhard E. et al. Brazil's neglected biome: the South Brazilian Campos. *Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics*, v. 9, n. 2, p. 101-116, 2007.
- OVERBECK, Gerhard Ernst et al. Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, Valério De Patta; MÜLLER, Sandra Cristina; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza; JACQUES, Aino Victor Ávila. (Org.). Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 26-41.

- PARERA, A.; PAULLIER, I.; WEYLAND (Eds.). Índice de Contribución a la Conservación de Pastizales Naturales del Cono Sur: Una herramienta para incentivar a los productores rurales. Uruguay: Aves Uruguay, 2014.
- PARERA, Anibal; CARRIQUIRY, Esteban. Manual de Práticas Rurales asociadas Índice de Conservación de Pastizales Naturales (ICP). Publicación realizada por Aves Uruguay para el Proyecto de Incentivos a la Conservación de Pastizales Naturales del Cono Sur, 2014, 204 p.
- PEREIRA, ASC. Certificação de produtos cárneos e de qualidade. Agronegócio: panorama, perspectivas e influência do mercado de alimentos certificados. Dörr, AC, p. 125-135, 2012.
- PEREZ, N. B. Método integrado de recuperação de pastagens Mirapasto: Foco capim-annoni. Brasília: Embrapa Pecuária Sul, 2015 (Fôlder/Folheto/Cartilha) (INFOTECA-E).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 4. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 142 p. (Série Revisão, 1).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- PICCIN, Marcos Botton. Os senhores da terra e da guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp. 2012.
- PICCIN, Marcos Botton. Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha: trajetórias sociais e investimentos escolares. Tempo Social, v. 27, p. 305-328, 2015.
- PICCIN, Marcos Botton. Processos sociais de recomposição do patronato rural em terras gaúchas. In: BÜHLER, Eve Anne; GUIBERT, Martine; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: Abordagens a partir da América do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. (Série Estudos Rurais).
- PICCIN, Marcos Botton. FAMÍLIAS DA ELITE RURAL ESTANCIEIRA DO RIO GRANDE DO SUL: MEIOS DE INTERAÇÃO SOCIAL E CULTURAL E ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS E SUCESSORAIS DE REPRODUÇÃO SOCIAL. Revista Pós Ciências Sociais, v. 17, n. 33, p. 93-124, 2020.
- PICCIN, Marcos Botton. **Senhores de terra, senhores de guerra: Sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)**. Editora CRV, 2021.
- PIMENTEL, D. et al. Environmental and economic costs of nonindigenous species in the United States. BioScience, v. 50, n.1, p.53-65, 2000.
- PIMENTEL, L. O. (Org). Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: módulo I., 3. ed., Brasília: MAPA; Florianópolis: EaD/UFSC, 2012.
- PINTO, Cassiano Eduardo et al. Comportamento ingestivo de novilhos em pastagem nativa no Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Zootecnia, v. 36, n. 2, p. 319-327, 2007.
- PLANTUREUX, Sylvain; PEETERS, Alain; MCCRACKEN, David. Biodiversity in intensive grasslands: Effect of management, improvement and challenges. Agronomy research, v. 3, n. 2, p. 153-164, 2005.
- POLANYI, Karl. Grande transformacao: as origens da nossa epoca, A. Contribuicoes em ciencias sociais; 7, 1980.
- QUADROS, William Madeira de. Avaliação bioeconômica de diferentes modelos de produção agropecuária no Município de Dom Pedrito: uma simulação. 2015.
- RAMOS, E. M.; GOMIDE, L. A. M. Avaliação da qualidade de carnes: fundamentos e metodologia. 1. ed. Viçosa: Editora UFV, 2007. 599 p.
- RANDS, Michael. Birdlife International: who we are and where we have come from. **OSTRICH**, v. 71, n. 1-2, p. 148-149, 2000.

REFERENCIAS

- REID, Adele M.; HOCHULI, Dieter F. Grassland invertebrate assemblages in managed landscapes: effect of host plant and microhabitat architecture. *Austral Ecology*, v. 32, n. 6, p. 708-718, 2007.
- REIS, J. C. L. Controle do capim-annoni-2 em campos naturais e pastagens. Embrapa Clima Temperado, 2000.
- REVERBEL, C. Pedras Altas: A vida no campo segundo Assis Brasil. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- RIBEIRO, Claudio Marques. Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul. 2009.
- RIO, Alexandre do. Aquecimento global-impacto na produtividade da cultura da soja e ações estratégicas de manejo para sua minimização em diferentes regiões produtoras do Sul do Brasil. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ROCHA, J. M. As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul – uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região. Jornada de História Comparada. (1) Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Rede IPEA; Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ago, 2000.
- Rodríguez C., Leoni E., Lezama F. & Altesor A. 2003. Temporal trends in species composition and plant traits in natural grasslands of Uruguay. *Journal of Vegetation Science* 14: 433-440
- RODRÍGUEZ, Claudia et al. Temporal trends in species composition and plant traits in natural grasslands of Uruguay. *Journal of Vegetation Science*, v. 14, n. 3, p. 433-440, 2003.
- SAAB, MSBLM. Valor percebido pelo consumidor: Um estudo de atributos da carne bovina. São Paulo: USP, 1999.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTOS, Tiago et al. Eucaliptos versus Bioma Pampa: compreendendo as diferenças entre lavouras de arbóreas eo campo nativo. **Lavouras de Destruição: a (im) posição do consenso**, p. 299-332, 2009.
- SAVE BRASIL. 2019. Pampa - Alianza del Pastizal. SAVE Brasil. Disponível em: <<http://savebrasil.org.br/projeto-pampa>>. Acesso em: 19/11/2020.
- SEBRAE/RS. Diagnóstico de sistemas de produção de bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. 2005.
- SETELICH, E. A. Potencial produtivo de uma pastagem natural do Rio Grande do Sul, submetida a distintas ofertas de forragem. 1994. 169p. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- SILVA, Ana Helena Soares da. Identificação de riscos em sistema de cria em pecuária de corte. 2018.
- SILVA, Cinthia Simões da; VIANA, João Garibaldi Almeida. Instituições na pecuária de corte e sua influência sobre o avanço da sojicultura na Campanha Gaúcha-Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, 2020.
- SILVA, Marco Antônio Medeiros da et al. DIÁLOGO DE SURDOS: um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da campanha gaúcha. 2011.
- SILVA, Monica Nardini da; ANJOS, Flávio Sacco dos. A expansão da soja no município de Jaguarão/RS: análise das percepções através da abordagem narrativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, 2020.

- SILVEIRA, V. C. P.; GONZÁLEZ, J. A.; FONSECA E. L. Land use changes after the period commodities rising price in the Rio Grande do Sul State, Brazil. *Ciência Rural*, v. 47, n. 4, p. 1-7, 2017.
- SOARES, Paulo Brasil Dill et al. As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no Mercosul: os casos da carne caprina procedente da Região Patagônica e a bovina do Pampa gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul. 2014.
- SOUKI, G. Q.; SALAZAR, G. T.; ANTONIALLI, L. M. Atributos que afetam a decisão de compra dos consumidores de carne bovina. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, v. 5, n. 2, p. 36-51. 2003.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; PIRES DA SILVA, Luís Alberto. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: PILLAR, Valério De Patta; MÜLLER, Sandra Cristina; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza; JACQUES, Aino Victor Ávila. (Org.). *Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 42-59.
- TAMBARA, E. RS: Modernização e crise na agricultura. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 96 p.
- TEIXEIRA, A. et al. Guia prático: marcas de carne e produtos cárneos. 1. ed. Bragança: Red Marcarne, 2017. 32 p.
- TEIXEIRA, A.; RODRIGUES, S. Meat Quality, Brands and Consumer Trends. In: *More than Beef, Pork and Chicken – The Production, Processing, and Quality Traits of Other Sources of Meat for Human Diet*. Springer, Cham, 2019. p. 21-29.
- THOMAS, David. **Poverty, biodiversity and local organisations: lessons from BirdLife International**. London: International Institute for Environment and Development (IIED), 2011.
- TORRONTEGUY, T. O. V. As origens da pobreza no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto / IEL, 1994. 192 p.
- VARGAS, Leticia Paludo; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. As Emissões de Carbono Provocadas pela Bovinocultura de Corte: Uma Análise a partir da Estância do 28. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 9, n. 2, p. 415-430, 2016.
- VERBEKE, W. et al. European beef consumers' interest in a beef eating-quality guarantee: insights from a qualitative study in four EU countries. *Appetite*, v. 54, n. 2, p. 289-296, 2010.
- WESZ JUNIOR, Valdemar João. O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil). 2014. 220 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de PósGraduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2014.
- XAVIER, P A Estância. IN: RIO GRANDE DO SUL: Terra e Povo. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1952. p. 75-87.
- ZUANAZZI, Felipe Alison et al. Desenvolvimento de um modelo para avaliar a sustentabilidade nas micro e pequenas empresas. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 5, n. 1, p. 163-180, 2016.

8 APÊNDICES

Apêndice A. Perguntas realizadas para direcionar a conversa com os membros da mesa diretiva da Alianza del Pastizal

1. Como surgiu a Alianza del Pastizal?
2. Como é selecionado o corpo técnico da organização?
3. De onde surgiu a ideia do programa de certificação de carnes?
4. Quais foram as principais dificuldades para se iniciar o programa?
5. Qual é a diferença desta carne no mercado em comparação com outros produtos

Apêndice B. Questionário aplicado de forma online aos produtores associados à Alianza del Pastizal.

1. Onde fica localizada sua propriedade? (resposta de texto)
2. Qual seu nível de formação (múltipla escolha)
3. Além de produtor rural, você possui outra profissão? Se sim, qual? (resposta de texto)
4. Você possui residência na cidade? (múltipla escolha)
5. Qual a origem da sua propriedade? (múltipla escolha)
6. Qual a área da sua propriedade? (resposta de texto)
7. Você arrenda parte da sua propriedade para outra pessoa? (múltipla escolha)
8. Caso você arrende parte da sua propriedade, qual sua perspectiva para o futuro? (múltipla escolha)
9. Qual a forma de mão-de-obra utilizada na propriedade? (múltipla escolha)
10. A atividade principal da sua propriedade é a bovinocultura de corte? (múltipla escolha)
11. Se a resposta foi sim, por que você optou pela produção de bovinos de corte? (múltipla escolha)
12. Você diria que a bovinocultura de corte é a principal fonte de renda da sua propriedade? (múltipla escolha)
13. Qual sistema de produção utiliza? (múltipla escolha)
14. Sua propriedade sempre contou majoritariamente com a produção em campo nativo? (múltipla escolha)
15. Para o futuro, você pretende continuar com a produção com base no campo nativo? (múltipla escolha)

16. Na sua visão, quais são as principais dificuldades encontradas ao se trabalhar com base no campo nativo? (múltipla escolha)
17. Por quais motivos você decidiu fazer parte da Alianza del Pastizal? (múltipla escolha)
18. Você conhece e participou do programa de carne certificada oferecido pela Alianza del Pastizal? (múltipla escolha)
19. Se sim, por que participou? (resposta de texto)
20. Se não, por que participou? (resposta de texto)
21. Sabendo da reformulação e proposta de uma nova estrutura do programa de carnes da Alianza del Pastizal, terá interesse em participar? (múltipla escolha)
22. Na sua opinião, quais pontos deveriam ser melhor trabalhados para estimular a valorização da carne produzida no pampa? (múltipla escolha)